

Relatório e Contas 2011

ÍNDICE

Relatório do Conselho de Administração	4
Demonstrações Financeiras.....	19
Anexos às Demonstrações Financeiras	26
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	107
Certificação Legal de Contas	110
Relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário	113

Relatório
Do
Conselho de Administração

Exmos. Senhores,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A., respeitantes ao exercício de 2011.

Envolvente macro-económica

Economia Internacional

A actividade económica, em 2011, desacelerou, de forma relativamente generalizada, numa tendência que se acentuou de especial modo no segundo semestre do ano, com o agravamento da crise da dívida soberana na zona euro, pelo que esta região económica terminou mesmo o ano de 2011 em situação recessiva.

A trajectória de desaceleração começou a evidenciar-se logo no início do ano, à medida que se dissipavam os impactos das medidas de estímulo adoptadas em 2009/10, durante a crise económica e financeira. Ainda assim, a economia mundial mantinha, nessa altura, um ritmo de crescimento bastante sólido, com taxas de variação homólogas acima da tendência de longo prazo.

No segundo trimestre do ano, os sinais de abrandamento acentuaram-se, em resultado, também, dos impactos adversos provocados pelo terrível terramoto no Japão, cujos danos materiais e humanos afectaram a produção de muitas empresas nipónicas e a capacidade de exportação, com efeitos de contágio à economia mundial. Em consequência, o Japão voltou a entrar em recessão, com o PIB a contrair 2,7% no primeiro trimestre.

Crescimento Económico Mundial			
	2009	2010	2011E
Mundo	-0.7	5.2	3.8
Países Avançados	-3.7	3.2	1.6
EUA	-3.5	3.0	1.8
UEM	-4.3	1.9	1.6
Reino Unido	-4.9	2.1	0.9
Japão	-6.3	4.4	-0.9
Países em Desenvolvimento	2.8	7.3	6.2
África	2.8	5.3	4.9
Ásia	7.2	9.5	7.9
China	9.2	10.4	9.2
Europa de Leste	-3.6	4.5	5.1
Médio Oriente	2.6	4.3	3.2
América Latina	-1.7	6.1	4.6
Brasil	-0.6	7.5	2.9

Fonte: FMI (Janeiro de 2012)

A tendência viria a acentuar-se durante o terceiro trimestre do ano. Ainda que este abrandamento da actividade durante o Verão comece a ser já um movimento regular no ciclo anual, a profundidade da contracção alimentou receios mais profundos de que a economia mundial pudesse estar a entrar numa nova fase recessiva, um sentimento que foi mais forte ao nível dos EUA.

O mais reduzido ritmo de actividade económica prolongou-se por todo o quarto trimestre do ano, o que tem implicações para 2012, ao deixar como ponto de partida para a criação de riqueza um ponto mais fraco do que o anteriormente estimado.

A dinâmica intra-regional de crescimento económico não se afastou da tendência dos últimos anos. Os mercados emergentes continuaram a ser o motor da economia, embora em desaceleração face ao ano de 2010. Na América Latina, a economia terá crescido abaixo da sua tendência de médio prazo, com uma maior desaceleração no Brasil.

Na Ásia, apesar da desaceleração, a economia terá em grande medida convergido para a respectiva tendência de médio prazo, com destaque para a China, que em 2011 alcançou o posto de segunda maior economia mundial, ultrapassando a zona euro.

Nos EUA, a actividade foi substancialmente mais fraca do que o esperado, no primeiro trimestre, uma evolução acentuada pela revisão em baixa das estimativas de crescimento relativas aos anos anteriores. Nos trimestres seguintes, o crescimento recuperaria e as revisões em alta dos dados relativos a 2011 afastaram o cenário pré-recessivo. As famílias mantiveram, durante esse período, níveis de despesa reduzidos, o que contrasta com fases de recuperação anteriores, e os níveis de confiança permaneceram também em níveis muito baixos.

Os dados económicos já relativos ao último trimestre de 2011 revelaram uma aceleração da actividade, particularmente mais pronunciada já no final do quarto trimestre, que foi acompanhada de uma descida da taxa de desemprego, para os níveis mais baixos desde 2008.

Neste quadro, a Reserva Federal manteve inalteradas as suas taxas de juro de referência, nos mínimos históricos fixados em 2008, e no âmbito da nova estratégia de comunicação, clarificou que essa situação se deve manter até meados de 2013 (anteriormente o compromisso era de que as taxas de juro permaneceriam em níveis mínimos por um período de tempo prolongado).

Na zona euro, o crescimento económico manteve ritmos elevados durante o primeiro trimestre, mas com uma significativa divergência entre países. A Alemanha permaneceu como a economia mais dinâmica, sendo que no 1º trimestre de 2011 cresceu mesmo ao ritmo mais forte desde 2000, sobretudo por via das exportações, beneficiando do dinamismo da economia mundial, em especial dos mercados emergentes. Apesar da descida da taxa de desemprego, o consumo privado permaneceu débil.

	PIB	Inflação
UEM	1.6	2.8
Alemanha	3.0	2.2
França	1.6	2.1
Espanha	0.7	2.9
Itália	0.4	2.6

Fonte: FMI (Janeiro de 2012)

A partir do segundo trimestre, devido ao agravamento da crise da dívida soberana, o crescimento viria a desacelerar, caracterizando-se por uma virtual estagnação no 3T2011 e com indicações de que o conjunto da União Monetária tenha terminado o ano em situação recessiva, a qual poderá estender-se, de acordo com as previsões mais recentes, durante os primeiros meses de 2012.

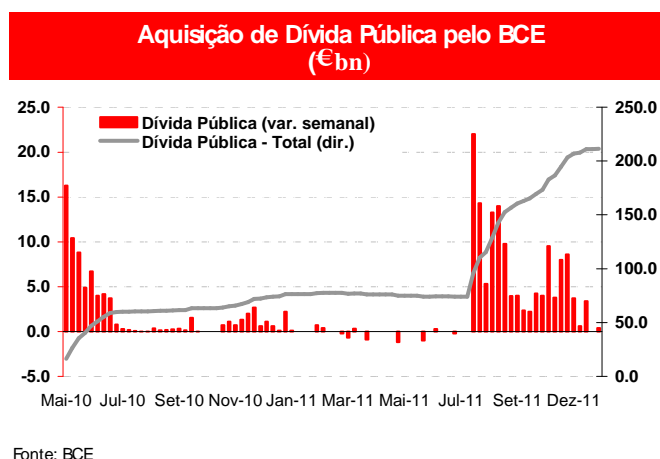
As tensões associadas à crise da dívida soberana, na zona euro, permaneceram bastante elevadas, com dois momentos de destaque. O primeiro ocorreu em Março/Abril, com Portugal a pedir apoio financeiro no âmbito do Fundo Europeu de Estabilização Financeira, após a

reprovação pelo Parlamento português da actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento.

O segundo momento teve lugar já em Junho/Julho, com a avaliação do programa grego e a necessidade de actuação para evitar o risco de incumprimento a partir de 2013. O pico de incerteza culminou no “contágio” a Espanha e a Itália, com uma subida pronunciada das taxas de juro de mercado, embora num quadro em que os soberanos e demais emitentes desses países mantiveram o acesso aos mercados financeiros. A França também seria afectada, com algumas agências de *rating* a ameaçarem a retirada da notação máxima de “AAA”, o que seria concretizado pela Standard and Poor’s já em Janeiro de 2012.

A Itália reagiu, apresentando um programa de redução da despesa pública, com o objectivo explícito de ter um saldo global equilibrado em 2014. Em Espanha, após a realização de eleições gerais em 20 de Novembro, as quais deram a maioria a um Governo liderado pelo PP, foi anunciado, já em 2012, um novo plano de redução do défice orçamental, cujo valor para 2011 foi revisto em alta, de 6% para 8% do PIB.

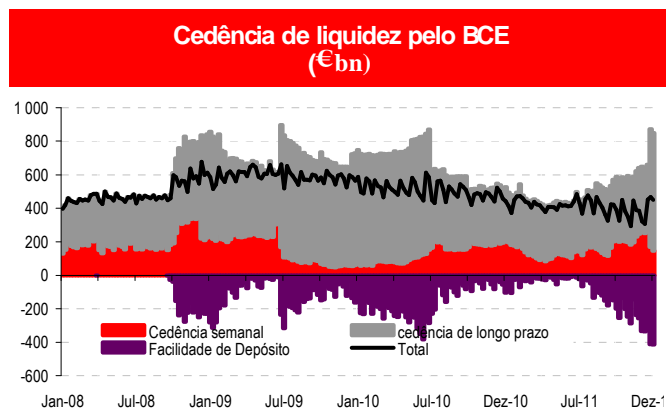
Os soberanos mantiveram o acesso a financiamento, ainda que a taxas de juro elevadas, com as *yields* italianas a ultrapassarem largamente os 7%, o que levou o BCE a iniciar uma nova vaga do seu Programa de Mercados de Dívida, no qual adquiriu sobretudo dívida pública italiana, mas também, e ainda que em menor grau, dívida pública espanhola.



A resposta do BCE aos desenvolvimentos económicos e financeiros no segundo semestre do ano foi mais ampla. Nos dois meses finais do ano desceu a taxa de refinanciamento, recuperando o nível de 1%.

Mais importantes foram as medidas destinadas a apoiar o funcionamento dos mercados financeiros na Europa, em especial do bancário. O agravamento da crise da dívida, no Verão, teve como consequência a perda de acesso a mercados de curto prazo, como o mercado de papel comercial nos EUA, por parte de bancos franceses e italianos, que, em resultado, passaram a financiar-se de forma mais activa junto do BCE.

Assim, o BCE anunciou, em Novembro, duas operações de cedência de liquidez a muito longo prazo (até 3 anos, com opção de amortização antecipada após o 1º ano). Na primeira operação, os bancos europeus recorreram amplamente a esses fundos, num montante de 489 mil milhões de euros, os quais, em grande medida, têm voltado a ser depositados junto do BCE.



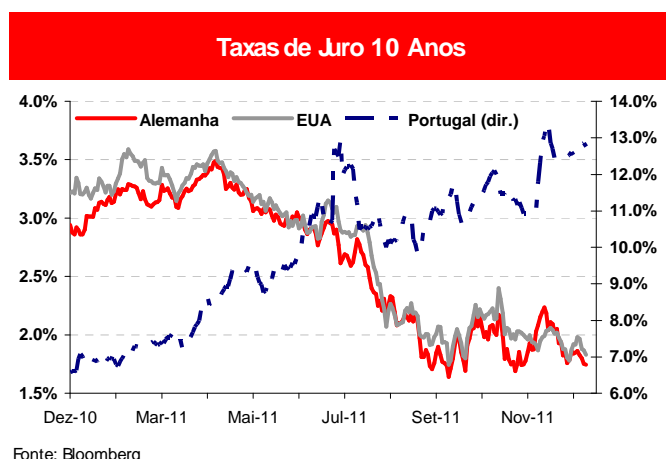
Fonte: BCE

Adicionalmente, o BCE anunciou um alargamento do leque de activos elegíveis passíveis de utilização nas operações de cedência de liquidez, através da redução do *rating* mínimo aceite para securitizações, para A-.

A cimeira da zona euro, de 21 de Julho, concluiu pela aprovação de um novo plano de ajuda à Grécia, no montante de 109 mil milhões de euros, e que envolve também a participação do sector privado, numa base “voluntária”, e cujo valor total estava inicialmente estimado em cerca de 50 mil milhões de euros. Essa participação consiste na troca, imediata ou na maturidade dos títulos actualmente detidos, por novas emissões de dívida, com maturidade de 30 anos, ao actual preço de mercado (o que pressupõe uma perda), e cujo nominal estará garantido por dívida pública com *rating* “AAA”. O acordo final apenas foi alcançado em Fevereiro de 2012.

Os mercados financeiros permaneceram num quadro de elevada volatilidade, tendo os *spreads* de crédito atingido máximos históricos do período pós-euro no Outono, quando a incerteza sobre a sustentabilidade da zona euro atingiu o seu clímax. No final de Novembro, e em véspera da Cimeira decisiva, a imprensa especializada comentava o literal fim da zona euro, no seu actual formato.

Os *spreads* de Portugal face à Alemanha atingiram um pico durante o Verão, quando o tema da renegociação da dívida grega estava a iniciar-se, e Portugal não tinha ainda iniciado o seu programa de ajustamento, considerando-se que poderia também pedir uma reestruturação da dívida. A evolução dos *spreads* irlandeses foi muito semelhante, mas a partir do final do Verão viriam a descer de forma sustentada, com a economia a dar sinais de recuperação económica e o tema da resolução das instituições financeiras irlandesas insolventes a sair de debaixo dos holofotes.



Fonte: Bloomberg

Por seu lado, as *yields* alemãs, bem como norte-americanas, testaram novos mínimos, num quadro de aversão ao risco e fuga para a qualidade. A *yield* alemã a 10 anos fechou o ano em redor de 1,8% (implicando uma *yield* real negativa).

A evolução das principais taxas de câmbio reflectiu em grande medida as dinâmicas de actuação dos bancos centrais e os movimentos associados aos desenvolvimentos relativos à crise da dívida na zona euro.

O euro cairia para mínimos de 2010, face ao dólar, abaixo dos 1,3 dólares por euro, depois de ter testado máximos acima de 1,48 dólares em Maio, com o agravamento da crise da dívida e os receios de desmantelamento da União Monetária.

Os mercados accionistas desvalorizaram, fruto da maior aversão ao risco acentuada pelos desenvolvimentos na Europa, bem como pelos progressivos sinais de desaceleração da actividade económica. Apenas nos EUA os mercados fechariam em terreno positivo, replicando aliás a evolução de 2010, devido aos sinais de reanimação da actividade económica no decurso do segundo semestre do ano.

Na zona euro, o sector financeiro seria particularmente afectado, devido ao resultado dos testes de esforço realizados pela Agência Bancária Europeia – EBA, no Verão, e que resultou em necessidades acrescidas de capital, além do objectivo de cumprir um rácio de core Tier 1 de 9% em Junho de 2012, devido à necessidade de criar uma almofada adicional para isolar o capital de perdas potenciais resultantes da exposição à dívida soberana pelos bancos.

Economia Portuguesa

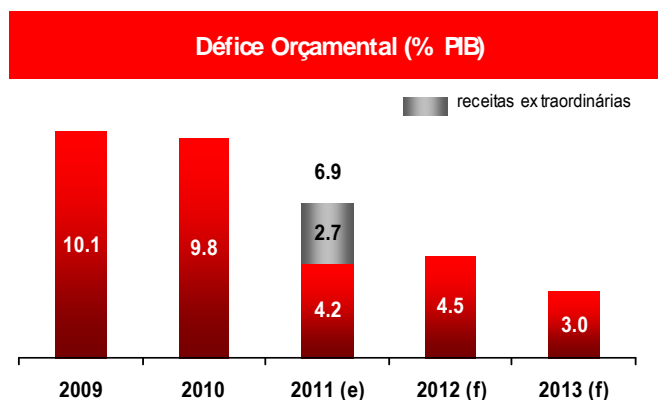
A envolvente financeira da República dominou as atenções durante todo o 1º semestre do ano. Em Março o Governo apresentou uma actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento (“PEC IV”), com novas medidas do lado da despesa para o ano de 2011 e os detalhes das medidas para o cumprimento das metas orçamentais em 2012 e 2013 (ano em que o défice deveria cair para 2,0% do PIB).

Esta actualização do PEC foi rejeitada pela Assembleia da República, após o que o Primeiro-Ministro apresentou a sua demissão ao Presidente, que a aceitou e convocou eleições antecipadas para 5 de Junho. A percepção pelos investidores de que Portugal não estava totalmente comprometido com a redução do défice orçamental resultou numa dupla tendência: sucessivas descidas do *rating* da República pelas agências de notação de risco, para o limite da notação de “investment grade”, que foi reflectida na notação de risco dos bancos; e uma subida das taxas de juro de longo prazo para os níveis mais elevados desde a criação do euro.

Em consequência, o acesso aos mercados financeiros, pela República e pelos bancos, registou uma significativa redução, após o que o Governo, em 6 de Abril, solicitou o apoio financeiro no âmbito do Fundo Europeu de Estabilização Financeira/FMI.

Em Maio, foram concluídas as negociações entre o Governo Português e as instituições internacionais (Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional e Banco Central Europeu), e assinado o Memorando de Entendimento, no qual são especificadas as medidas de condicionalidade a cumprir, no âmbito do programa de assistência financeira.

A meta orçamental para 2011 foi revista em alta para 5,9% do PIB, em parte devido também ao alargamento do perímetro de consolidação das Administrações Públicas, que passa a incluir várias empresas públicas do sector de transportes e outras entidades públicas. No entanto, foram necessárias novas reduções da despesa, enquanto do lado da receita foi adoptada uma contribuição especial sobre o 13º mês.



Fonte: Ministério das Finanças

O valor final do défice de 2011 ter-se-á situado ligeiramente acima de 4% do PIB, com a maior redução a resultar da transferência de parte dos fundos de pensões do sector bancário para a Segurança Social, num montante de cerca de 5 mil milhões de euros (3,3% do PIB).

Excluindo os factores não-recorrentes do lado da receita, bem como da despesa, o saldo orçamental de base para a execução de 2012 é de cerca de 6,9% do PIB.

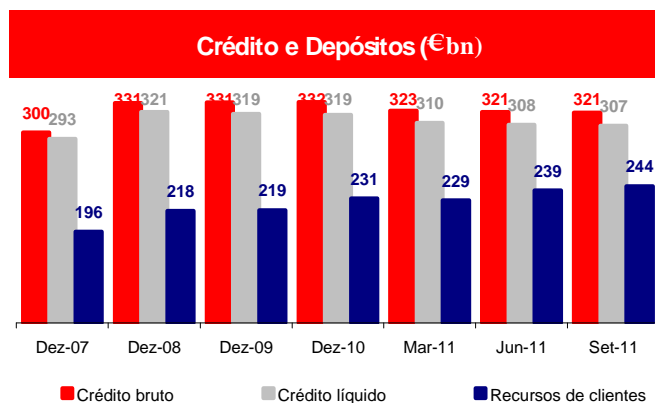
Para o cumprimento da nova meta orçamental de 4,5% do PIB definida para 2012, o Governo anunciou um conjunto adicional de medidas, com destaque para a eliminação de um a dois subsídios (de Natal e de férias) para os funcionários públicos e pensionistas com rendimentos mensais superiores a 600 euros (os dois subsídios são cortados para rendimentos superiores a 1.100 euros mensais), e alterações nos impostos directos (redução das deduções e benefícios fiscais em sede de IRS) e indirectos (redução dos bens e serviços sujeitos às taxas reduzida e intermédia do IVA).

O sector financeiro beneficiou da criação de um fundo de recapitalização, no montante de 12 mil milhões de euros, e do aumento da linha de garantias estatais à emissão de dívida para 35 mil milhões de euros. Em contrapartida, teve que desenhar um plano de desalavancagem e financiamento, a implementar até 2014. Esses planos foram apresentados ao Banco de Portugal no final do mês de Julho e são alvo de actualizações trimestrais.

Os *spreads* de crédito alargaram para novos máximos, com as taxas de juro a 3 anos para a dívida pública portuguesa a ultrapassar pontualmente os 20%. Ainda assim, o Tesouro manteve as emissões de Bilhetes do Tesouro, a prazos de 3 meses, com taxas médias de colocação muito próximas dos 5%.

A agência de notação de crédito Moody's reviu em baixa o *rating* da República para Ba2, no nível de "high yield", devido aos riscos de contágio da situação grega, já que o enquadramento local não sofreu alterações, antes resultou num programa de financiamento e numa maioria parlamentar.

O sector financeiro seria, também, alvo de revisões em baixa das notações de risco, com três instituições a terem um *rating* Ba2, ao nível da República, mas abaixo do "investment grade" e uma com um *rating* de Ba3. Apenas o Santander Totta manteve um *rating* acima do da República, com a notação de Baa2.



Fonte: Banco de Portugal

O crédito continuou a desacelerar, por uma redução da procura, associada à conjuntura económica recessiva, bem como pela imposição de condições mais restritivas ao nível da oferta, com os *spreads* de crédito a reflectirem o agravamento das condições de acesso do sector bancário aos mercados *wholesale* e a subida das taxas de juro praticadas nos depósitos.

A economia portuguesa entrou em recessão no 1º trimestre de 2011, com a segunda variação negativa em cadeia, uma evolução que se aprofundaria nos trimestres seguintes, embora de forma menos pronunciada do que o inicialmente previsto.

Em 2011, o PIB contraiu 1,5%, de acordo com a informação mais recente, abaixo dos 2% estimados inicialmente, quando da publicação do Memorando de Entendimento, com a evolução menos adversa a originar nas exportações.

Dados Macroeconómicos			
	2009	2010	2011E
PIB	-2.5	1.3	-1.5
Consumo Privado	-1.1	2.3	-3.6
Consumo Público	3.7	1.2	-3.2
Investimento	-11.3	-4.9	-11.2
Exportações	-11.6	8.8	7.3
Importações	-10.6	5.1	-4.3
Inflação média	2.7	-0.9	3.6
Desemprego	9.5	10.8	12.5
Défice público (% do PIB)	10.1	9.8	4.2
Dívida pública (% do PIB)	83.0	93.3	107.2
BTC (% do PIB)	-10.9	-10.0	-3.7

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Santander Totta, FMI

As famílias continuaram a ajustar a sua despesa à redução do rendimento disponível e à subida do desemprego (que ascendeu a 14% no 4º trimestre de 2011), com as vendas a retalho a caírem 9.4%, em termos reais, no 4T2011. Os dados relativos ao período de compras de Natal apontam para uma redução de cerca de 3%, em valor, o que reflectirá sobretudo os descontos realizados pelos vendedores, já que o número de operações processadas pela SIBS ficou praticamente inalterado.

O maior ajustamento da despesa pelas famílias teve lugar ao nível das vendas de automóveis, que caíram mais de 30% em termos homólogos.

A despesa pública continuou a reduzir-se, apesar de uma ligeira moderação no 2º trimestre, devido ao clima eleitoral.

O investimento terá acentuado a contracção, devido ao aumento da incerteza associado ao pedido de auxílio financeiro externo, e consequente impacto sobre a redução da procura, no quadro do ajustamento económico em curso. Por outro lado, a deterioração das condições nos mercados financeiros terá resultado em condições mais restritivas na concessão de crédito, que contribui adicionalmente para a redução da despesa de capital.

A procura externa continuou a evoluir muito favoravelmente, com as exportações a crescerem 16%, em termos nominais, nos primeiros dez meses do ano.

As importações caíram, reflectindo a maior contracção da procura interna, em especial do consumo privado.

Um dos principais desequilíbrios externos da economia, o défice externo, reduziu-se mais pronunciadamente em 2011, uma tendência particularmente visível no segundo semestre do ano, ao nível da balança de bens e serviços. O défice da balança corrente e de capital caiu menos, devido à evolução adversa da balança de rendimentos, cujo défice se manteve elevado, devido à subida dos juros suportados pela economia portuguesa, num quadro de elevado endividamento externo.

Principais riscos e incertezas para 2012

Os riscos e incertezas que podem afectar a actividade em 2012 são de duas ordens, uma de origem internacional, outra doméstica.

A nível internacional, têm-se como factores de risco, as perspectivas económicas e financeiras na zona euro. A actividade económica deve permanecer em terreno recessivo até ao segundo trimestre, devido ao impacto das medidas de consolidação orçamental implementadas em alguns países (Itália, França e Espanha), e que devem ter também efeitos de contágio à Alemanha.

Por outro lado, a incerteza sobre a estabilidade da zona euro deve permanecer elevada, pelo menos até à clarificação das condições económicas e financeiras na Grécia.

Ainda a nível internacional, a incerteza sobre a sustentabilidade das contas públicas estende-se a outros países, como os EUA. Apesar da recente decisão de elevação do limite da dívida, as perspectivas de lenta redução do défice serão um tema recorrente a afectar o sentimento de mercado. As previsões de crescimento mais sólido e baixas taxas de juro de longo prazo parecem insuficientes para impedir que a dinâmica da dívida pública continua insustentável, devido aos elevados défices primários. A situação orçamental dos Estados e municípios é um factor de risco adicional.

A nível doméstico, as principais incertezas estão relacionadas com o estrito cumprimento das medidas de condicionalidade previstas no Memorando de Entendimento, que serão alvo de avaliação trimestral por parte das instituições internacionais. O Governo reforçou as medidas visando cumprir a meta orçamental de 4,5% do PIB para 2012, devendo agir ao nível da despesa logo nos primeiros meses do ano, para precaver-se contra eventuais riscos associados ao impacto da contracção económica sobre a receita fiscal.

Ao nível do sector financeiro, os riscos prendem-se com o cumprimento das metas estabelecidas no programa de desalavancagem e financiamento. Em 2011, a desalavancagem foi realizada sobretudo através da captação de depósitos. Caso essa tendência não possa ser continuada, há riscos de maior contracção do crédito. Por outro lado, o ciclo económico terá

impacto ao nível do incumprimento e, consequentemente, surge como factor de risco para o cumprimento da meta de 10% para o rácio de Core Tier 1, em 2012, sendo que os bancos nacionais terão também que cobrir as necessidades de capital encontradas no âmbito do exercício de testes de esforço realizados pela EBA.

O cumprimento de objectivos, pelo Estado e pelo sector bancário, é fundamental para recuperar a confiança dos investidores internacionais e permitir que o actual nível de financiamento nos mercados globais (que, de qualquer forma, é reduzido) se possa manter e, a prazo, ampliar.

A Evolução do Sector Segurador em Portugal

A evolução do sector segurador Português em 2011 tem origem na envolvente económica e financeira europeia e, em especial, nos acontecimentos que envolveram a ajuda de apoio financeiro a Portugal no âmbito do Fundo Europeu de Estabilização Financeira/FMI e na recessão que se iniciou no primeiro trimestre de 2011 e viria a culminar numa contracção do PIB de 1,5%.

O sector segurador foi particularmente afectado. A produção do seguro directo sofreu uma quebra para valores ainda inferiores a 2005, uma diminuição total de 29%, tendo passado, no ramo vida, de €12,2 M para € 7,5M, uma quebra de 38,5%. No que concerne o ramo não vida, a descida da produção, ligada à actividade económica e ao poder de compra, foi de -3,3%.

O peso no PIB desceu para 7,4% (quase 2 pontos percentuais), com o seu valor per capita a cair 40%, para € 1.096.

Mercado Segurador em 2011

	Valor					Variação anual			
	2007	2008	2009	2010	2011	08/07	09/08	10/09	11/10
PPRE	1 720,8 €	2 465,9 €	3 147,6 €	3 252,5 €	1 304,6 €	43,30%	27,65%	3,33%	-59,89%
-Seg Vida	1 303,8 €	1 899,3 €	2 728,8 €	3 028,3 €	1 205,8 €	45,67%	43,67%	10,97%	-60,18%
- Ligados a Fundos de	417,0 €	566,5 €	418,7 €	224,2 €	98,8 €	35,87%	-26,09%	-46,46%	-55,94%
Seguros Ligados a									
Fundos de Investimento	2 816,2 €	4 317,4 €	2 767,2 €	2 348,1 €	1 923,9 €	53,31%	-35,91%	-15,14%	-18,07%
(exclui PPR)									
Outros	4 829,3 €	4 221,5 €	4 512,3 €	6 572,8 €	4 248,7 €	-12,59%	6,89%	45,66%	-35,36%
- Risco Mistos	835,9 €	944,7 €	918,0 €	945,6 €	922,5 €	13,02%	-2,83%	3,02%	-2,44%
- Capitalização	3 993,5 €	3 276,8 €	3 594,3 €	5 627,2 €	3 326,2 €	-17,95%	9,69%	56,56%	-40,89%
Total Vida	9 366,3 €	11 004,7 €	10 427,0 €	12 173,4 €	7 477,3 €	17,49%	-5,25%	16,75%	-38,58%
Total Não Vida	4 381,6 €	4 321,0 €	4 131,6 €	4 168,5 €	4 028,4 €	-1,38%	-4,38%	0,89%	-3,36%
Total	13 748,0 €	15 325,8 €	14 558,6 €	16 341,9 €	11 505,7 €	11,48%	-5,01%	12,25%	-29,59%

Valores em milhões de €
Fonte: APS

Relativamente às componentes no ramo vida, todas contribuíram negativamente para a evolução desfavorável, sendo de destacar o decréscimo nos planos de poupança e reforma (-60%) e nos seguros de capitalização (-41%). Esta evolução está relacionada com o facto de ter havido uma reorientação estratégica nos grupos bancassurance motivada pelas necessidades de liquidez dos Bancos e diminuição do rácio de cobertura de crédito sobre depósitos. Privilegiou-se a comercialização de produtos/recursos dentro de balanço dos Bancos, depósitos a prazo, tendo-se assim preterido a comercialização de seguros (que, por razões de concentração, só parcialmente originam liquidez para o Grupo).

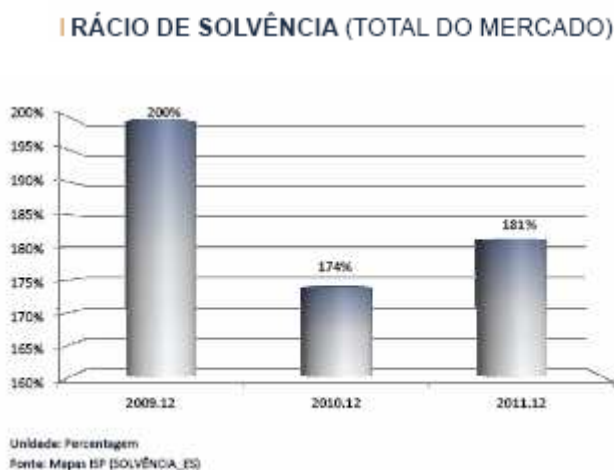
No ramo não vida, no positivo, a evolução dos prémios de Saúde, e, desfavorável, o comportamento dos prémios de Acidentes de Trabalho, relacionado com a redução do emprego.

A depreciação dos activos financeiros teve um impacto na deterioração das contas técnicas. No ramo vida, a conta técnica cifrou-se em € -72M devido ao impacto dos investimentos afectos em menos-valias e imparidades (tendo sido de € 226M e € 397M em 2009 e em 2010, respectivamente) e € 77M no ramo não vida.

O resultado global das Seguradoras foi de € 43M contra 414M em 2010.



O total do activo das Seguradoras reduziu-se em 10% e os capitais próprios em 11%, tendo o rácio de solvência do sector atingido os 181%, valor para o qual não terá sido alheia a reclassificação de activos.



A estrutura das carteiras apresenta um peso de 33,3% em dívida soberana e 59,3% em dívida de entidades privadas. Por mercado, a EU representa 57% e Portugal 23,6%. Por tipo de activo, as obrigações representam 72%.

A Actividade da Santander Totta Seguros em 2011

A actividade de seguros do ramo vida é explorada, desde 2001, pela Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida S.A. (STS).

O principal eixo de desenvolvimento da STS assentou na comercialização de produtos orientados para as necessidades específicas dos seus clientes, numa oferta diversificada de produtos inovadores alicerçada em políticas de *cross-selling* e de *cross-segment* com o Banco Santander Totta, numa política de melhoria do desenvolvimento dos seus recursos humanos e das práticas de boas vendas resultando num baixo índice de reclamações.

A par desta estratégia, deu-se particular enfoque à comercialização de seguros de protecção em *open market*, ao estudo e utilização da inteligência relativa a clientes e seguros e ainda à optimização dos novos canais de comercialização e à implementação de acções de retenção e de fidelização de clientes.

A par da continuada disponibilização de produtos de vida risco vinculados ao crédito ou a outros produtos bancários, a disponibilização, sob forma autónoma, de produtos orientados para a protecção de vida e para a protecção ao crédito conheceu uma notável penetração em novos clientes, resultado de acções com o Banco Santander Totta, permitindo a oferta destes produtos a clientes do Banco que não possuíam este tipo de seguros.

De realçar o bom desempenho relativamente aos seguros de vida financeiros, sendo de destacar o lançamento mensal de Seguros Financeiros denominados Plano Rendimento, sob a forma de Seguros ICAE não normalizados, divididos em unidades de participação (*unit linked*), que pretendem proporcionar um retorno mensal e trimestral (calculado com base no montante subscrito e pago sob a forma de resgate parcial), tendo o volume total comercializado ascendido a cerca de 961 milhões de euros, em 2011, tendo-se atingido uma quota de mercado de 15,3% em prémios e contratos de investimento (18,5% em produtos de capitalização).

No âmbito dos seguros de vida risco comercializados em open market, de salientar o Plano Vida, produto destinado ao segmento de mercado massivo, com mais de 35.449 planos vendidos em 2011 e o produto Plano Protecção Ordenado - um seguro de vida com cobertura de desemprego, particularmente adaptado ao actual contexto económico, sendo o segmento alvo os clientes com conta domiciliação ordenado, tendo a sua comercialização ascendido a 16.400 apólices em 2011.

Corolário de um forte dinamismo comercial junto dos segmentos de particulares e capitalizando o conhecimento dos clientes e das suas necessidades, de salientar o lançamento do seguro Viva Mais no 4º Trimestre de 2011.

Trata-se de um seguro inovador com excelentes coberturas, possibilitando, em caso de uma doença grave, que o cliente possa usufruir, até 1.000.000 € por ano, de tratamentos médicos junto dos melhores especialistas médicos internacionais.

Este novo produto surge em conformidade com a estratégia de crescimento em seguros open market e de protecção total para os nossos clientes.

A venda destes produtos foi dinamizada através de um plano de incentivos para a Rede Comercial, com uma sincronizada coordenação com a área de dinamização comercial do mediador/banco, suportada pelas Campanhas Strategic e pelo PIC (Plano Incentivos Comercial) com foco na dinamização daqueles produtos.

O valor dos prémios emitidos e contribuições para contratos de investimento alcançou o montante de 1.130 milhões de euros, uma diminuição de 5,6% relativamente a 2010. Nos seguros de risco e mistos o valor foi de 112,1 milhões de euros, uma diminuição de 5,4%

relativamente ao ano homólogo devido a um menor volume de venda dos produtos ligados ao crédito à habitação.

Relativamente ao ano homólogo, a margem técnica e as comissões pagas à rede tiveram um decréscimo de 7,0% e de 9,3%, respectivamente. O total de comissões de seguros distribuídos à rede ascendeu a 92,8 milhões de euros em 2011.

Os seguros financeiros totalizaram 1.017,5 milhões de euros uma diminuição de 5,7% relativamente ao período homólogo.

A Santander Totta Seguros atingiu um resultado antes de impostos de 6,167 milhões de euros, com o decréscimo a ter origem em produtos financeiros, tendo a contribuição para o Grupo, medida pelas comissões às redes e resultado antes de impostos, atingido 99 milhões de euros, um decréscimo de 24,6% relativamente ao ano anterior.

Face à conjuntura económica e financeira adversa, o desempenho da Companhia foi muito positivo, quer na manutenção de resultados recorrentes em produtos de risco e financeiros por fidelização de clientes, quer na comercialização de produtos financeiros. De referir que o impacto que a depreciação dos activos teve na companhia foi de expressão inegavelmente menor que o impacto nas contas do sector, resultante do facto dos activos afectos estarem maioritariamente avaliados ao justo valor.

<i>Milhões de Euros</i>			
Prémios emitidos	2010	2011	Var.
Contratos de Seguros			
Seguros de Vida excepto PPR/E	122,3	112,2	- 8,2%
PPR/E	59,2	52,2	- 11,8%
Acidentes Pessoais	1,6	1,7	+ 7,9%
Contratos de Investimento			
Seguros de Poupança excluindo PPR/E	1.004,2	956,4	- 4,8%
PPR/E	9,7	7,3	- 27,3%
Total	1.197	1.130	- 5,6%

O activo líquido da Santander Totta Seguros atingiu, em 31 de Dezembro de 2011, 5.148 milhões de euros, um aumento de 1,1% face ao ano anterior.

O volume total de activos financeiros geridos atingiu 5.080,3 milhões de euros, um aumento de 1,0% face a 2010, mantendo a política de investimentos os critérios de dispersão, liquidez e segurança dos activos.

As provisões técnicas e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros totalizam 4.508,0 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2011 contra 4.781,8 milhões de euros em 2010.

A taxa de cobertura da margem de solvência cifrou-se em 124,04% em 31 de Dezembro de 2011, considerando a proposta de distribuição de lucros.

O resultado da conta técnica alcançou os 15,5 milhões de euros contra 30,3 milhões no ano anterior.

O número de colaboradores efectivos e com contrato a termo certo era de 54 a 31 de Dezembro de 2011.

Os principais indicadores de rendibilidade e eficiência apresentam os seguintes valores:

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011
Custos de funcionamento / margem técnica antes comissões	7,2%	5,7%	5,9%	5,9%	7,1%
Capitais Seguros Risco (10 ⁶ €) / Nº médio de Colaboradores	291	329	351	352	377
Resultado Líquido / Capital Próprio	49,6%	26,8%	17,7%	17,4%	5,3 %
Resultado Líquido / Activo Líquido	1,1%	0,5%	0,4%	0,4%	0,1%

Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido de impostos da Santander Totta Seguros foi de € 4.445.894,89 (quatro milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil oitocentos e noventa e quatro euros e oitenta e nove cêntimos).

Propõe-se a seguinte aplicação:

- €444.589,49 (quatrocentos e quarenta e quatro mil quinhentos e oitenta e nove euros e quarenta e nove cêntimos) para Reserva legal;
- €1.780.555,40 (um milhão setecentos e oitenta mil quinhentos e cinquenta e cinco euros e quarenta cêntimos) para resultados transitados;
- €2.220.750,00 (dois milhões duzentos e vinte mil setecentos e cinquenta euros) para distribuição de dividendos ao accionista Santander Totta, SGPS, correspondente a €0,047 por acção, por se encontrarem reunidas as condições legais que possibilitam a distribuição.

Perspectivas para 2012

Para o ano de 2012, a Companhia perspectiva:

- Maior diferenciação na oferta de produtos de vida risco, com coberturas de doença e desemprego, protecção que conta com crescente interesse dos consumidores;
- Lançamento de novas iniciativas conducentes a otimizar a dinamização comercial através de campanhas e incentivos, acções de formação e informação e recurso a novas ferramentas;
- Utilização de inteligência comercial em segmentação de clientes, momentos de venda e nas práticas de cross selling e cross segment;
- Reengenharia de alguns processos com vista a aumentar a eficiência operacional;
- Melhoria do índice de satisfação dos clientes internos e externos, das taxas de retenção e das práticas de boas vendas.

Considerações Finais

Gostaria o Conselho de Administração de manifestar o seu agradecimento a todas as entidades que apoiaram a nossa empresa no desenvolvimento da sua actividade, designadamente:

- Ao Instituto de Seguros de Portugal, pela forma como acompanhou e apoiou o desenvolvimento da Companhia;
- À Associação Portuguesa de Seguradores, nomeadamente na defesa dos interesses da indústria e em matérias técnicas;
- Ao Senhor Provedor do Cliente, pelo seu apoio e contribuição;
- Ao Conselho Fiscal, pelo acompanhamento da actividade e contribuição;
- Ao Banco Santander Totta, pelo seu contributo na dinamização de “*cross-selling*” e resultados obtidos;
- Aos nossos Clientes, pela sua preferência;
- A todos os colaboradores que, com dedicação, contribuíram para os resultados obtidos.

Lisboa, 26 de Março de 2012

O Conselho de Administração,

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
Presidente

Eduardo Alves da Silva
Vogal

Armindo Alberto Escalda
Vogal

Joaquim Manuel Oliveira Filipe
Vogal

Maria Paula Toscano Figueiredo Marcelino
Vogal

Oscar Villoslada Montpart
Vogal

Joaquin Capdevilla
Vogal

Demonstrações

Financeiras

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 e 2010

(Montantes expressos em Euros)

Notas do Anexo	ACTIVO	31/12/2011			31/12/2010
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor Líquido	
9	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	35 409 035	-	35 409 035	79 084 761
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-
6	Activos financeiros detidos para negociação	298 981	-	298 981	493 550
	Investimentos em outras participadas e participantes	-	-	-	-
	Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	-	-
	Títulos de dívida	-	-	-	-
	Derivados	298 981	-	298 981	493 550
	Outros	-	-	-	-
6	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	4 499 988 603	-	4 499 988 603	4 443 812 802
	Investimentos em outras participadas e participantes	1 760 967 097	-	1 760 967 097	1 456 551 656
	Instrumentos de capital e unidades de participação	11 306 377	-	11 306 377	28 866 776
	Títulos de dívida	1 716 763 789	-	1 716 763 789	2 460 392 630
	Outros	1 010 951 340	-	1 010 951 340	498 001 740
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
6	Activos financeiros disponíveis para venda	505 147 117	-	505 147 117	493 069 913
	Investimentos em outras participadas e participantes	6 448 474	-	6 448 474	17 199 840
	Instrumentos de capital e unidades de participação	93 241 085	-	93 241 085	97 109 785
	Títulos de dívida	336 251 545	-	336 251 545	378 760 288
	Outros	69 206 013	-	69 206 013	-
6	Empréstimos concedidos e contas a receber	39 474 858	-	39 474 858	11 822 624
	Depósitos junto de empresas cedentes	-	-	-	-
	Outros depósitos	37 649 105	-	37 649 105	10 046 708
	Empréstimos concedidos	1 825 753	-	1 825 753	1 775 916
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Activos financeiros a deter até à maturidade	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios	-	-	-	-
10	Outros activos tangíveis	2 352 877	(2 218 817)	134 060	103 408
12	Outros activos intangíveis	2 834 435	(2 477 551)	356 884	25 203
4	Provisões técnicas de resseguro cedido	29 816 592	-	29 816 592	35 013 231
	Ramo Vida	29 788 959	-	29 788 959	34 986 385
	Provisão matemática	177	-	177	227
	Provisão para sinistros	4 544 730	-	4 544 730	5 204 264
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Provisão para prémios não adquiridos	25 244 052	-	25 244 052	29 781 894
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Ramos Não Vida	27 633	-	27 633	26 846
	Provisão para prémios não adquiridos	24 639	-	24 639	23 657
	Provisão para sinistros	2 994	-	2 994	3 189
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
22	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	27 895	-	27 895	4 584
6 e 13	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	22 020 993	(30 509)	21 990 484	23 866 971
	Contas a receber por operações de seguro directo	6 610 357	(30 509)	6 579 848	7 122 038
	Contas a receber por operações de resseguro	1 765 266	-	1 765 266	3 794 894
	Contas a receber por outras operações	13 645 370	-	13 645 370	12 950 039
23	Activos por impostos e taxas	15 786 112	-	15 786 112	5 753 542
	Activos por impostos (e taxas) correntes	3 210 819	-	3 210 819	-
	Activos por impostos diferidos	12 575 293	-	12 575 293	5 753 542
33	Acréscimos e diferimentos	50 202	-	50 202	41 864
	Outros elementos do activo	-	-	-	-
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	TOTAL ACTIVO	5 153 207 700	(4 726 877)	5 148 480 823	5 093 092 453

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

Notas do Anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	31/12/2011	31/12/2010
	PASSIVO		
4	Provisões técnicas	419 874 500	448 223 637
	Ramo Vida	419 790 418	448 137 512
	Provisão matemática	334 805 629	351 240 062
	Provisão para sinistros	24 489 183	23 647 717
	Provisão para participação nos resultados	2 318 464	5 587 394
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	1 828 211	4 733 360
	Provisão para participação nos resultados atribuída	490 253	854 034
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	4 670 000
	Provisão para prémios não adquiridos	58 177 142	62 992 339
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
	Ramos Não Vida	84 082	86 125
	Provisão para prémios não adquiridos	74 101	75 496
	Provisão para sinistros	9 981	10 629
	De acidentes de trabalho	-	-
	De outros ramos	9 981	10 629
	Provisão para participação nos resultados	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
5	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	4 088 098 021	4 333 537 236
	Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	4 038 370 060	4 301 702 078
	Valorizados ao custo amortizado	49 727 961	31 835 158
6	Outros passivos financeiros	519 388 490	153 793 053
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	14 000 000	14 000 000
	Depósitos recebidos de resseguradores	7 954 436	9 260 294
	Outros	497 434 054	130 532 759
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-
6	Outros credores por operações de seguros e outras operações	31 350 733	32 257 389
	Contas a pagar por operações de seguro directo	22 738 761	25 108 517
	Contas a pagar por operações de resseguro	4 456 996	4 935 495
	Contas a pagar por outras operações	4 154 976	2 213 377
23	Passivos por impostos e taxas	1 803 734	4 086 772
	Passivos por impostos (e taxas) correntes	1 803 734	3 472 567
	Passivos por impostos diferidos	-	614 205
33	Acréscimos e diferimentos	2 250 980	2 206 324
13	Outras provisões	2 521 783	10 785
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	5 065 288 240	4 974 115 196
	CAPITAL PRÓPRIO		
24	Capital	47 250 000	47 250 000
	(Acções Próprias)	-	-
	Outros instrumentos de capital	-	-
25	Reservas de reavaliação	(55 192 984)	(19 940 954)
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	(55 192 984)	(19 940 954)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de outros activos tangíveis	-	-
	Por revalorização de activos intangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
25	Reserva por impostos	14 761 969	5 604 980
25	Outras reservas	14 365 946	12 258 684
	Reserva legal	14 326 474	12 258 684
	Reserva estatutária	-	-
	Prémios de emissão	-	-
	Outras reservas	39 472	-
25	Resultados transitados	57 561 757	53 126 645
	Resultado líquido do exercício	4 445 895	20 677 902
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	83 192 583	118 977 257
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	5 148 480 823	5 093 092 453

CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

Notas do Anexo	Rubricas	2011				2010
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
14	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	142 525 713	1 162 887	-	143 688 600	149 798 772
	Prémios brutos emitidos	164 440 754	1 715 442	-	166 156 196	183 076 543
	Prémios de resseguro cedido	22 566 471	554 931	-	23 121 402	27 679 445
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(5 189 272)	(1 395)	-	(5 190 667)	4 111 104
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(4 537 842)	981	-	(4 536 861)	(1 487 222)
15	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	49 509 464	-	-	49 509 464	53 339 329
4	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	58 255 524	12 744	-	58 268 268	47 301 627
	Montantes pagos	56 191 864	13 198	-	56 205 062	44 140 994
	Montantes brutos	61 800 360	18 854	-	61 819 214	51 899 401
	Parte dos resseguradores	5 608 496	5 656	-	5 614 152	7 758 407
	Provisão para sinistros (variação)	2 063 660	(454)	-	2 063 206	3 160 633
	Montante bruto	1 404 126	(648)	-	1 403 478	2 713 625
	Parte dos resseguradores	(659 534)	(194)	-	(659 728)	(447 008)
4	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	22 939 723	-	-	22 939 723	44 041 887
	Montante bruto	22 939 673	-	-	22 939 673	44 041 849
	Parte dos resseguradores	(50)	-	-	(50)	(38)
4	Participação nos resultados, líquida de resseguro	405 416	-	-	405 416	55 711
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(4 670 000)	-	-	(4 670 000)	(1 266 914)
29	Custos e gastos de exploração líquidos	84 772 993	363 045	-	85 136 038	93 318 689
	Custos de aquisição	94 544 689	514 678	-	95 059 367	104 906 282
	Custos de aquisição diferidos (variação)	374 075	-	-	374 075	(1 338 123)
	Gastos administrativos	2 864 519	-	-	2 864 519	2 493 312
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	13 010 290	151 633	-	13 161 923	12 742 782
16	Rendimentos	224 162 454	5 324	1 284 808	225 452 586	229 569 280
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	18 303 507	5 324	1 284 808	19 593 639	14 827 769
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Outros	205 858 947	-	-	205 858 947	214 741 511
17	Gastos financeiros	30 965 460	115	524 954	31 490 529	54 267 885
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	763 393	-	-	763 393	109 614
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Outros	30 202 067	115	524 954	30 727 136	54 158 271
18	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(2 173 331)	-	(53 615)	(2 226 946)	(734 557)
	De activos disponíveis para venda	(704 189)	-	(53 615)	(757 804)	62 516
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(1 469 142)	-	-	(1 469 142)	(797 073)
	De outros	-	-	-	-	-
18	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(206 693 303)	-	(4 009 338)	(210 702 641)	(165 630 587)
	De activos e passivos financeiros detidos para negociação	(155 180)	-	-	(155 180)	(59 258)
	De activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(206 538 123)	-	(4 009 338)	(210 547 461)	(165 571 329)
30	Diferenças de câmbio	279 327	-	-	279 327	633 145
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	3 498 812	3 498 812	-
6, 25	De activos disponíveis para venda	-	-	3 498 812	3 498 812	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-	-
31	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(243 498)	-	-	(243 498)	(148 835)
13	Outras provisões (variação)	-	-	2 511 795	2 511 795	7 954
32	Outros rendimentos/gastos	-	-	(9 383)	(9 383)	(136 546)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	14 697 710	792 307	(9 323 089)	6 166 928	28 963 162
23	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	-	-	6 579 352
23	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	1 721 034	1 721 034	1 705 908
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	4 445 895	20 677 902

DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital	Reservas de Reavaliação		Reserva por impostos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			Reserva legal	Outras reservas			
25	Balanco a 31 de Dezembro de 2009	47 250 000	(12 622 750)		3 366 803	10 251 808	-	45 176 257	20 068 764	113 490 862
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	2 006 876	-	18 061 888	(20 068 764)	-
25	Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	(10 111 500)	-	(10 111 500)
	Resultado integral do exercício	-	(7 318 204)	2 238 177	-	-	-	-	20 677 902	15 597 875
	Balanco a 31 de Dezembro de 2010	47 250 000	(19 940 954)	5 604 980		12 258 684	-	53 126 645	20 677 902	118 977 257
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	2 067 790	-	18 610 112	(20 677 902)	-
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	(14 175 000)	-	(14 175 000)
25	Resultado integral do exercício	-	-	-	-	-	39 472	-	-	39 472
	Balanco a 31 de Dezembro de 2011	47 250 000	(35 252 030)	9 156 989		-	-	-	4 445 895	(21 649 146)
			(55 192 984)	14 761 969		14 326 474	39 472	57 561 757	4 445 895	83 192 583

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Resultado líquido do exercício	<u>4 445 895</u>	<u>20 677 902</u>
Resultado não reconhecido na demonstração dos resultados		
Variações no justo valor dos instrumentos financeiros disponíveis para venda		
Fundos de Investimento Mobiliário	(2 140 425)	694 673
Acções	2 018 858	(1 391 207)
Obrigações	<u>(37 919 327)</u>	<u>(11 562 558)</u>
	(38 040 894)	(12 259 092)
Variações na provisão para participação nos resultados a atribuir	<u>2 788 864</u>	<u>4 940 888</u>
	(35 252 030)	(7 318 204)
Impacto fiscal	<u>9 156 989</u>	<u>2 238 177</u>
Total	<u>(26 095 041)</u>	<u>(5 080 027)</u>
Rendimento integral do exercício	<u><u>(21 649 146)</u></u>	<u><u>15 597 875</u></u>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	4 445 895	20 677 902
Custos e proveitos operacionais que não representam fluxos de caixa:		
Amortizações do exercício	73 260	121 805
Variação em outras provisões	2 510 997	10 785
Variação nas provisões técnicas	(23 152 499)	44 902 567
Variação de passivos por contratos de investimento	(245 439 215)	(44 663 984)
 (Aumentos) / diminuições nos activos operacionais:		
Devedores por operações de seguro directo e resseguro	2 571 818	(786 800)
Devedores por outras operações	(718 642)	1 596 623
Activos por impostos	928 154	1 722 214
Outros activos	(8 337)	(13 870)
 Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais:		
Credores por operações de seguro directo e resseguro	(4 154 113)	(26 945 454)
Credores por outras operações	1 941 599	(298 631)
Passivos por impostos	(4 086 772)	(3 629 668)
Incentivos de longo prazo	39 472	-
Outros passivos	44 656	(15 732)
 FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(265 003 727)</u>	<u>(7 322 243)</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Variação nos activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	314 339 064	32 413 985
Variação nos activos financeiros disponíveis para venda	(47 329 236)	(23 272 236)
Variação nos empréstimos e contas a receber	(31 071 234)	(10 095 141)
Aquisições de outros activos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	(435 593)	(28 261)
 FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>235 503 001</u>	<u>(981 653)</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	(14 175 000)	(10 111 500)
 FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(14 175 000)</u>	<u>(10 111 500)</u>
 Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	<u>(43 675 726)</u>	<u>(18 415 396)</u>
 Caixa e seus equivalentes no início do período	79 084 761	97 500 157
Caixa e seus equivalentes no fim do período	35 409 035	79 084 761

Anexos às
Demonstrações
Financeiras

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia) foi constituída em 19 de Março de 2001 e tem por objecto o exercício da actividade de seguro directo e de resseguro cedido, do ramo Vida, para a qual tem as devidas autorizações do Instituto de Seguros de Portugal. Em 2007, a Companhia obteve autorização para operar no ramo não vida – acidentes pessoais.

Os seguros de vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte ou a sobrevivência da pessoa segura, bem como operações financeiras conducentes à captação de aforro.

Os seguros não vida (ramos reais) têm por objecto segurar danos em coisas, bens imateriais, créditos e quaisquer outros direitos patrimoniais. No caso concreto da Companhia os ramos reais referem-se a seguros de acidentes pessoais.

Em 27 de Dezembro de 2001 foi registada a escritura de cessão, a favor da Companhia, da Sucursal Seguros Génesis, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (Seguros Génesis), bem como da carteira de seguros associada à mesma, tendo os correspondentes efeitos económicos sido reportados a 1 de Janeiro de 2001.

Em Setembro de 2002, a Companhia alterou a sua denominação inicial, Santander Central Hispano Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.. Posteriormente, em Março de 2005, adoptou a actual denominação.

Conforme indicado na Nota 24, a Companhia é detida pela Santander Totta - SGPS, S.A. e, consequentemente, as suas operações e transacções são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere (Grupo Santander).

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de Março de 2012, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As notas que se seguem respeitam o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007-R, de 31 de Dezembro, ambas do Instituto de Seguros de Portugal (ISP).

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

2. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as actividades de negócio desenvolvidas pela Companhia encontram-se segmentadas nos ramos vida e não vida e apresentam o seguinte detalhe no que se refere às principais rubricas de balanço e da conta de ganhos e perdas:

	2011					Total
	Seguros de Vida	Seguros Ligados	Contratos de investimento	Ramo não Vida	Área não técnica	
Prémios brutos emitidos	115.157.351	49.283.403	-	1.715.442	-	166.156.196
Prémios de resseguro cedido	(22.566.471)	-	-	(554.931)	-	(23.121.403)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	5.189.272	-	-	1.395	-	5.190.667
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(4.537.842)	-	-	981	-	(4.536.861)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	49.509.464	-	-	49.509.464
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(35.290.309)	(22.965.214)	-	(12.744)	-	(58.268.267)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(410.692)	5.276	-	-	-	(405.416)
Outras provisões técnicas (variação)	15.493.653	(33.763.377)	-	-	-	(18.269.724)
Remunerações de mediação (comissões)	(55.155.313)	(963.281)	(36.782.488)	(343.088)	-	(93.244.170)
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	9.770.897	(575.593)	(1.067.216)	(19.957)	-	8.108.132
Resultados dos investimentos	6.595.513	8.455.241	(30.441.068)	5.209	(6.801.911)	(22.187.016)
Outros rendimentos / gastos técnicos	(243.498)	-	-	-	-	(243.498)
Outros custos e proveitos	-	-	-	-	(2.521.177)	(2.521.177)
Resultado antes de impostos	34.002.560	(523.544)	(18.781.308)	792.307	(9.323.089)	6.166.928
Impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	-	(1.721.034)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.445.895
Activo Líquido	245.178.670	229.776.604	4.476.421.417	233.642	196.870.490	5.148.480.823
Passivo Total	240.731.744	254.669.683	4.471.407.577	84.082	98.395.154	5.065.288.240

	2010					Total
	Seguros de Vida	Seguros Ligados	Contratos de investimento	Ramo não Vida	Área não técnica	
Prémios brutos emitidos	125.616.011	55.871.395	-	1.589.137	-	183.076.543
Prémios de resseguro cedido	(27.158.698)	-	-	(520.747)	-	(27.679.445)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(4.107.212)	-	-	(3.892)	-	(4.111.104)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(1.487.071)	-	-	(151)	-	(1.487.222)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-	53.339.329	-	-	53.339.329
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(39.380.385)	(7.910.143)	-	(11.099)	-	(47.301.627)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(467.859)	412.148	-	-	-	(55.711)
Outras provisões técnicas (variação)	9.184.162	(51.959.134)	-	-	-	(42.774.972)
Remunerações de mediação (comissões)	(58.326.553)	(926.927)	(42.652.202)	(317.310)	-	(102.222.992)
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	11.115.897	(418.566)	(1.605.482)	(187.546)	-	8.904.303
Resultados dos investimentos	7.933.786	6.250.313	(3.453.009)	3.404	(1.165.099)	9.569.395
Outros rendimentos / gastos técnicos	(148.835)	-	-	-	-	(148.835)
Outros custos e proveitos	-	-	-	-	(144.500)	(144.500)
Resultado antes de impostos	22.773.243	1.319.086	5.628.636	551.796	(1.309.599)	28.963.162
Impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	-	(8.285.260)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	20.677.902
Activo Líquido	264.322.254	226.000.433	4.416.060.402	252.509	186.456.855	5.093.092.453
Passivo Total	247.635.648	224.867.286	4.394.151.088	86.125	107.375.049	4.974.115.196

O segmento de “Seguros de Vida” inclui a totalidade dos produtos de risco, *universal life*, rendas e todos os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, à excepção dos planos poupança reforma representados por unidades de participação.

O segmento de “Seguros ligados” inclui apenas os produtos plano poupança reforma representados por unidades de participação.

O segmento de “Contratos de investimento” inclui a totalidade dos produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (doravante simplesmente “*unit-linked*”) e contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados.

O segmento “Ramo não vida” corresponde ao produto acidentes pessoais.

O segmento “Área não técnica” corresponde a todos os proveitos, custos, activos e passivos que não se encontram afectos à actividade seguradora.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

A actividade da Companhia é desenvolvida essencialmente no ramo vida e o montante dos prémios brutos emitidos diz respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal.

3. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP), através da Norma Regulamentar nº 4/2007-R, de 27 de Abril, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

Até 31 de Dezembro de 2007, as demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma Regulamentar nº 7/94, de 27 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1995. O actual Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, com excepção do modelo de divulgações e da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando-se a aplicar, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos passivos associados a contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

3.2. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente imputados à transacção são registados na conta de ganhos e perdas. Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do activo.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

Os valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transaccionados num mercado regulamentado e com transacções efectuadas nos últimos 15 dias são valorizados à cotação de fecho, se a sessão tiver encerrado antes das 17 horas de Lisboa, ou à cotação verificada nessa hora se a sessão se encontrar em funcionamento e tiver decorrido mais de metade da sessão. As cotações são fornecidas pelas entidades gestoras do mercado onde os valores se encontram admitidos à cotação e captadas através da NetBolsa (mercado nacional) e da Reuters ou da Bloomberg (mercados estrangeiros).

Se os valores mobiliários forem cotados em mais de uma bolsa, é considerado o preço praticado no mercado que apresenta maior liquidez, frequência e regularidade de transacções.

Para efeitos da valorização dos valores mobiliários cotados sem transacções nos últimos 15 dias e para os não cotados, a Companhia definiu um conjunto de contribuidores que considera credíveis e que divulgam preços através de meios especializados, nomeadamente a Bloomberg.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Se um preço de referência de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços universalmente aceites (técnicas de “discounted cash-flows”).

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash-flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adoptado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transacções.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes.

Aquando do reconhecimento inicial, os activos financeiros são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado e instrumentos financeiros derivados; e
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de acordo com a opção permitida pela Norma IAS 39 (“fair value option”). Encontram-se classificados nesta categoria os instrumentos financeiros associados a produtos “unit-linked” em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro e os instrumentos financeiros associados à operação descrita nas Notas 3.2.d) e 7. A aplicação desta opção encontra-se limitada a situações em que a sua adopção permita a produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“accounting mismatch”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre esses grupos de instrumentos financeiros seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

- Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados implícitos, a menos que:
 - Os derivados implícitos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
 - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos na conta de ganhos e perdas, nas rubricas de “Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

Todos os instrumentos financeiros derivados detidos pela Companhia à data de balanço encontram-se classificados nesta categoria.

Em conformidade com o estabelecido na Circular n.º 3/2008, de 15 de Maio, do Instituto de Seguros de Portugal, todas as transferências de activos disponíveis para venda realizadas entre fundos autónomos são efectuadas a valores de mercado. O valor de mercado do título na data da transacção é considerado o valor de venda do fundo vendedor e o valor de compra do fundo comprador. Este é o valor considerado para efeitos de apuramento e registo da valia realizada no fundo vendedor. As valias contabilísticas resultantes de vendas entre fundos autónomos a representar produtos com participação nos resultados ou destes para afectos sem participação nos resultados ou livres concorrem para efeitos de determinação do lucro tributável.

ii) Empréstimos concedidos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui, entre outros, depósitos em instituições de crédito, depósitos junto de empresas cedentes e empréstimos e outras contas a receber.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente imputáveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Incluem os instrumentos financeiros registados nesta categoria aquando do reconhecimento inicial e que não se enquadram nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39.

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de ganhos e perdas, como investimentos a deter até à maturidade ou como empréstimos concedidos e contas a receber.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros” até à sua venda, ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade, momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários (títulos de dívida) são reconhecidos directamente na conta de ganhos e perdas.

Reconhecimento de rendimentos

Os juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas (empréstimos concedidos e contas a receber e activos financeiros disponíveis para venda) e o respectivo reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados na rubrica “Rendimentos de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros de activos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são registados na rubrica “Rendimentos – Outros”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente os dividendos, são reconhecidos na rubrica “Rendimentos – Outros”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente imputáveis à transacção.

A rubrica “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento” inclui as responsabilidades decorrentes dos produtos financeiros sem participação discricionária nos resultados e dos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro emitidos pela Companhia e considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Os passivos financeiros resultantes dos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (“*unit-linked*”) são mensurados ao justo valor e registados na rubrica “Passivos financeiros valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”. As variações no justo valor são reflectidas em “Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas – De activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”.

Os restantes passivos financeiros, incluindo passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

c) Reclassificação de activos financeiros

Na sequência da alteração à Norma IAS 39 em Outubro de 2008, sob a designação "Reclassificação de activos financeiros", passou a ser possível efectuar as seguintes reclassificações entre as categorias de activos financeiros:

- (i) Em circunstâncias particulares, activos financeiros não derivados (que não os designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados no âmbito da "fair value option") podem ser transferidos da categoria ao justo valor através de resultados; e
- (ii) Activos financeiros que cumpram a definição de empréstimos e outras contas a receber podem ser transferidos da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de empréstimos e outras contas a receber, desde que a Companhia tenha a intenção e capacidade de os deter no futuro próximo ou até à maturidade.

A Companhia não procedeu a quaisquer reclassificações nos exercícios de 2011 e 2010.

d) Prestações acessórias

O accionista único concedeu à Companhia prestações acessórias em Outubro de 2008, no âmbito de uma operação levada a cabo para mitigar a desvalorização do valor patrimonial de alguns fundos "unit-linked" sob gestão. Estas prestações acessórias serão reembolsadas ao accionista único se e na medida em que os valores em cuja aquisição foi investido o produto das prestações restituídas sejam liquidados pelos respectivos emitentes ou de outra forma readquirido o montante investido, nomeadamente em consequência da alienação ou extinção das posições adquiridas. Para além da verificação deste requisito, o reembolso das prestações acessórias depende de deliberação da Assembleia Geral e obedece aos demais termos e condições aplicáveis ao reembolso de prestações suplementares nas sociedades por quotas, podendo no entanto ser total ou parcial e, neste caso, fazer-se em uma ou mais vezes (Nota 7). Este passivo financeiro não tem maturidade definida e o seu reembolso é susceptível de ser exigido pelo accionista único a todo o momento (*demand feature liability*).

De acordo com a Norma IAS 32, estas prestações acessórias foram classificadas na rubrica "Outros passivos financeiros – Outros".

e) Operações de reporte e de empréstimo de títulos

Os activos financeiros cedidos em operações de reporte e de empréstimo de títulos permanecem na respectiva carteira de investimentos, sendo adicionalmente relevados em contas extrapatrimoniais, continuando os que se encontram a representar provisões técnicas a ser consideradas para efeitos de cálculo dos limites de diversificação e dispersão prudenciais regulamentarmente estabelecidos.

Os activos financeiros recebidos em operações de reporte e de empréstimo de títulos não integram a carteira de investimentos, sendo apenas registados em contas extrapatrimoniais.

Estas operações obedecem às regras, limites e garantias previstas na Norma Regulamentar nº 9/2002-R, de 7 de Maio, do Instituto de Seguros de Portugal.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

f) Imparidade de activos financeiros

A Companhia efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros, incluindo activos registados ao custo amortizado e activos financeiros disponíveis para venda. Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, são registadas perdas por imparidade por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- i) Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- ii) Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- iii) Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- iv) Ser provável que o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- v) O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos registados ao custo amortizado, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Relativamente aos activos financeiros disponíveis para venda, em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos activos em avaliação.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital registados como activos financeiros disponíveis para venda:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Relativamente aos critérios objectivos de imparidade em instrumentos de capital, o Conselho de Administração da Companhia considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada em instrumentos financeiros face ao custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, a Companhia considera a existência de menos-valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Excepto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na conta de ganhos e perdas.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Relativamente a activos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de reavaliação. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

O montante de imparidade apurado é reconhecido como custo na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões)”.

3.3. Outros activos intangíveis

A Companhia regista nesta rubrica as despesas com a fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as despesas com software adquirido. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

3.4. Outros activos tangíveis

Os outros activos fixos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas como custo do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respectivos bens.

As taxas definidas têm subjacentes as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de <u>vida útil</u>
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 a 10
Material de transporte	4 a 6
Outras imobilizações corpóreas	5 a 10

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

3.5. Provisões técnicas

3.5.1. Classificação entre contrato de seguro e contrato de investimento

De acordo com o estabelecido na Norma IFRS 4, um contrato de seguro é um contrato por meio do qual uma parte (a Companhia) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento seguro) afectar adversamente o tomador de seguro. Todos os contratos que não cumpram esta definição qualificam como contratos de investimento.

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efectuado de acordo com o normativo do Instituto de Seguros de Portugal. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (Nota 3.1.), foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela Norma IFRS 4, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da Norma IAS 39.

Adicionalmente, os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados encontram-se no âmbito da Norma IFRS 4 e inerentemente observam o normativo do Instituto de Seguros de Portugal.

3.5.2. Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, sendo calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos contratos de seguro do ramo vida e do ramo não vida. A Companhia difere os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respectivas apólices de seguro.

3.5.3. Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases actuariais aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal (Nota 4). Esta provisão é igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

3.5.4. Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rendibilidade efectiva dos instrumentos financeiros que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros decorrentes das responsabilidades resultantes dos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados é inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

3.5.5. Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, sendo determinada da seguinte forma:

- ☐ A partir da análise dos sinistros declarados pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- ☐ Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- ☐ Pela estimativa dos custos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que actualmente se encontram em processo de gestão.

3.5.6. Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

3.5.7. Provisão para participação nos resultados atribuída

Refere-se aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos, sendo o seu cálculo efectuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados é paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respectivas condições gerais das apólices.

3.5.8. Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é registada relativamente a contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, cuja cobertura principal seja o risco de morte, e destina-se a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa plana ou única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter inalterada por um certo prazo.

3.5.9. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pelo Instituto de Seguros de Portugal.

3.5.10. Provisões técnicas de resseguro cedido

Correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e outras cláusulas existentes.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

3.6. Ajustamentos de recibos por cobrar

Têm por objectivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculados de acordo com os princípios estabelecidos na Circular nº 9/2008, de 27 de Novembro, do Instituto de Seguros de Portugal.

3.7. Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme referido na Nota 3.5.1., a Companhia mantém a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que essa participação inclui uma componente de discricionariedade por parte da Companhia, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- ☐ Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- ☐ O montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- ☐ Estejam dependentes da *performance* de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros de vida com participação discricionária nos resultados, são repartidas entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos. A separação destes montantes entre a parte atribuível ao segurado e à Companhia é feita tendo em conta os planos de participação nos resultados (Nota 3.5.6.).

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando devidos, na rubrica "Prémios adquiridos, líquidos de resseguro", da conta de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro de vida de prazo inferior ou igual a um ano e não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como ganho ou perda ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida com prazo superior a um ano e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo os custos reflectidos no mesmo momento em que são registados os ganhos associados aos prémios emitidos.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

3.8. Outras provisões e passivos contingentes

São constituídas provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3.9. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Empregados.

Responsabilidades com pensões

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho (CCT) vigente para o sector segurador, a Companhia assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados que tenham sido admitidos no sector até 22 de Junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre esta entidade e a Companhia em 29 de Junho de 2001. As prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

O regime de reconhecimento contabilístico e de imputação à conta de ganhos e perdas das responsabilidades por pensões de reforma por velhice e invalidez consiste na cobertura integral no final de cada exercício do valor actual das responsabilidades por serviços passados relativas a pensões de reforma. Não existem pensões em pagamento em 31 de Dezembro de 2011. Neste sentido, a Companhia reconhece na conta de ganhos e perdas o valor líquido correspondente ao custo do serviço corrente, custo dos juros, retorno esperado dos activos do plano e ganhos e perdas actuariais.

As responsabilidades com os complementos de pensões de reforma foram calculadas pelo método “Projected Unit Credit” (Nota 22).

Em Julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander). Em 31 de Dezembro de 2011, o valor das unidades de participação detidas neste fundo é superior ao valor actual das responsabilidades por serviços passados, pelo que o correspondente activo encontra-se registado em “Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” (Nota 22).

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses), incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm direito a um mês de férias anual e um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no exercício anterior ao do seu pagamento. Desta forma, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e os respectivos encargos sociais são registados em custos do exercício a que respeitam, independentemente do ano em que ocorra o seu pagamento.

Os encargos com férias e subsídio de férias são registados na rubrica “Gastos com pessoal” por contrapartida da rubrica “Acréscimos e diferimentos” do passivo.

3.10. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Contabilisticamente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos activos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são reflectidos na conta de ganhos e perdas do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

Com a publicação da Lei nº 12 – A/2010, de 30 de Junho, foi introduzida a derrama estadual, a qual deve ser paga por todos os sujeitos passivos que apurem um lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”) superior a 2.000.000 Euros. A derrama estadual corresponde a 2,5% da parte do lucro tributável superior ao referido limite. A Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2012, refere que a taxa da derrama estadual passa para 3% sobre os lucros tributáveis superiores a 1.500.000 Euros e até 10.000.000 Euros. No que respeita aos lucros tributáveis superiores a 10.000.000 Euros é introduzida uma nova taxa de 5%. Estas taxas aplicam-se somente aos lucros tributáveis e aos pagamentos adicionais por conta referentes aos dois períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012. Dada a transitoriedade desta medida, a taxa fiscal utilizada no exercício de 2011 no cálculo dos impostos diferidos manteve-se em 29%, com excepção dos prejuízos fiscais reportáveis, cujo imposto diferido foi calculado à taxa de 25%.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

3.11. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Os activos financeiros monetários (títulos de dívida) expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do balanço. Os activos financeiros não monetários (acções e unidades de participação) que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos financeiros não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com excepção das originadas por instrumentos de capital e unidades de participação classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

3.12. Planos de incentivos a longo prazo sobre acções

A Companhia tem planos de incentivos a longo prazo sobre acções e opções sobre acções do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “equity settled share-based payment transactions”, conforme definido na Norma IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada directamente pelo Banco Santander, S.A.. A Companhia paga anualmente ao Banco Santander, S.A., o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Grupo a estes instrumentos na conta de ganhos e perdas do exercício, na rubrica de “Gastos com pessoal”, na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços, por contrapartida da rubrica “Outras reservas – outras”.

3.13. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 3.2.a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Determinação de perdas por imparidade em activos financeiros

As perdas por imparidade em activos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 3.2. f). Deste modo, a determinação da imparidade em activos financeiros tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efectuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de activos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Determinação dos passivos por contratos de seguro

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efectuada com base em metodologias e pressupostos descritos na Nota 3.5. acima.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro reveste-se de um certo nível de subjectividade, podendo os valores efectivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa em 31 de Dezembro de 2011 das responsabilidades a que se encontra obrigada.

Resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido é igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento legal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação fiscal poderão afectar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados no balanço, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Companhia sobre o correcto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades Fiscais.

3.14. Adopção de normas (novas ou revistas), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), endossadas pela União Europeia

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, o qual tem por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS/IAS”), tal como endossadas pela União Europeia, em vigor para o exercício económico iniciado em ou após 1 de Janeiro de 2011, excepto conforme referido na Nota 3.1. Estas correspondem às Normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou do anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido endossadas pela União Europeia.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Adopção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

No exercício de 2011, a Companhia adoptou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

- IAS 24 (Alterada) – “Entidades relacionadas” – A revisão efectuada ao texto da norma introduz uma isenção parcial aos requisitos gerais de divulgação relacionados com entidades nas quais o Estado exerça controlo, controlo conjunto ou influência significativa. Neste âmbito, apenas serão de divulgação obrigatória os saldos e transacções efectuadas directamente com o Estado ou com entidades relacionadas com o Estado, cuja natureza ou montante (individual ou cumulativamente) apresentem carácter significativo. A norma alterada é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.
- IAS 32 – “Classificação dos direitos de emissão” (Emenda) – Em resultado da alteração efectuada ao texto da norma, instrumentos derivados emitidos por uma entidade com o objectivo de adquirir um número fixo de instrumentos do seu capital próprio em troca de um valor previamente fixado, independentemente da divisa em que seja acordada a transacção, deverão eles próprios ser reconhecidos como instrumentos de capital e não como um passivo, desde que cumpram os restantes requisitos de apresentação definidos pela norma para este efeito. A adopção desta alteração é de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Fevereiro de 2010.
- IFRIC 14 (Alterada) – “Pagamentos antecipados no âmbito de requisitos mínimos de financiamento” – As alterações a esta interpretação efectuadas em Novembro de 2009 vêm permitir o reconhecimento de pagamentos antecipados no âmbito de requisitos mínimos de financiamento como um activo. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.
- IFRIC 19 – “Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio” – Esta norma estabelece o tratamento contabilístico a seguir pela entidade que emite instrumentos de capital próprio, com o objectivo de liquidar, total ou parcialmente, um passivo financeiro. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2010.
- “Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro” – Este processo envolveu a revisão de seis normas contabilísticas e uma interpretação, das quais duas com aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2010 e cinco com aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011.

O efeito nas demonstrações financeiras da Companhia, decorrente da adopção das normas, emendas e revisões acima referidas, não foi significativo.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adoptadas

Em 31 de Dezembro de 2011, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: Divulgações” (Emendada) – As alterações introduzidas ao normativo pretendem clarificar as divulgações existentes relativas à natureza e extensão dos riscos aos quais as entidades se encontram expostas devido à utilização de instrumentos financeiros. Adicionalmente, pretendem melhorar a qualidade das divulgações referentes a operações de transferência de activos financeiros como são exemplo as operações de securitização. As alterações ao normativo são de aplicação obrigatória para exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2011.

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” – A nova norma utiliza uma abordagem única para determinar a contabilização de um activo financeiro ao custo amortizado ou ao justo valor, simplificando a classificação face à IAS 39. A classificação depende das características contratuais do activo e da forma como é efectuada a sua gestão. A norma não abrange os passivos financeiros. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015.
- IFRS 11 – “Empreendimentos conjuntos” - A nova norma estabelece que as partes envolvidas num empreendimento conjunto deverão determinar o tipo e a forma de contabilização do empreendimento conjunto através da avaliação dos direitos e obrigações decorrentes da operação. O empreendimento conjunto poderá ser classificado como “joint operation”, no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos e obrigações sobre os passivos relacionados com o acordo, ou como “joint venture”, no caso em que as partes envolvidas tenham direitos sobre os activos líquidos relacionados com o acordo. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IFRS 12 – “Disclosures of Interests in Other Entities” - A norma estabelece a divulgação de informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras de uma entidade avaliar a natureza e os riscos associados aos interesses que a entidade possua noutras entidades, nomeadamente, o efeito desses interesses na sua posição e desempenho financeiros e nos seus fluxos de caixa. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IFRS 13 – “Fair Value Measurement” - A norma define o que é justo valor e estabelece uma estrutura para a sua determinação. É ainda estabelecida uma hierarquia para o justo valor, de acordo com os inputs utilizados nos modelos de valorização. A norma estabelece ainda requisitos de divulgação relacionados com a determinação do justo valor. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IAS 27 – “Separate Financial Statements” - A norma estabelece princípios a aplicar na contabilização de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas quando uma entidade opte, ou seja exigido pelos reguladores locais, por apresentar demonstrações financeiras em separado (não-consolidadas). É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.
- IAS 19 (Alteração) - “Benefícios dos Empregados” - As alterações ao texto da norma emitida em Junho de 2011 definem melhorias ao nível da contabilização dos planos de benefícios definidos, nomeadamente a eliminação da opção de diferir ganhos e perdas actuariais (método do corredor), a racionalização da apresentação das alterações nos activos e passivos relacionados com benefícios definidos e uma maior exigência nas divulgações das características e dos riscos associados aos planos de benefícios definidos. É de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

- IAS 12 (Alteração) – “Deferred tax: Recovery of Underlying Assets” – A alteração estabelece que para a determinação dos impostos diferidos relacionados com propriedades de investimento se possa considerar que a recuperação será concretizada através da venda. A alteração ao texto da norma emitida em Dezembro de 2010 é de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012.
- IFRS 1 (Alteração) – “Severe Hyperinflation and Removal of Fixed Dates for First Time Adopters” – As alterações incluem orientações para entidades que, em contexto de hiperinflação severa, adoptem as IFRS pela primeira vez ou que retomem a sua adopção. A alteração ao texto da norma emitida em Dezembro de 2010 é de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2011.
- IAS 1 (Alteração) - “Presentation of Items of Other Comprehensive Income” - As alterações à norma incluem algumas modificações à forma como o rendimento integral é apresentado. A alteração ao texto da norma emitida em Junho de 2011 é de aplicação obrigatória em exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2012.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações acima referidas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não apresentará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

4. NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E DE INVESTIMENTO COM PARTICIPAÇÃO DISCRICIONÁRIA NOS RESULTADOS E ACTIVOS DE RESSEGURO

As políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro são as descritas na Nota 3.5.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de provisões técnicas de contratos de seguro directo e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
<u>Seguro directo:</u>		
<u>Ramo Vida</u>		
Provisão matemática		
Financeiros com participação	324.961.418	340.709.465
Mistos	7.330.700	8.072.672
<i>Universal life</i>	2.190.377	2.116.394
Rendas	323.134	341.531
	-----	-----
	334.805.629	351.240.062
Provisão para prémios não adquiridos	58.177.142	62.992.339
Provisão para participação nos resultados atribuída	490.253	854.034
Provisão para participação nos resultados a atribuir	1.828.211	4.733.360
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	19.093.485	17.745.192
Sinistros não declarados (IBNR)	5.067.670	5.561.432
Custos de gestão de sinistros	328.028	341.093
	-----	-----
	24.489.183	23.647.717
Provisão para estabilização da carteira	-	4.670.000
	-----	-----
	419.790.418	448.137.512
	-----	-----

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2011	31-12-2010
Ramos Não Vida		
Provisão para prémios não adquiridos	74.101	75.496
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	9.981	10.629
	-----	-----
	84.082	86.125
	-----	-----
	419.874.500	448.223.637
	=====	=====
Resseguro cedido:		
Ramo Vida		
Provisão matemática	177	227
Provisão para prémios não adquiridos	25.244.052	29.781.894
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	4.544.730	5.204.264
	-----	-----
	29.788.959	34.986.385
	-----	-----
Ramos Não Vida		
Provisão para prémios não adquiridos	24.639	23.657
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	2.994	3.189
	-----	-----
	27.633	26.846
	-----	-----
	29.816.592	35.013.231
	=====	=====

O movimento ocorrido na provisão matemática, na provisão para prémios não adquiridos, na provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída, na provisão para compromissos de taxa e na provisão para estabilização da carteira de seguro directo e de resseguro cedido do Ramo Vida, nos exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011			
	Saldo em	Responsabilidades	Resultados	Saldo em
	31-12-2010	originadas no	distribuídos	31-12-2011
		período e juro		
		atribuído		
Seguro directo				
Provisão matemática	351.240.062	(16.434.433)	-	334.805.629
Provisão para prémios não adquiridos	62.992.339	(4.815.197)	-	58.177.142
Provisão para participação nos resultados a atribuir	4.733.360	(2.905.149)	-	1.828.211
Provisão para participação nos resultados atribuída				
De contratos de seguro	798.785	317.769	(769.197)	347.357
De contratos de investimento com participação				
discricionária nos resultados	55.249	87.647	-	142.896
Provisão para estabilização da carteira	4.670.000	(4.670.000)	-	-
	424.489.795	(28.419.363)	(769.197)	395.301.235
Resseguro cedido				
Provisão matemática	(227)	50	-	(177)
Provisão para prémios não adquiridos	(29.781.894)	4.537.842	-	(25.244.052)
	(29.782.121)	4.537.892	-	(25.244.229)
	394.707.674	(23.881.471)	(769.197)	370.057.006

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2010			
	Saldo em 31-12-2009	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2010
Seguro directo				
Provisão matemática	307.147.342	44.041.849	50.871	351.240.062
Provisão para prémios não adquiridos	60.223.250	2.769.089	-	62.992.339
Provisão para participação nos resultados a atribuir	9.830.789	(5.097.429)	-	4.733.360
Provisão para participação nos resultados atribuída				
De contratos de seguro	613.757	437.521	(252.493)	798.785
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	487.930	(381.810)	(50.871)	55.249
Provisão para compromissos de taxa	1.866.914	(1.866.914)	-	-
Provisão para estabilização da carteira	4.070.000	600.000	-	4.670.000
	<u>384.239.982</u>	<u>40.502.306</u>	<u>(252.493)</u>	<u>424.489.795</u>
Resseguro cedido				
Provisão matemática	(265)	38	-	(227)
Provisão para prémios não adquiridos	(31.268.965)	1.487.071	-	(29.781.894)
	<u>(31.269.230)</u>	<u>1.487.109</u>	<u>-</u>	<u>(29.782.121)</u>
	<u>352.970.752</u>	<u>41.989.415</u>	<u>(252.493)</u>	<u>394.707.674</u>

A diminuição líquida da provisão matemática de seguro directo em 2011 inclui uma transferência para contratos de investimento no montante de 39.374.107 Euros relacionada com o vencimento das quatro modalidades-versão do produto “Poupança Garantida 5+” em 15 de Janeiro de 2011 e 30 de Junho de 2011. Esse produto foi subscrito em 2006, prevendo uma taxa técnica mínima garantida e uma participação nos resultados de 90% do rendimento do respectivo fundo autónomo afecto deduzido do respectivo encargo de gestão e da taxa técnica mínima garantida, distribuída apenas na data de vencimento aos contratos que se encontrassem em vigor nessa data. Nas condições desse produto refere-se que os tomadores de seguro tinham duas opções na data de vencimento: (i) Continuar no mesmo contrato, sem garantia de capital nem de rentabilidade; ou (ii) Transferir, a pedido do tomador e mediante autorização da Companhia, o saldo da conta poupança (correspondente à provisão matemática na data de vencimento) para um outro plano de poupança em comercialização na Companhia, isento de encargos de subscrição e transferência. A título de “prémio de fidelização e de incentivo à permanência”, a Companhia concedeu a prorrogação do prazo de vencimento de duas dessas modalidades-versão para 30 de Junho de 2016, incrementando a taxa técnica garantida e não prevendo qualquer participação nos resultados.

A diminuição em 2011 das responsabilidades reconhecidas na provisão para participação nos resultados a atribuir foi de 2.905.149 Euros, dos quais 2.788.864 Euros resultam da diminuição da parte estimada dos tomadores de seguro nas valias potenciais líquidas associadas aos activos financeiros classificados como disponíveis para venda (Nota 25) e 116.285 Euros resultam da especialização de mais-valias realizadas diferidas em balanço.

A distribuição da participação nos resultados de contratos de seguro nos exercícios de 2011 e 2010, nos montantes de 769.197 Euros e 252.493 Euros, respectivamente, foi integralmente paga em numerário. Nos exercícios de 2011 e 2010, este montante inclui pagamentos a entidades relacionadas no valor de 65.551 Euros e 82.922 Euros, respectivamente (Nota 28), tendo o remanescente sido pago a outros tomadores de seguro.

Em 2010, houve uma incorporação da participação nos resultados atribuída na provisão matemática no montante de 50.871 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2010, a Companhia relevava em balanço uma provisão para estabilização de carteira no montante de 4.670.000 Euros, a qual resultava do facto das tarifas inerentes aos temporários anuais renováveis (TAR) provenientes da carteira adquirida à Mundial-Confiança não serem objecto de actualização (Nota 3.5.8.).

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2011, a Companhia obteve um parecer jurídico que legitima a actualização das tarifas numa base actuarial. Na circunstância, a Companhia actualizou por referência a 1 de Julho de 2011 as tarifas desses TAR, utilizando a tábua de mortalidade GKM95 e a taxa de desconto de 3%.

Após a actualização da tarifa, a Companhia reanalisou a rentabilidade prospectiva do produto, tendo concluído pela não existência de insuficiência de prémio e, consequentemente, reposto a totalidade da provisão anteriormente registada. Esta análise teve por base um modelo determinístico que assenta na projecção dos saldos em dívida dos empréstimos hipotecários da população coberta (apólices vivas) até ao completo “run-off”. Em cada ano, incorpora-se as taxas acumuladas de amortização antecipada dos empréstimos hipotecários. Subsequentemente, consideram-se as taxas de mortalidade acumuladas e o efeito dos plenos de retenção, estimando-se os respectivos capitais retidos e as correspondentes indemnizações líquidas de resseguro cedido em cada ano até ao completo “run-off”. Os fluxos de caixa projectados correspondem, portanto, ao saldo líquido dos prémios, sinistros líquidos de resseguro cedido e comissões estimadas em cada ano até ao completo “run-off” do produto. Esses fluxos de caixa foram actualizados para 30 de Junho de 2011, tendo por base a curva de taxa de juro sem risco “Euro Swap anual” a essa data. Como resultado, a Companhia obteve um valor actual actuarial líquido positivo de 835.672 Euros em 30 de Junho de 2011, concluindo que a actualização da tarifa era suficiente a essa data para fazer face às perdas de sinistralidade e comissões a incorrer até ao completo “run-off” do produto.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as provisões para prémios não adquiridos de seguro directo e de resseguro cedido, apresentam a seguinte composição:

	31-12-2011			31-12-2010		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Total	Prémios diferidos	Custos diferidos	Total
De seguro directo						
De seguros de vida	64.900.943	(6.723.801)	58.177.142	70.090.215	(7.097.876)	62.992.339
De seguros não vida	74.101	-	74.101	75.496	-	75.496
De resseguro cedido						
De seguros de vida	(25.244.052)	-	(25.244.052)	(29.781.894)	-	(29.781.894)
De seguros não vida	(24.639)	-	(24.639)	(23.657)	-	(23.657)
	<u>39.706.353</u>	<u>(6.723.801)</u>	<u>32.982.552</u>	<u>40.360.160</u>	<u>(7.097.876)</u>	<u>33.262.284</u>

A variação nos custos de aquisição diferidos, no montante de 374.075 Euros, encontra-se registada na rubrica “Custos e gastos de exploração líquidos – Custos de aquisição diferidos (variação)” (Nota 29).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as provisões para sinistros de seguro directo e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	31-12-2011				31-12-2010			
	Declarados	Não declarados	Custo de gestão de sinistros	Total	Declarados	Não declarados	Custo de gestão de sinistros	Total
De seguro directo								
De seguros de vida								
Temporários	19.045.009	5.067.670	327.195	24.439.874	17.676.093	5.561.432	339.916	23.577.441
Mistos	43.171	-	742	43.913	46.616	-	744	47.360
Rendas	2.881	-	49	2.930	2.797	-	54	2.851
Universal life	2.424	-	42	2.466	19.686	-	379	20.065
	<u>19.093.485</u>	<u>5.067.670</u>	<u>328.028</u>	<u>24.489.183</u>	<u>17.745.192</u>	<u>5.561.432</u>	<u>341.093</u>	<u>23.647.717</u>
De seguros não vida	9.981	-	-	9.981	10.629	-	-	10.629
De resseguro cedido								
De seguros de vida	(4.544.730)	-	-	(4.544.730)	(5.204.264)	-	-	(5.204.264)
De seguros não vida	(2.994)	-	-	(2.994)	(3.189)	-	-	(3.189)
Total	<u>14.555.742</u>	<u>5.067.670</u>	<u>328.028</u>	<u>19.951.440</u>	<u>12.548.368</u>	<u>5.561.432</u>	<u>341.093</u>	<u>18.450.893</u>

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

No final do exercício de 2010, a Companhia renegociou os tratados de resseguro relativos aos produtos temporários anuais renováveis, tendo aumentado os respectivos plenos de retenção.

Os reajustamentos verificados nos exercícios de 2011 e 2010 ao nível das provisões para sinistros de seguro directo do ramo vida relativos a sinistros ocorridos em exercícios anteriores foram os seguintes:

2011				
	Provisão para sinistros em 31-12-2010	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2011 (*)	Reajustamentos
Ramo vida	<u>23.647.717</u>	<u>9.534.679</u>	<u>10.713.280</u>	<u>(3.399.758)</u>

2010				
	Provisão para sinistros em 31-12-2009	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2010 (*)	Reajustamentos
Ramo vida	<u>20.939.802</u>	<u>8.452.205</u>	<u>8.887.779</u>	<u>(3.599.818)</u>

(*) – Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

Os sinistros relativos aos anos N-1 e anteriores são relevados nas rubricas de “Provisão para sinistros (variação) – Montante bruto” e “Montantes pagos – Montantes brutos” do exercício, sendo identificados como relativos a anos anteriores aquando da abertura e pagamento, respectivamente. O acerto ao montante dos custos com sinistros do exercício é feito pela actualização da provisão para sinistros não declarados (“IBNR”) em cada data de relato financeiro. O saldo de reajustamentos em 2011 e 2010 é composto como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Reajustamento da provisão para IBNR	(2.126.318)	(2.397.072)
Reajustamentos das provisões para sinistros declarados	(945.412)	(933.144)
Reajustamento da provisão para custos de gestão de sinistros	(328.028)	(269.602)
	-----	-----
	(3.399.758)	(3.599.818)
	=====	=====

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 2011 e 2010, os custos com sinistros decompõem-se como segue:

	2011				
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Seguro Directo	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco (temporários e rendas)	20.454.434	(5.608.496)	1.350.564	659.534	16.856.036
Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	41.345.926	-	53.561		41.399.487
	61.800.360	(5.608.496)	1.404.126	659.534	58.255.524
Ramo não vida	18.854	(5.656)	(648)	194	12.744
Total	61.819.214	(5.614.152)	1.403.478	659.728	58.268.268

	2010				
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Seguro Directo	Resseguro Cedido	Seguro Directo	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco (temporários e rendas)	21.295.264	(7.755.654)	2.211.250	449.011	16.199.871
Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	30.594.960	-	495.697	-	31.090.657
	51.890.224	(7.755.654)	2.706.947	449.011	47.290.528
Ramo não vida	9.177	(2.753)	6.678	(2.003)	11.099
Total	51.899.401	(7.758.407)	2.713.625	447.008	47.301.627

Evolução dos custos com sinistros do ramo não vida - acidentes pessoais

O desenvolvimento dos montantes pagos para o ramo acidentes pessoais é apresentado no quadro seguinte:

Ano de ocorrência do sinistro	Montantes pagos acumulados				
	N	N+1	N+2	N+3	N+4
2007	-	1.400	1.400	1.400	1.400
2008	8.634	18.600	18.975	18.975	
2009	16.269	17.534	17.534		
2010	7.537	11.996			
2011	14.395				

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a composição da provisão para sinistros declarados de seguro directo do ramo acidentes pessoais, por ano de ocorrência, é a seguinte:

Ano de ocorrência do sinistro	31-12-2011	31-12-2010
2011	5.654	-
2010	1.913	7.842
2009	2.040	2.412
2008	375	375
2007	-	-
	9.981	10.629

As provisões para sinistros do ramo acidentes pessoais não são descontadas.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os reajustamentos verificados nos exercícios de 2011 e 2010 relativos a sinistros ocorridos em anos anteriores foram os seguintes:

	2011		
	Provisão para sinistros em 31-12-2010	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2011 (*)
Ramo			Reajustamentos
acidentes pessoais	10.629	4.459	4.327
			(1.843)

	2010		
	Provisão para sinistros em 31-12-2009	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2010 (*)
Ramo			Reajustamentos
acidentes pessoais	3.950	1.640	2.787
			477

(*) – Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

Não se registaram reembolsos em 2011 e 2010.

Metodologias e pressupostos aplicados na mensuração de responsabilidades com contratos de seguro

As provisões técnicas constituídas para os contratos do Ramo Vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos às participações nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito.

As provisões matemáticas foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64 e GKM80 para os seguros em caso de morte. As taxas técnicas de juro (taxas de desconto) foram de 3% e 4%. Para as modalidades sem participação nos resultados a taxa técnica utilizada é a taxa de rendimento garantida do produto. A maioria dos contratos de seguro comercializados pela Companhia respeitam a temporários anuais renováveis.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Políticas de gestão de risco de seguro

Em cumprimento do disposto na Norma Regulamentar nº 14/2005-R, de 19 de Julho, do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia implementou os seus Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, no sentido de dar resposta aos principais objectivos neste domínio, nomeadamente:

- Garantia de existência e segurança dos activos;
- Controlo dos riscos da sua actividade, nomeadamente os riscos biométricos, de crédito, de taxa de juro, de mercado, de liquidez, de liquidação de operações cambiais e do risco operacional (o qual compreende, entre outros, os riscos reputacional, legal e de *compliance*);
- O cumprimento das normas prudenciais em vigor;
- A existência de uma completa, fiável e tempestiva informação financeira, em particular no que respeita ao seu registo, conservação e disponibilidade;
- A prestação de informação financeira fiável, completa e tempestiva às autoridades de supervisão;
- Prudente e adequada avaliação dos activos e das responsabilidades, nomeadamente para efeitos de constituição de passivos técnicos;
- Adequação das operações realizadas às disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, às normas internas, às orientações dos órgãos sociais, às normas e aos usos profissionais e deontológicos e outras regras relevantes para a Companhia; e
- A prevenção do envolvimento da Companhia em operações relacionadas com branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo.

Os riscos específicos de seguros de vida que influenciam a evolução dos passivos técnicos encontram-se divididos em:

- Risco de Mortalidade / Longevidade: risco de alteração no valor do passivo atribuível à flutuação dos compromissos, positiva ou negativamente, em relação às estimativas de probabilidade de falecimento / sobrevivência das pessoas seguras. O risco de mortalidade deve ser observado não só nos seguros de risco em caso de morte, mas também nos produtos cujas responsabilidades são incrementadas sempre que se verifica um decréscimo na mortalidade. O risco de sobrevivência encontra-se fundamentalmente ligado aos seguros de rendas e não inclui qualquer componente de catástrofe;
- Risco de Morbidez e Invalidez: risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à flutuação dos compromissos assumidos com as pessoas seguras relativamente ao risco de morbidez e invalidez;
- Risco de Comportamento: é o risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à variação nos compromissos assumidos, tais como: direito de resgate por parte dos tomadores de seguro, ocorrência de entregas extraordinárias não programadas ou redução de contratos;
- Risco de Gastos: risco de alterações no valor das responsabilidades associadas à flutuação ou desvios negativos nos gastos previstos, relativamente aos encargos definidos na base técnica de um produto;
- Risco Catastrófico: risco de perdas atribuíveis à variabilidade das responsabilidades da Companhia, provocada pela ocorrência de eventos catastróficos.

O risco de seguro corresponde à probabilidade de o evento seguro ocorrer, determinando a necessidade de se proceder a um pagamento relativo ao sinistro, de montante incerto.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Concentrações de risco de seguro

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os capitais seguros em função da natureza do risco seguro, apresentam a seguinte composição:

	31-12-2011		
	Risco de mortalidade	Risco de invalidez	Outros
Capital seguro			
Ramo vida			
Crédito Habitação	13.012.249.286	12.218.277.562	-
Colectivos	1.032.915.978	647.653.293	-
Plano Protecção	4.716.276.488	4.605.382.415	-
Crédito ao Consumo	1.578.979.200	1.132.601.536	-
Outros	90.363.324	8.077.715	-
	<u>20.430.784.276</u>	<u>18.611.992.520</u>	<u>-</u>
Ramos não vida			
Acidentes pessoais	-	-	391.112.830
	<u>20.430.784.276</u>	<u>18.611.992.520</u>	<u>391.112.830</u>

	31-12-2010		
	Risco de mortalidade	Risco de invalidez	Outros
Capital seguro			
Ramo vida			
Crédito Habitação	13.156.867.000	12.661.836.038	-
Colectivos	1.051.107.907	720.251.413	-
Plano Protecção	4.203.010.602	4.198.164.484	-
Crédito ao Consumo	1.609.144.484	1.303.017.566	-
Outros	84.038.916	10.857.571	-
	<u>20.104.168.909</u>	<u>18.894.127.072</u>	<u>-</u>
Ramos não vida			
Acidentes pessoais	-	-	397.597.420
	<u>20.104.168.909</u>	<u>18.894.127.072</u>	<u>397.597.420</u>

Análises de sensibilidade – risco de seguro

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o efeito da alteração das tábuas de mortalidade na provisão para prémios não adquiridos no que se refere aos dois principais produtos de risco do ramo vida explorados pela Companhia é como segue:

Produto	2011			Provisão para prémios não adquiridos
	GKM80	GKM95	GKM80 - 60%	31-12-2011
Génese				
Periódico	5.799.009	5.763.984	5.747.933	5.853.916
Não Periódico	941.604	941.334	941.222	941.960
	<u>6.740.613</u>	<u>6.705.318</u>	<u>6.689.155</u>	<u>6.795.876</u>
Efeito na Provisão para prémios não adquiridos em 31-12-2011	(55.263)	(90.558)	(106.722)	
	-0,81%	-1,33%	-1,57%	

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Produto	2010			Provisão para prémios não adquiridos
	GKM80	GKM95	GKM80 - 60%	31-12-2010
Génesis				
Periódico	6.339.339	6.298.219	6.278.958	6.387.886
Não Periódico	1.025.357	1.024.943	1.024.767	1.107.095
	<u>7.364.696</u>	<u>7.323.162</u>	<u>7.303.725</u>	<u>7.494.981</u>
Efeito na Provisão para prémios não adquiridos em 31-12-2010	(130.285)	(171.819)	(191.256)	
	-1,74%	-2,29%	-2,55%	

A tábu de mortalidade utilizada no cálculo da provisão para prémios não adquiridos do “Plano Génesis” em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é a PM 60/64.

Produto	2011		Provisão para prémios não adquiridos
	GKM95+ Idade Real	GKM80 - 60% Idade Real	31-12-2011
Crédito ao Consumo	16.256.661	15.061.926	16.355.759
Efeito na Provisão para prémios não adquiridos em 31-12-2011	(99.098)	(1.293.833)	
	-0,61%	-7,91%	

Produto	2010		Provisão para prémios não adquiridos
	GKM95+ Idade Real	GKM80 - 60% Idade Real	31-12-2010
Crédito ao Consumo	18.651.068	17.053.116	18.832.686
Efeito na Provisão para prémios não adquiridos em 31-12-2010	(181.618)	(1.779.570)	
	-0,96%	-9,45%	

A tábu de mortalidade utilizada no cálculo da provisão para prémios não adquiridos do “Crédito ao Consumo” em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 é a GKM 80.

A Companhia não realizou análises de sensibilidade para os produtos temporários relativos ao crédito à habitação em virtude de esses serem fraccionados mensalmente. O facto de existir provisão para prémios não adquiridos nesses produtos resulta do facto de, em algumas apólices, o fraccionamento mensal não coincidir com o final do mês.

Adicionalmente, a Companhia não efectuou qualquer análise de sensibilidade à taxa técnica de juro, pelo facto de a grande maioria dos contratos de seguro serem temporários anuais renováveis.

No que diz respeito a resseguradores, a Companhia trabalha fundamentalmente com seis: **Swiss Re, General Cologne Re, Partner Re, New Re, Genworth e Munich Re**. Os *ratings* dos maiores grupos resseguradores em 31 de Dezembro de 2011 são os que constam da tabela seguinte:

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Ratings dos Grupos Resseguradores

Swiss Re	AA-
Gen Re	AA+
Munich Reinsurance Co.	AA-
Partner Re	AA-
Genworth	A
Cardif	AA
AXA France Vie / AXA France IARD	AA
RGA Insurance Company	AA-
Nacional de Reaseguros	A+
CNP	AA-
New Re	AA-
Santander Seguros y Reaseguros ⁽¹⁾	Sem <i>rating</i>

⁽¹⁾ Companhia do Grupo Santander.

Informação qualitativa sobre a adequação dos prémios cobrados e respectivas provisões técnicas associadas a contratos de seguro

A Companhia tem como objectivo a definição de prémios que, tendo por base os riscos assumidos, proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com sinistros e com capital. O *pricing* dos produtos é testado regularmente com base em indicadores de desempenho e técnicas estatísticas.

As provisões técnicas associadas a contratos de seguro que a Companhia tem constituídas em balanço correspondem aos valores que entende serem suficientes para fazer face às responsabilidades assumidas com os segurados.

A análise da adequação das provisões e prémios é feita anualmente pelo Actuário Responsável.

Além disso, a Companhia tem implementada uma política de subscrição de riscos (*underwriting*) que se tem demonstrado adequada. Finalmente, a política de resseguro cedido adoptada tem em conta as políticas de tarificação e subscrição de riscos.

Custos com sinistros e rácios de sinistralidade associados a contratos de seguro

Os rácios de sinistralidade (sem considerar custos imputados) são reveladores do efeito das políticas descritas no ponto anterior. As despesas de aquisição (sem considerar custos imputados) dizem respeito às comissões pagas ao Banco Santander Totta.

O rácio combinado, resultante da soma dos rácios de sinistralidade e de despesas de aquisição, permanece a um nível adequado.

	2011	2010	2009	2008
Rácio de sinistralidade	17,87%	20,31%	19,09%	21,06%
Rácio de despesas de aquisição	46,75%	49,25%	54,90%	59,68%
Rácio combinado	64,62%	69,56%	73,98%	80,74%

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

5. PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

2011					
Montante gerido em 31-12-2010	Montantes		Variações de ganhos e perdas	Montante gerido em 31-12-2011	
	Entradas	Saídas			
Passivos por contratos de investimento					
Valorizados ao justo valor					
Excluindo PPR	4.253.870.428	953.213.884	(1.178.387.460)	(41.802.896)	3.986.893.956
PPR	47.831.650	25.033.029	(21.121.091)	(267.485)	51.476.103
	<u>4.301.702.078</u>	<u>978.246.913</u>	<u>(1.199.508.550)</u>	<u>(42.070.381)</u>	<u>4.038.370.060</u>
Valorizados ao custo amortizado					
Excluindo PPR	15.252.827	3.166.393	(1.775.523)	642.252	17.285.948
PPR	16.582.331	21.366.641	(6.317.245)	810.286	32.442.013
	<u>31.835.158</u>	<u>24.533.033</u>	<u>(8.092.768)</u>	<u>1.452.538</u>	<u>49.727.961</u>
	<u>4.333.537.236</u>	<u>1.002.779.947</u>	<u>(1.207.601.319)</u>	<u>(40.617.843)</u>	<u>4.088.098.021</u>

2010					
Montante gerido em 31-12-2009	Montantes		Variações de ganhos e perdas	Montante gerido em 31-12-2010	
	Entradas	Saídas			
Passivos por contratos de investimento					
Valorizados ao justo valor					
Excluindo PPR	4.304.864.917	1.000.771.018	(1.040.618.884)	(11.146.623)	4.253.870.428
PPR	43.743.501	9.669.393	(5.726.199)	144.955	47.831.650
	<u>4.348.608.418</u>	<u>1.010.440.411</u>	<u>(1.046.345.083)</u>	<u>(11.001.668)</u>	<u>4.301.702.078</u>
Valorizados ao custo amortizado					
Excluindo PPR	12.955.720	3.485.041	(1.462.840)	274.906	15.252.827
PPR	16.637.082	-	(562.074)	507.323	16.582.331
	<u>29.592.802</u>	<u>3.485.041</u>	<u>(2.024.914)</u>	<u>782.229</u>	<u>31.835.158</u>
	<u>4.378.201.220</u>	<u>1.013.925.452</u>	<u>(1.048.369.997)</u>	<u>(10.219.439)</u>	<u>4.333.537.236</u>

As variações em ganhos e perdas dos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2011 e 2010 encontram-se detalhadas na Nota 18.

Os passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas dizem exclusivamente respeito a produtos “unit-linked” (Nota 3.2.b)). Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não garantia nem o capital investido nem qualquer remuneração mínima nesses produtos, sendo o risco de investimento integralmente suportado pelos tomadores de seguro.

Não obstante o referido no parágrafo anterior, por motivos de natureza comercial, em 2011 a Companhia decidiu suportar custos relativos a perdas de capital em produtos que se venceram durante o ano e que tinham sido comercializados até 2008, que nos termos dos respectivos contratos seriam atribuíveis aos tomadores de seguro, tendo garantido também o pagamento das remunerações indicativas, num montante total de aproximadamente 27.655.000 Euros. Em 31 de Dezembro de 2011, a Companhia não registou quaisquer provisões para eventuais compromissos desta natureza relativos aos produtos ainda em vigor nesta data, atendendo a que o Conselho de Administração considera não existirem quaisquer obrigações legais ou construtivas que exijam à Companhia a realização de pagamentos adicionais face aos previstos contratualmente.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de activos financeiros apresentavam a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
<u>Activos financeiros detidos para negociação:</u>		
Instrumentos financeiros derivados - swaps		
Valor de mercado	251.450	439.476
Juro a receber	47.531	54.074
	-----	-----
	298.981	493.550
	-----	-----
<u>Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas:</u>		
Afectos a produtos "unit-linked":		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	1.760.967.097	1.456.551.656
Instrumentos de capital e unidades de participação	11.306.377	28.866.776
Títulos de dívida	1.672.571.289	2.409.736.380
Reverse repo	299.443.719	-
Depósitos a prazo	550.420.185	173.486.017
Depósitos à ordem	92.470.360	260.096.199
Instrumentos financeiros derivados	59.027.466	48.178.872
Pendentes de liquidação	298.888	7.096.855
Outros activos	36.519	39.988
	-----	-----
	4.446.541.900	4.384.052.743
	-----	-----
Instrumentos financeiros relacionados com as prestações acessórias (Nota 7):		
Títulos de dívida	44.192.500	50.656.250
Instrumentos financeiros derivados	5.835.153	5.684.759
Depósitos à ordem	50	3.419.050
Depósitos a prazo	3.419.000	-
	-----	-----
	53.446.703	59.760.059
	-----	-----
	4.499.988.603	4.443.812.802
	-----	-----
<u>Activos financeiros disponíveis para venda:</u>		
Investimentos em outras participadas e participantes		
Títulos de dívida	6.448.474	17.199.840
Instrumentos de capital e unidades de participação	93.241.085	97.109.785
Títulos de dívida	336.251.545	378.760.288
Reverse repo	69.206.013	-
	-----	-----
	505.147.117	493.069.913
	-----	-----
	5.005.434.702	4.937.376.265
	=====	=====

Os títulos detidos pela Companhia em 31 de Dezembro de 2011 encontram-se detalhados no Anexo 1.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
<u>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem</u>	35.409.035	79.084.761
	=====	=====
<u>Empréstimos concedidos e contas a receber:</u>		
Outros depósitos	37.649.105	10.046.708
concedidos	1.825.753	Empréstimos 1.775.916
	-----	-----
	39.474.858	11.822.624
	=====	=====
<u>Outros devedores por operações de seguros e outras operações:</u>		
Comissão de gestão a receber de produtos “unit-linked”	13.546.507	12.877.641
Prémios em cobrança	6.511.418	7.050.486
Devedores por contratos de resseguro		
General Cologne	296.366	1.119.912
Munich	505.040	1.007.488
Partner Re	147.096	797.032
Swiss Re (Suíça)	667.840	733.363
Santander Seguros y Reaseguros	39	137.099
Cardif	145.765	-
National Reinsurance	3.120	-
Mediadores	98.792	102.060
Outros	99.010	72.399
	-----	-----
	22.020.993	23.897.480
	-----	-----
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 13)	(30.509)	(30.509)
	-----	-----
	21.990.484	23.866.971
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo das rubricas “Reverse repo” respeita a uma operação de compra com simultânea venda a prazo de um conjunto de títulos de dívida, realizada com o Banco Santander Totta. Esta operação teve início em 7 de Julho de 2011 e vencimento em 9 de Janeiro de 2012. Em 31 de Dezembro de 2011, o valor nominal dos títulos subjacentes a esta operação é de 363.125.803 Euros e os juros decorridos de 5.523.929 Euros. A taxa reverse repo corresponde à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 1,28% (taxa de 3,094% anual). Os activos financeiros recebidos em operações de reporte não integram a carteira de investimentos, sendo apenas registados em contas extrapatrimoniais (Nota 3.2 e)).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a maturidade dos depósitos a prazo registados na rubrica “Outros depósitos” apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Até um mês	22.595.112	10.046.708
De um a três meses	15.053.993	-
	-----	-----
	37.649.105	10.046.708
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os depósitos a prazo dizem respeito na sua totalidade a depósitos efectuados no Banco Santander Totta, S.A..

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica “Empréstimos concedidos” diz respeito a contratos de swap que não cumprem a definição de derivado constante na Norma IAS 39 e que, em substância, são empréstimos concedidos a entidades do Grupo Santander (Nota 28).

Os saldos a receber dos resseguradores General Cologne, Munich, Partner Re e Swiss Re (Suíça) incluem essencialmente as participações nos resultados de resseguro cedido relativas ao exercício de 2011.

O saldo a receber da resseguradora Cardif em 31 de Dezembro de 2011 respeita essencialmente a estornos.

Os saldos de instrumentos financeiros com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 28.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de passivos financeiros, excluindo passivos por contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 5), apresentavam a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Passivos subordinados	14.000.000	14.000.000
Depósitos recebidos de resseguradores	7.954.436	9.260.294
Outros passivos financeiros		
Prestações acessórias (Nota 7)	53.446.703	59.760.059
Instrumentos financeiros derivados		
De produtos “unit-linked”	7.354.138	15.870.384
De outros produtos	18.785	13.142
Repo	368.561.360	-
Descobertos em depósitos à ordem (produtos “unit-linked”)	36.058.114	31.850.681
Comissão de gestão a pagar (produtos “unit-linked”)	13.546.515	12.877.641
Compras de títulos pendentes de liquidação	18.409.369	10.145.683
Outros	39.070	15.169
	-----	-----
	519.388.490	153.793.053
	=====	=====
Outros credores por operações de seguros e outras operações		
Contas a pagar por operações de seguro directo		
Comissões a pagar	22.399.727	24.220.773
Tomadores de seguro	336.840	885.887
Outras dívidas para com segurados	2.194	1.857
Contas a pagar por operações de resseguro		
Genworth	2.795.928	2.902.770
Cardif	-	977.368
New Reinsurance	1.030.617	717.699
Ace European Group Limited	183.015	192.030
CNP Assurances	76.788	134.889
Nacional de Reaseguro	-	10.739
RGA International	130.557	-
AXA Entreprises	130.561	-
General Cologne	109.530	-
Contas a pagar por outras operações		
Resgates pendentes de liquidação	3.738.248	1.933.578
Outros credores	237.388	221.038
Outros fornecedores	179.340	58.761
	-----	-----
	31.350.733	32.257.389
	=====	=====

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

A rubrica “Passivos subordinados” refere-se ao empréstimo obrigacionista subordinado emitido pela Companhia em 30 de Dezembro de 2002, denominado “Totta Seguros 2002”. Este empréstimo tem duração indeterminada e está representado por 280 obrigações de valor nominal de 50.000 Euros cada. Os juros são pagos semestral e postecipadamente, em 30 de Junho e 30 de Dezembro de cada ano, sendo a taxa de juro variável indexada à Euribor a seis meses acrescida de 1,60%, divulgada pela Reuters no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros. Este empréstimo apenas poderá ser reembolsado a pedido da Companhia, após autorização prévia do Instituto de Seguros de Portugal. O empréstimo foi integralmente subscrito pelo Banco Santander Totta, S.A. (Nota 28).

Em 2009 a Companhia celebrou um tratado de resseguro com a Genworth, o qual prevê uma retenção a essa resseguradora, calculada numa base trimestral, correspondente à soma da provisão relativa aos prémios cedidos e não adquiridos e da correspondente provisão para sinistros, incluindo IBNR. Tal retenção vence juros à taxa Euribor a 12 meses acrescida de 50 pontos base, considerando o número de dias efectivos reais (ACT/ACT). Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, essa retenção encontra-se incluída na rubrica de “Depósitos recebidos de resseguradores” e ascende a 4.565.528 Euros e 7.605.076 Euros, respectivamente. Nos exercícios de 2011 e 2010, o custo dos juros relativos a esse depósito foi de 152.458 Euros e 171.680 Euros, respectivamente (Nota 20).

Em 2011 e 2010 foram celebrados novos tratados de resseguro, cujas respectivas retenções, nos montantes de 3.388.908 Euros e 1.655.218 Euros, respectivamente, não vencem juros e estão também registadas na rubrica “Depósitos recebidos de resseguradores”.

Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo da rubrica “Repo” respeita a uma operação de venda com simultânea compra a prazo de um conjunto de títulos de dívida, realizada com o Banco Santander Totta. Esta operação teve início em 7 de Julho de 2011 e vencimento em 9 de Janeiro de 2012. Em 31 de Dezembro de 2011, o valor nominal dos títulos subjacentes a esta operação é de 365.249.882 Euros e os juros decorridos de 3.311.478 Euros, dos quais 296.658.462 Euros e 2.689.605 Euros, respectivamente, afectos a carteiras em que o risco de investimento é do tomador do seguro. A taxa repo corresponde à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,03% (taxa de 1,844% anual). Os activos financeiros cedidos em operações de reporte permanecem na respectiva carteira de investimentos, sendo adicionalmente relevados em contas extrapatrimoniais (Nota 3.2. e)).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Comissões a pagar” refere-se a comissões a pagar pela Companhia a instituições financeiras do Grupo Santander pela angariação de apólices. As comissões são pagas trimestralmente. Em 31 de Dezembro de 2011 encontravam-se por pagar as comissões relativas ao 4º trimestre de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010 as relativas ao 4º trimestre de 2010, as quais foram regularizadas em 2012 e 2011, respectivamente (Nota 28).

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Justo valor

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos financeiros registados ao custo amortizado é apresentada nos quadros seguintes:

	31-12-2011		
	Valor de balanço	Justo valor	Mais/(Menos) valia potencial
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	35.409.035	35.409.035	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	39.474.857	39.801.696	326.839
Contas a receber por operações de seguro directo	6.579.848	6.579.848	-
Contas a receber por operações de resseguro	1.765.266	1.765.266	-
Contas a receber por outras operações	13.645.370	13.645.370	-
	<u>96.874.376</u>	<u>97.201.215</u>	<u>326.839</u>

	31-12-2010		
	Valor de balanço	Justo valor	Mais/(Menos) valia potencial
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	79.084.761	79.084.761	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	11.822.624	11.987.100	164.476
Contas a receber por operações de seguro directo	7.122.038	7.122.038	-
Contas a receber por operações de resseguro	3.794.894	3.794.894	-
Contas a receber por outras operações	12.950.039	12.950.039	-
	<u>114.774.356</u>	<u>114.938.832</u>	<u>164.476</u>

No apuramento do justo valor apresentado nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para efeitos do cálculo do justo valor dos empréstimos concedidos, considerou-se o valor líquido actual dos fluxos de caixa futuros, os quais foram descontados à EUR Swap Zero Coupon Yield Curve à data do balanço para cada um dos períodos de vencimento respectivos.
- Para as contas a receber foi considerado que o custo amortizado é aproximadamente o seu justo valor à data do balanço, na medida em que estes saldos transformar-se-ão em liquidez num período até 3 meses.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas contas pelo seu justo valor pode ser resumida como segue:

	31-12-2011			
	Técnica de valorização			Valor de
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	balanço total
Activos financeiros detidos para negociação	-	298.981	-	298.981
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.344.811.278	2.155.177.325	-	4.499.988.603
Activos financeiros disponíveis para venda	435.941.105	69.206.013	-	505.147.118
	<u>2.780.752.383</u>	<u>2.224.682.319</u>	<u>-</u>	<u>5.005.434.702</u>

	31-12-2010			
	Técnica de valorização			Valor de
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	balanço total
Activos financeiros detidos para negociação	-	493.550	-	493.550
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	3.529.850.062	913.962.740	-	4.443.812.802
Activos financeiros disponíveis para venda	493.069.913	-	-	493.069.913
	<u>4.022.919.975</u>	<u>914.456.290</u>	<u>-</u>	<u>4.937.376.265</u>

Os quadros acima agrupam os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, a saber:

- Nível 1: Instrumentos financeiros cujo justo valor é observável em mercados activos (cotações).
- Nível 2: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de inputs observáveis em mercados activos.
- Nível 3: Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os inputs não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor apresentado nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de dívida pública e acções, o justo valor foi obtido directamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das acções e futuros disponibilizados no mercado.
- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV ("net asset value") divulgado pelas respectivas sociedades gestoras.
- Para os restantes activos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados exóticos), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na actualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objecto de calibração regular com o mercado.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Risco de crédito

Qualidade de crédito dos títulos de dívida

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a desagregação do valor de balanço dos títulos de dívida, de acordo com a notação de *rating* atribuída pela média entre a Standard & Poor's e Moody's ou equivalente e por zona geográfica do garante ou emitente é a seguinte:

	31-12-2011				31-12-2010			
	Resto da				Resto da			
	Portugal	União Europeia	Outros	Total	Portugal	União Europeia	Outros	Total
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas								
AAA	-	70.309.071	-	70.309.071	-	113.170.568	-	113.170.568
AA- até AA+	-	188.235.764	-	188.235.764	-	701.810.258	93.924.601	795.734.859
A- até A+	55.072.033	260.846.496	134.657.133	450.575.662	940.253.094	1.358.301.423	227.986.335	2.526.540.852
BBB- até BBB+	833.201.934	554.031.587	12.775.822	1.400.009.343	54.243.854	265.120.325	54.780.219	374.144.397
BB- até BB+	530.714.137	347.296.465	-	878.010.602	-	10.509.599	9.999.745	20.509.344
B- até B+	83.054.625	66.411.218	4.070.172	153.536.015	-	55.967.273	703.000	56.670.273
Sem rating	169.532.205	167.522.223	-	337.054.428	-	30.173.992	-	30.173.992
	1.671.574.935	1.654.652.824	151.503.127	3.477.730.886	994.496.948	2.535.053.438	387.393.900	3.916.944.286
Activos financeiros disponíveis para venda								
AAA	-	66.955.919	-	66.955.919	-	115.901.531	-	115.901.531
AA- até AA+	-	6.130.424	-	6.130.424	-	103.180.411	-	103.180.411
A- até A+	-	127.321.129	570.343	127.891.471	114.554.678	55.555.564	1.783.974	171.894.216
BBB- até BBB+	51.091.747	23.679.875	-	74.771.622	-	4.983.970	-	4.983.970
BB- até BB+	60.577.049	5.876.432	-	66.453.481	-	-	-	-
B- até B+	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem rating	-	497.102	-	497.102	-	-	-	-
	111.668.796	230.460.880	570.343	342.700.019	114.554.678	279.621.476	1.783.974	395.960.128
Total do valor de balanço	1.783.243.731	1.885.113.704	152.073.470	3.820.430.905	1.109.051.626	2.814.674.914	389.177.874	4.312.904.414

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a desagregação da dívida soberana da República Portuguesa, Reino de Espanha e República Italiana, classificada na categoria de activos financeiros disponíveis para venda, por ano de vencimento, era como segue:

	31-12-2011				31-12-2010			
	Activos financeiros disponíveis para venda				Activos financeiros disponíveis para venda			
	Custo amortizado	Reserva de justo valor	Valor de balanço		Custo amortizado	Reserva de justo valor	Valor de balanço	
			Valor de mercado	Juro corrido			Valor de mercado	Juro corrido
Dívida soberana								
Portugal								
. Vencimento até 2013	103.704.444	(14.616.523)	89.087.922	1.670.713	94.671.952	(1.111.214)	93.560.738	1.403.401
. Vencimento entre 2014 e 2016	56.227.563	(15.825.688)	40.401.875	691.264	55.689.853	(3.909.877)	51.779.976	691.732
. Vencimento entre 2017 e 2020	207.208	(102.992)	104.216	5.260	207.907	(33.217)	174.690	5.260
. Vencimento após 2020	7.552.897	(3.289.507)	4.263.390	156.641	7.494.531	(597.407)	6.897.124	156.783
	167.692.112	(33.834.709)	133.857.403	2.523.878	158.064.244	(5.651.716)	152.412.528	2.257.177
Espanha								
. Vencimento até 2013	19.678.572	46.011	19.724.583	51.048	13.275.177	(26.436)	13.248.741	76.971
. Vencimento entre 2014 e 2016	48.308.171	(20.555)	48.287.616	950.774	17.282.417	(221.789)	17.060.628	627.150
. Vencimento entre 2017 e 2020	14.148.419	313.516	14.461.936	517.047	-	-	-	-
. Vencimento após 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
	82.135.162	338.972	82.474.134	1.518.870	30.557.594	(248.226)	30.309.369	704.121
Itália								
. Vencimento até 2013	5.247.244	(34.894)	5.212.351	84.526	20.824.024	219.651	21.043.675	111.970
. Vencimento entre 2014 e 2016	14.164.032	(504.310)	13.659.722	50.271	13.671.932	439.341	14.111.273	50.271
. Vencimento entre 2017 e 2020	2.387.743	(540.121)	1.847.623	-	2.300.696	(143.000)	2.157.696	-
. Vencimento após 2020	21.126.561	(9.969.898)	11.156.663	1.760	20.052.296	(1.250.174)	18.802.122	1.769
	42.925.581	(11.049.222)	31.876.358	136.556	56.848.948	(734.182)	56.114.765	164.010
	292.752.855	(44.544.959)	248.207.895	4.179.304	245.470.786	(6.634.124)	238.836.662	3.125.308

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, não existiam títulos de dívida soberana das Repúblicas Grega e Irlandesa na carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a desagregação da dívida soberana da República Portuguesa e do Reino de Espanha, classificada na categoria de activos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas, por ano de vencimento, era como segue:

	31-12-2011				31-12-2010			
	Activos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas				Activos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas			
	Custo de aquisição histórico	Valias potenciais acumuladas	Valor de balanço mercado	Juro corrido	Custo de aquisição histórico	Valias potenciais acumuladas	Valor de balanço mercado	Juro corrido
Dívida soberana								
Portugal								
. Vencimento até 2013	338.894.337	(26.027.631)	312.866.706	7.019.376	77.536.184	(1.604.012)	75.932.171	1.426.352
. Vencimento entre 2014 e 2016	123.880.907	(35.478.325)	88.402.582	978.731	96.850.355	(6.989.718)	89.860.637	718.181
. Vencimento entre 2017 e 2020	350.356.665	(155.678.432)	194.678.234	9.432.809	289.801.652	(32.578.771)	257.222.882	7.553.084
. Vencimento após 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>813.131.910</u>	<u>(217.184.388)</u>	<u>595.947.522</u>	<u>17.430.917</u>	<u>464.188.191</u>	<u>(41.172.501)</u>	<u>423.015.690</u>	<u>9.697.618</u>
Espanha								
. Vencimento até 2013	21.428.955	(73.524)	21.355.430	9.190	1.526.355	(22.560)	1.503.795	41.449
. Vencimento entre 2014 e 2016	-	-	-	-	-	-	-	-
. Vencimento entre 2017 e 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
. Vencimento após 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>21.428.955</u>	<u>(73.524)</u>	<u>21.355.430</u>	<u>9.190</u>	<u>1.526.355</u>	<u>(22.560)</u>	<u>1.503.795</u>	<u>41.449</u>
	<u>834.560.865</u>	<u>(217.257.913)</u>	<u>617.302.952</u>	<u>17.440.107</u>	<u>465.714.546</u>	<u>(41.195.061)</u>	<u>424.519.485</u>	<u>9.739.067</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, não existiam títulos de dívida soberana das Repúblicas Grega, Italiana e Irlandesa na carteira de activos financeiros ao justo valor por ganhos e perdas.

Qualidade de crédito dos empréstimos concedidos e contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os empréstimos concedidos e outras contas a receber apresentam a seguinte decomposição de acordo com a notação de *rating* atribuída pela média entre a Standard & Poor's e Moody's ou equivalente:

	31-12-2011			31-12-2010		
	Portugal	União Europeia	Total	Portugal	União Europeia	Total
AAA	-	-	-	-	-	-
AA- até AA+	-	1.762.107	1.762.107	-	3.061.531	3.061.531
A- até A+	-	3.120	3.120	90.907.385	733.363	91.640.748
BBB- até BBB+	74.883.893	-	74.883.893	-	-	-
BB- até BB+	-	-	-	-	-	-
B- até B+	-	-	-	-	-	-
Sem rating	6.678.750	-	6.678.750	7.194.436	-	7.194.436
	<u>81.562.643</u>	<u>1.765.227</u>	<u>83.327.870</u>	<u>98.101.821</u>	<u>3.794.894</u>	<u>101.896.715</u>

O quadro acima inclui depósitos à ordem e não inclui os valores das comissões de gestão a receber de produtos *unit-linked* pelo facto do risco de crédito ser o da própria Companhia.

Análise de imparidade

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não detinha activos financeiros em incumprimento nas carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e de empréstimos concedidos e contas a receber.

A Companhia detinha em 31 de Dezembro de 2011, 1.857.078 acções do Banco BPI, S.A. a um custo médio de 2,228 Euros por acção, sendo o seu valor de mercado em 31 de Dezembro de 2011 de 0,481 Euros por acção. Durante o exercício de 2011, a Companhia registou perdas por imparidade para este activo no montante de 3.498.812 Euros (Notas 3.2. f) e 25).

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, detinha 18.194.509 unidades de participação do Fundo de Investimento Mobiliário Multiobrigações a um custo médio de 5,876 Euros, sendo o seu valor de mercado em 31 de Dezembro de 2011 de 5,076 Euros. Com base na análise efectuada, o Conselho de Administração da Companhia concluiu que este investimento não se encontra em situação de imparidade (Notas 3.2. f) e 25).

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de se verificarem dificuldades na obtenção de fundos por parte da Companhia para cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se reflectir, por exemplo, na incapacidade de alienação de um activo financeiro de forma célere por um valor próximo do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as maturidades contratuais remanescentes dos activos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2011					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	35.409.035	-	-	-	-	35.409.035
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	298.981	-	-	298.981
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	489.339.154	732.123.540	869.153.643	1.345.431.097	1.063.941.170	4.499.988.603
Activos financeiros disponíveis para venda	167.103.418	31.703.476	197.448.555	34.906.898	73.984.770	505.147.117
Empréstimos concedidos e contas a receber	34.147.669	3.501.435	-	-	1.825.754	39.474.858
Contas a receber por operações de seguro directo	6.579.848	-	-	-	-	6.579.848
Contas a receber por operações de resseguro	1.765.266	-	-	-	-	1.765.266
Contas a receber por outras operações	13.645.370	-	-	-	-	13.645.370
	747.989.759	767.328.451	1.066.901.179	1.380.337.995	1.139.751.694	5.102.309.077
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 5)						
Valorizados ao justo valor	(56.243.472)	(830.239.999)	(1.043.169.266)	(1.239.080.792)	(869.636.530)	(4.038.370.060)
Valorizados ao custo amortizado	(421.095)	(608.850)	(18.911.775)	(2.130.620)	(27.655.621)	(49.727.961)
	(56.664.567)	(830.848.849)	(1.062.081.041)	(1.241.211.412)	(897.292.151)	(4.088.098.021)
Outros passivos financeiros						
Passivos subordinados	-	-	-	-	(14.000.000)	(14.000.000)
Depósitos recebidos de resseguradores	(7.954.436)	-	-	-	-	(7.954.436)
Outros	(490.079.279)	(550.239)	(466.433)	(6.338.103)	-	(497.434.054)
Contas a pagar por operações de seguro directo	(22.738.761)	-	-	-	-	(22.738.761)
Contas a pagar por operações de resseguro	(4.456.996)	-	-	-	-	(4.456.996)
Contas a pagar por outras operações	(4.154.976)	-	-	-	-	(4.154.976)
	(586.049.015)	(831.399.088)	(1.062.547.474)	(1.247.549.516)	(911.292.151)	(4.638.837.243)
	161.940.744	(64.070.637)	4.353.705	132.788.479	228.459.543	463.471.834

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2010					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	79.084.761	-	-	-	-	79.084.761
Activos financeiros detidos para negociação	-	120.634	372.916	-	-	493.550
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	583.873.386	262.761.063	1.305.708.206	1.246.990.533	1.044.479.614	4.443.812.802
Activos financeiros disponíveis para venda	111.107.817	92.103.432	105.492.822	71.942.082	112.423.760	493.069.913
Empréstimos concedidos e contas a receber	10.046.708	-	-	-	1.775.916	11.822.624
Contas a receber por operações de seguro directo	7.122.038	-	-	-	-	7.122.038
Contas a receber por operações de resseguro	3.794.894	-	-	-	-	3.794.894
Contas a receber por outras operações	12.950.039	-	-	-	-	12.950.039
	807.979.643	354.985.129	1.411.573.944	1.318.932.615	1.158.679.290	5.052.150.621
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 5)						
Valorizados ao justo valor	(240.915.365)	(600.262.729)	(1.034.384.642)	(1.064.896.762)	(1.361.242.580)	(4.301.702.078)
Valorizados ao custo amortizado	(308.059)	(712.953)	(3.031.808)	(18.381.046)	(9.401.292)	(31.835.158)
	(241.223.424)	(600.975.682)	(1.037.416.450)	(1.083.277.808)	(1.370.643.872)	(4.333.537.236)
Outros passivos financeiros						
Passivos subordinados	-	-	-	-	(14.000.000)	(14.000.000)
Depósitos recebidos de resseguradores	(9.260.294)	-	-	-	-	(9.260.294)
Outros	(114.649.233)	(1.263.040)	(515.061)	(9.708.175)	(4.397.250)	(130.532.759)
Contas a pagar por operações de seguro directo	(25.108.517)	-	-	-	-	(25.108.517)
Contas a pagar por operações de resseguro	(4.935.495)	-	-	-	-	(4.935.495)
Contas a pagar por outras operações	(2.213.377)	-	-	-	-	(2.213.377)
	(397.390.340)	(602.238.722)	(1.037.931.511)	(1.092.985.983)	(1.389.041.122)	(4.519.587.678)
	410.589.303	(247.253.593)	373.642.433	225.946.632	(230.361.832)	532.562.943

Na construção destes quadros foram considerados os seguintes pressupostos:

- Foi considerada a data da primeira *call* como sendo a data da maturidade de todas as obrigações *callable* em carteira.
- Os seguros “*unit-linked*” sem maturidade definida foram considerados como exigíveis até 3 meses uma vez que estes podem ser resgatados a qualquer momento.
- Considerou-se que o depósito recebido da resseguradora Genworth tem vencimento trimestral, em conformidade com o estabelecido no respectivo tratado de resseguro.
- Considerou-se que as prestações acessórias (Nota 7), nos montantes de 53.446.703 Euros e 59.760.059 Euros em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, respectivamente, e incluídas na rubrica “Outros passivos financeiros - Outros” são exigíveis até 3 meses, decorrente do mencionado na Nota 3.2. d).

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo o risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o impacto estimado nos capitais próprios de uma deslocação paralela nas curvas de taxa de juro de referência de 100 “basis points”, apresenta a seguinte composição:

	2011		2010	
	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps
Capitais Próprios	64.406	(64.406)	33.321	(33.321)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O apuramento do impacto estimado nos capitais próprios da Companhia considerou toda a carteira, à excepção dos investimentos financeiros que se encontram a representar responsabilidades de produtos “unit-linked”. Para os produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, a Companhia projectou os fluxos de caixa dos activos financeiros e passivos técnicos sensíveis a variações de taxa de juro, tendo concluído que a sensibilidade do valor patrimonial associado a estes produtos é residual, decorrente do comportamento simétrico dos activos e passivos associados aos mesmos.

Posteriormente, considerou-se uma variação positiva e negativa em 100 pontos base sobre a EUR Swap Zero Coupon Yield Curve, apurando-se os impactos expressos no quadro acima.

Políticas de gestão de risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional

Risco de Crédito

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco do emissor está representado no *spread* de crédito. De um modo geral, são definidos limites em função do rating da emissão/emissor, em euros e para o conjunto das carteiras geridas pela Santander Asset Management. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa, só estão autorizadas aquisições de títulos (Senior, Lower Tier 2 e Corporate) que apresentem *ratings* mínimos de BBB-, com *outlook* estável pela Agência de rating Fitch IBCA (Standard & Poor's ou Moody's, no caso de a primeira opção não estar disponível).

É definido um limite máximo para determinado emissor. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afectas aos produtos.

Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que o assim justifiquem (exemplo: alteração do *rating*). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são revistos anualmente.

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores obedece a critérios de diversificação e dispersão prudenciais.

No controlo do risco de crédito, é importante que todos os activos tenham um *rating* e, que na ausência deste, se possa associar a nível de *rating* enquadrado nas normas aprovadas. O *rating* consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco, que pretende reflectir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O *rating* atribuído por uma Agência, expressa somente a opinião da mesma que quanto mais alto o *rating*, menor a probabilidade de *default* atribuída, não consubstanciando nenhum tipo de garantia. Para nenhuma notação de *rating* a probabilidade de *default* deve ser entendida como nula, sendo o *rating* uma medida de risco *ex-ante* que serve para qualificar em termos relativos a qualidade creditícia de um emissor.

O *rating* utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver *rating*, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito, o *rating* é o da dívida sénior;
- No caso de veículos ou *credit linked notes*, será tomado em conta o *rating* do(s) colateral(ais) ou dos emitentes referenciados via CDS (*credit default swap*) para o tipo de dívida em causa. O *rating* obtido deverá ter em conta a estrutura do activo (distribuição pro-rata, *rating* da referência mais baixa no caso de *first-to-default*, *rating* do colateral no caso de ser inferior ao dos activos referenciados via CDS);
- No caso de não ser possível atribuir um *rating*, então considera-se a emissão como sem *rating*;

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

- No caso dos depósitos considera-se que o *rating* implícito é o da dívida sénior das entidades que tomam os mesmos.

Procede-se ao acompanhamento periódico dos níveis dos Credit Default Spreads Senior dos diferentes emissores, para o prazo de 5 anos, para efeitos de seguimento da evolução do risco de crédito das contrapartes.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação no justo valor dos activos financeiros em resultado de variações não antecipadas nas taxas de juro, taxas de câmbio, índices bolsistas e “commodities”.

A exposição ao risco de mercado consubstancia-se nos:

- Riscos decorrentes da detenção de carteiras de activos financeiros e gestão de tesouraria;
- Riscos decorrentes dos investimentos da Companhia e das responsabilidades perante os segurados, como resultado do desfasamento entre activos e passivos em diferentes prazos e em diferentes divisas;
- Riscos decorrentes da participação no capital de outras sociedades.

Os principais tipos de riscos de mercado a que a Companhia se encontra sujeita são o risco de taxa de juro, o risco cambial e o risco de preço do mercado accionista.

Os produtos sujeitos a este tipo de risco são aqueles cujo caucionamento é composto por activos sensíveis às variações das taxas de juro, sendo mais ou menos sensíveis consoante a maturidade desses mesmos activos.

Na sua generalidade, os activos de taxa de juro predominantes neste tipo de produtos são obrigações de taxa variável e/ou de taxa fixa. As obrigações de taxa variável são menos sensíveis à variação das taxas de juro, dado que até à sua maturidade, os cupões são fixados periodicamente e o seu risco reside em grande parte no *spread* de crédito, representativo do risco do emissor. Assim, o valor de mercado das obrigações de taxa variável é mais estável que o das obrigações de taxa fixa. O indicador de sensibilidade à volatilidade das taxas de juro dos activos de taxa fixa é a Modified Duration, a qual mede a sensibilidade do preço de uma obrigação em relação a uma alteração na taxa de rendimento até à sua maturidade.

É definido em Comité de Investimentos a Modified Duration média para as carteiras com características de taxa fixa e o desvio máximo permitido, a qual é calculada periodicamente e monitorizada em Comité de Investimentos. Procede-se, ainda, ao controlo do cumprimento das normas legais e regulamentares conforme as características e classificação regulamentar dos produtos.

A sensibilidade dos activos que se encontram a representar produtos cujo risco de investimento é assumido pelo tomador do seguro é considerada residual, decorrente do comportamento simétrico dos activos e passivos associados a estes produtos.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade de alienação de um activo financeiro de forma célere por um valor próximo do seu justo valor.

A monitorização do risco de liquidez é efectuada mensalmente, sendo definidos limites de gestão de balanço no que respeita à:

- Sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro nos activos financeiros e passivos técnicos (passivos resultantes dos contratos de seguro e de investimento) de curto prazo (maturidade igual ou inferior a um ano); e
- Sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro para a totalidade da carteira de activos financeiros e dos passivos técnicos.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos de caixa previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos de caixa previsionais dos activos financeiros e dos passivos técnicos com rendimento fixo associado à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*; e
- Os activos financeiros e os passivos técnicos associados aos produtos “*unit-linked*” são considerados como exigíveis “à vista” pelo montante do respectivo justo valor desses activos e passivos à data de cada relato financeiro.

Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de incorrer em perdas como consequência de deficiências ou falhas de processos internos, recursos humanos ou sistemas ou derivado de outras circunstâncias, tais como:

- Fraude Interna - Actos que de forma intencional pretendem defraudar, apropriar-se indevidamente de activos propriedade da Companhia ou ultrapassar os seus regulamentos e/ou normas;
- Fraude Externa - Actos cometidos por pessoas alheias à Companhia, com intenção de defraudar e apropriarem-se indevidamente de activos de sua propriedade e desrespeitar as leis;
- Práticas de Emprego, Saúde e Segurança no Trabalho - Actos inconsistentes com as leis ou acordos de segurança e saúde no trabalho, dos quais resultem reclamações por danos pessoais ou reclamações relacionadas com a discriminação ou falta de diversidade laboral;
- Práticas com Clientes, Produtos e de Negócio - Falhas não intencionais ou negligentes que impedem a satisfação de uma obrigação profissional para com os Clientes ou que decorrem de situações inerentes à própria natureza ou desenho dos produtos;
- Danos em Activos Físicos - Perdas ou danos em activos físicos, devido a desastres naturais ou outros eventos;
- Interrupção do Negócio e Falhas nos Sistemas - São todas as interrupções que se produzem no negócio por motivos tecnológicos e falhas nos sistemas;
- Execução, Entrega e Gestão dos Processos - Falhas no processamento das transacções ou na gestão dos processos, assim como nas relações com outras instituições financeiras ou fornecedores.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O modelo de gestão e controlo do risco operacional assenta nos seguintes vectores fundamentais:

- Identificar, analisar, medir e acompanhar a exposição ao risco operacional e as suas causas, utilizando técnicas quantitativas e qualitativas que permitam o seu controlo e mitigação;
- Garantir que as áreas potencialmente geradoras de risco operacional exercem um controlo e gestão efectiva deste risco através da aplicação de ferramentas específicas e procedimentos estabelecidos, minimizando as perdas que possam decorrer do mesmo.

No que se refere à gestão e controlo do risco operacional, constitui um aspecto fundamental a definição e a implementação de procedimentos eficientes, baseados nas melhores práticas de negócio e a sua comunicação efectiva aos colaboradores intervenientes no processo. Nesse sentido, são privilegiados os procedimentos que garantam a efectividade do desempenho das tarefas, a integridade da informação e o cumprimento dos requisitos regulamentares.

São desenvolvidas análises qualitativas e quantitativas que permitem identificar os riscos operacionais, controlá-los, reportá-los e mitigá-los, com base em ferramentas de suporte à recolha de eventos e respectiva conciliação contabilística. Recorre-se também à elaboração de questionários de auto-avaliação, ao desenvolvimento de indicadores e à constituição de um arquivo que documenta os processos praticados e os dados utilizados.

Ao nível de cada área, ambas as análises se combinam, com o objectivo de traçar um diagnóstico do seu perfil de risco. Uma vez conhecido o perfil de risco de cada área, identificam-se as acções correctoras a implementar e realiza-se uma análise custo/benefício com o propósito de saber se os custos associados às acções correctoras compensam a melhoria do nível de cobertura do risco operacional.

Finalmente, após a implementação das acções correctoras eleitas, é efectuado o acompanhamento qualitativo e quantitativo dos resultados obtidos.

7. PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS

A Companhia tem produtos “*unit-linked*” sob gestão que se desvalorizaram durante o exercício de 2008 em resultado da situação dos mercados, tendo havido alguns particularmente afectados.

Conforme referido na alínea d) da Nota 3.2, a Companhia recebeu do accionista único 85.000.000 Euros em prestações acessórias (que podem ir até ao montante máximo de 100.000.000 Euros), as quais não são remuneradas. A Companhia utilizou um montante de 81.580.950 Euros na aquisição de três obrigações que pagam cupões variáveis. Adicionalmente, para cada obrigação, contratou um swap de taxa de juro em que a Companhia paga variável e recebe fixo. Os 3.419.050 Euros (Nota 6) remanescentes encontram-se aplicados em depósitos a prazo e à ordem à data de 31 de Dezembro de 2011 e 2010. O rendimento destes investimentos está a ser atribuído às carteiras dos produtos “*unit-linked*” particularmente afectados em 2008 pela desvalorização dos mercados, de forma a compensar os subscritores desses produtos.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

As obrigações adquiridas e os swaps de taxa de juro contratados apresentam a seguinte composição:

	Obrigações			Total
	CXGD Float 09/49	CXGD Float 06/49	BPI Cap Fin Float 49	
Data de compra	28-10-2008	28-10-2008	07-11-2008	
Preço de Aquisição	77,51%	84,78%	85,07%	
Cupão float	Euribor 3m + 77 bps	Euribor 3m + 80 bps	Euribor 3m + 155 bps	
Periodicidade	Trimestralmente	Trimestralmente	Trimestralmente	
Maturidade	Perpétuas	Perpétuas	Perpétuas	
Call Option	30-09-2015	28-06-2014	12-08-2013	
Rating actual (31-12-2011)				
- Moody's	B2	B2	B1	
- S&P	B-	B-	B	
- Fitch	CCC	CCC	CC	
Emitente	Caixa Geral Fin	Caixa Geral Fin	BPI Cap Fin	
ISIN	XS0230957424	XS0195376925	XS0174443449	
Valor Nominal	18.750.000	54.000.000	25.000.000	97.750.000
Valor de aquisição	14.533.050	45.780.400	21.267.500	81.580.950
Valor de mercado em 31-12-2011 (Nota 6)	8.812.500	25.380.000	10.000.000	44.192.500
Mais/(menos) valia potencial acumulada em 31-12-2011	(5.720.550)	(20.400.400)	(11.267.500)	(37.388.450)
Valor de mercado em 31-12-2010 (Nota 6)	9.281.250	27.000.000	14.375.000	50.656.250
Mais/(menos) valia potencial acumulada em 31-12-2010	(5.251.800)	(18.780.400)	(6.892.500)	(30.924.700)

	Swaps			Total
	Swap CGD 2015	Swap CGD 2014	Swap BPI 2013	
Nocional	18.750.000	54.000.000	25.000.000	97.750.000
Data de contratação	05-11-2008	05-11-2008	06-11-2008	
Data-valor	30-12-2008	28-12-2008	12-11-2008	
Data de maturidade	30-09-2015	28-06-2014	12-08-2013	
Juro variável a pagar	Euribor 3m	Euribor 3m	Euribor 3m	
Periodicidade	Trimestralmente	Trimestralmente	Trimestralmente	
Juro fixo a receber	3,9425%	3,8225%	3,5600%	
Periodicidade	Semestralmente	Semestralmente	Semestralmente	
Contraparte	BST (*)	BST (*)	BST (*)	
Rating da contraparte	BBB	BBB	BBB	
Valor de mercado em 31-12-2011 (Nota 6)	1.680.597	3.273.478	881.078	5.835.153
Valor de mercado em 31-12-2010 (Nota 6)	1.265.134	3.269.248	1.150.377	5.684.759

(*) - Banco Santander Totta.

A Companhia reembolsará o accionista único pela totalidade da parte do valor nominal correspondente das prestações acessórias, se o valor de venda dessas obrigações e “unwind” dos swaps for superior ao valor nominal da parte das prestações acessórias a amortizar. Na medida que não o seja, reembolsará o accionista único somente pelo valor nominal das prestações acessórias a amortizar deduzido das menos-valias realizadas na venda dessas obrigações e “unwind” dos respectivos swaps.

A Companhia decidiu utilizar a opção concedida na Norma IAS 39 (Nota 3.2.a) i)), tendo classificado de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial as obrigações, swaps, depósitos, prestações acessórias e a “long put” ao justo valor através de ganhos e perdas. As variações no justo valor destes instrumentos encontram-se reflectidas na rubrica “Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas – De activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas” (Nota 18).

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento nas prestações acessórias pode ser resumido como segue:

Prestações acessórias obtidas	85.000.000
Menos-valias nas obrigações	(16.173.450)
Mais-valias nos swaps	2.400.370

Prestações acessórias exigíveis em 31 de Dezembro de 2008	71.226.920

Menos-valias nas obrigações	(620.000)
Mais-valias nos swaps	2.279.520

Prestações acessórias exigíveis em 31 de Dezembro de 2009	72.886.440

Menos-valias nas obrigações	(14.131.250)
Mais-valias nos swaps	1.004.869

Prestações acessórias exigíveis em 31 de Dezembro de 2010 (Notas 6 e 28)	59.760.059

Menos-valias nas obrigações	(6.463.750)
Mais-valias nos swaps	150.394

Prestações acessórias exigíveis em 31 de Dezembro de 2011 (Notas 6 e 28)	53.446.703
	=====

Assim, a responsabilidade para com o accionista único em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 foi diminuída da menos-valia potencial líquida acumulada nas obrigações e swaps no montante de 31.553.297 Euros e 25.239.941 Euros, respectivamente.

8. RELAÇÃO DAS EMPRESAS DO GRUPO

As contas da Companhia são consolidadas pelo método de consolidação integral na Santander Totta – SGPS, S.A., com sede na Rua da Mesquita, em Lisboa, local onde podem ser obtidas.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

9. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Caixa e seus equivalentes	47	229
Depósitos à ordem:		
- Em instituições financeiras do Grupo Santander (Nota 28)	35.408.988	79.084.532
	-----	-----
	35.409.035	79.084.761
	=====	=====

Os depósitos à ordem são remunerados a taxas de mercado.

10. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Em 2011 e 2010, o movimento nas rubricas de outros activos tangíveis foi o seguinte:

2011									
Saldo em 31-12-2010			Aquisições	Amortizações do exercício (Nota 20)	Alienações e abates (valor bruto)	Alienações e abates (amortizações acumuladas)	Saldo em 31-12-2011		
Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido					Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento									
Equipamento administrativo	356.174	(345.407)	10.767	2.214	(3.637)	-	358.388	(349.044)	9.344
Equipamento informático	1.621.273	(1.598.018)	23.255	5.012	(15.021)	-	1.626.285	(1.613.039)	13.246
Material de transporte	156.629	(87.382)	69.247	84.623	(42.420)	(50.948)	190.304	(78.854)	111.450
Outros activos tangíveis									
	177.900	(177.761)	139	-	(119)	-	177.900	(177.880)	20
	2.311.976	(2.208.568)	103.408	91.849	(61.198)	(50.948)	2.352.877	(2.218.817)	134.060

2010									
Saldo em 31-12-2009			Aquisições	Amortizações do exercício (Nota 20)	Alienações e abates (valor bruto)	Alienações e abates (amortizações acumuladas)	Saldo em 31-12-2010		
Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido					Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento									
Equipamento administrativo	354.803	(344.109)	10.694	2.772	(2.699)	(1.401)	356.174	(345.407)	10.767
Equipamento informático	1.618.209	(1.564.238)	53.971	3.064	(33.780)	-	1.621.273	(1.598.018)	23.255
Material de transporte	174.909	(87.780)	87.129	22.800	(40.306)	(41.080)	156.629	(87.382)	69.247
Outros activos tangíveis									
	177.900	(177.642)	258	-	(119)	-	177.900	(177.761)	139
	2.325.821	(2.173.769)	152.052	28.636	(76.904)	(42.481)	2.311.976	(2.208.568)	103.408

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

11 AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a afectação dos investimentos financeiros e outros activos a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

31-12-2011						
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11.019.247	6.924.156	570	8.982	17.456.081	35.409.035
Activos financeiros detidos para negociação	298.981	-	-	-	-	298.981
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	4.419.487.036	-	80.501.567	4.499.988.603
Activos financeiros disponíveis para venda	340.458.813	70.322.860	56.196.326	197.027	37.972.093	505.147.117
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.801.077	14.328.219	750.449	-	22.595.113	39.474.858
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	134.060	134.060
	<u>353.578.118</u>	<u>91.575.234</u>	<u>4.476.434.381</u>	<u>206.009</u>	<u>158.658.914</u>	<u>5.080.452.655</u>

31-12-2010						
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afectos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	25.533.871	7.191.282	529	18.883	46.340.196	79.084.761
Activos financeiros detidos para negociação	493.550	-	-	-	-	493.550
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	4.384.052.743	-	59.760.059	4.443.812.802
Activos financeiros disponíveis para venda	323.419.433	96.877.166	32.006.770	206.779	40.559.765	493.069.913
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	1.775.916	-	-	10.046.708	11.822.624
Outros activos tangíveis	-	-	-	-	103.408	103.408
	<u>349.446.854</u>	<u>105.844.364</u>	<u>4.416.060.042</u>	<u>225.662</u>	<u>156.810.136</u>	<u>5.028.387.058</u>

12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2011 e 2010, o movimento na rubrica de activos intangíveis apresentou o seguinte detalhe:

2011								
Saldo em 31-12-2010				Saldo em 31-12-2011				
Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício (Nota 20)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	2.332.066	(2.306.863)	25.203	394.692	(63.011)	2.726.758	(2.369.874)	356.884
Outros activos intangíveis	107.677	(107.677)	-	-	-	107.677	(107.677)	-
	<u>2.439.743</u>	<u>(2.414.540)</u>	<u>25.203</u>	<u>394.692</u>	<u>(63.011)</u>	<u>2.834.435</u>	<u>(2.477.551)</u>	<u>356.884</u>
2010								
Saldo em 31-12-2009				Saldo em 31-12-2010				
Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício (Nota 20)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido	
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	2.332.066	(2.261.962)	70.104	-	(44.901)	2.332.066	(2.306.863)	25.203
Outros activos intangíveis	107.677	(107.677)	-	-	-	107.677	(107.677)	-
	<u>2.439.743</u>	<u>(2.369.639)</u>	<u>70.104</u>	<u>-</u>	<u>(44.901)</u>	<u>2.439.743</u>	<u>(2.414.540)</u>	<u>25.203</u>

Em 2011, a Companhia adquiriu e implementou *software* que serviu de base para o desenvolvimento de vários sistemas operacionais, no montante de 394.692 Euros.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

13. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS A CONTAS DO ACTIVO

Nos exercícios de 2010 e 2011, o movimento nas rubricas de “Outras provisões” e “Ajustamentos a contas do activo” foi o seguinte:

	2010 e 2011					
	Saldos em 31-12-2009	Reforços	Reposições e anulações	Saldos em 31-12-2010	Reforços	Reposições e anulações
Ajustamentos de recibos por cobrar de outros tomadores de seguros	22.555	7.954	-	30.509	-	-
Outras provisões	-	10.785	-	10.785	2.511.795	(797)
	<u>22.555</u>	<u>18.739</u>	<u>-</u>	<u>41.294</u>	<u>2.511.795</u>	<u>(797)</u>

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Outras provisões” destina-se a fazer face a contingências resultantes da actividade da Companhia.

14. PRÉMIOS

Nos exercícios de 2011 e 2010, os prémios adquiridos líquidos de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2011			2010		
	Directo	Resseguro cedido	Líquido	Directo	Resseguro cedido	Líquido
Ramo vida						
Prémios brutos emitidos						
Produtos de risco	110.918.637	(22.564.411)	88.354.226	116.977.049	(27.156.009)	89.821.040
Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	53.522.117	(2.061)	53.520.056	64.510.357	(2.689)	64.507.668
	<u>164.440.754</u>	<u>(22.566.471)</u>	<u>141.874.283</u>	<u>181.487.406</u>	<u>(27.158.698)</u>	<u>154.328.708</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)						
Produtos de risco	5.189.272	(4.537.842)	651.430	(4.149.827)	(1.487.071)	(5.636.898)
Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	-	-	-	42.615	-	42.615
	<u>5.189.272</u>	<u>(4.537.842)</u>	<u>651.430</u>	<u>(4.107.212)</u>	<u>(1.487.071)</u>	<u>(5.594.283)</u>
	<u>169.630.026</u>	<u>(27.104.313)</u>	<u>142.525.713</u>	<u>177.380.194</u>	<u>(28.645.769)</u>	<u>148.734.425</u>
Ramo não vida						
Prémios brutos emitidos	1.715.442	(554.931)	1.160.511	1.589.137	(520.747)	1.068.390
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	1.395	981	2.376	(3.892)	(151)	(4.043)
	<u>1.716.837</u>	<u>(553.950)</u>	<u>1.162.887</u>	<u>1.585.245</u>	<u>(520.898)</u>	<u>1.064.347</u>
	<u>171.346.863</u>	<u>(27.658.263)</u>	<u>143.688.600</u>	<u>178.965.439</u>	<u>(29.166.667)</u>	<u>149.798.772</u>

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Nos exercícios de 2011 e 2010, os prémios brutos emitidos de contratos de seguro directo do Ramo Vida, podem ser caracterizados da seguinte forma:

	2011	2010
Prémios brutos emitidos de seguro directo		
Relativos a contratos individuais	92.558.169	95.634.883
Relativos a contratos de grupo	71.882.585	85.852.523
	<u>164.440.754</u>	<u>181.487.406</u>
Periódicos	97.211.909	88.677.844
Não periódicos	67.228.845	92.809.562
	<u>164.440.754</u>	<u>181.487.406</u>
De contratos sem participação nos resultados	109.651.951	115.687.072
De contratos com participação nos resultados	54.788.803	65.800.334
	<u>164.440.754</u>	<u>181.487.406</u>

15. COMISSÕES RECEBIDAS

Nos exercícios de 2011 e 2010, as comissões relativas a contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, apresentam a seguinte composição:

	2011	2010
Contratos de Investimento		
Sem participação nos resultados		
Seguro Poupança Jovem Sub-18	9.613	8.696
PPR/E Super 50 Garantido	7.017	6.150
	<u>16.630</u>	<u>14.846</u>
"Unit-linked"		
Poupança Rendimento Vida	23.744.033	15.661.353
Super Rendimento Seguro	15.772.169	27.172.978
Seguro Investimento	9.207.220	9.498.346
Seguro Poupança Segura PPR	504.183	479.265
Fundos Santander	265.229	512.541
	<u>49.492.834</u>	<u>53.324.483</u>
	<u>49.509.464</u>	<u>53.339.329</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

As comissões relativas a produtos "unit-linked" recebidas pela Companhia têm a seguinte natureza: (i) Comissões de gestão, calculadas diariamente sobre o montante dos activos sob gestão; (ii) Comissões *upfront*, cobradas na data de subscrição relativamente a alguns produtos; (iii) Comissões sobre resgates, que são calculadas no momento do resgate de acordo com as condições gerais dos produtos, apresentando a seguinte composição.

	2011	2010
Comissões "Unit-linked"		
Comissões de gestão	39.965.830	42.829.413
Comissões <i>upfront</i>	7.565.468	8.757.356
Comissões de resgate	1.961.536	1.737.714
	<u>49.492.834</u>	<u>53.324.483</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

16. RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

Nos exercícios de 2011 e 2010, as rubricas de rendimentos apresentam a seguinte composição:

	2011			2010		
	Juros	Dividendos	Unidades de participação	Juros	Dividendos	Unidades de participação
Ramo vida:						
Activos financeiros detidos para negociação	331.152	-	-	331.152	412.202	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	205.774.425	4.479	98.077	205.876.981	214.635.909	16.056
Activos financeiros disponíveis para venda	17.281.346	-	-	17.281.346	14.010.062	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	472.522	-	-	472.522	67.929	-
Depósitos à ordem em instituições de crédito	200.453	-	-	200.453	44.762	-
	<u>224.059.898</u>	<u>4.479</u>	<u>98.077</u>	<u>224.162.454</u>	<u>229.170.864</u>	<u>16.056</u>
Ramos não vida:						
Activos financeiros disponíveis para venda	5.140	-	-	5.140	3.513	-
Depósitos à ordem em instituições de crédito	184	-	-	184	10	-
	<u>5.324</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.324</u>	<u>3.523</u>	<u>-</u>
Não afectos:						
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	301.516	-	-	301.516	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	147.638	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	751.821	-	-	751.821	46.708	-
Depósitos à ordem em instituições de crédito	231.471	-	-	231.471	94.945	-
	<u>1.284.808</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.284.808</u>	<u>141.653</u>	<u>147.638</u>
	<u>225.350.030</u>	<u>4.479</u>	<u>98.077</u>	<u>225.452.586</u>	<u>229.316.040</u>	<u>163.694</u>
						<u>89.546</u>
						<u>229.569.280</u>

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 28.

17. GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2011 e 2010, as rubricas de gastos financeiros de investimentos, apresentam a seguinte composição:

	2011			2010		
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos:						
Custos imputados (Nota 20)	2.559.774	82.005	2.641.779	2.613.989	61.579	2.675.568
Juros de interest rate swaps:						
Vida com participação	116.723	-	116.723	107.351	-	107.351
Vida sem participação	3.879	-	3.879	2.262	-	2.262
Produtos unit linked	24.818.356	-	24.818.356	51.104.890	-	51.104.890
Juros de operações de reporte:						
Vida com participação	489.998	-	489.998	-	-	-
Vida sem participação	152.793	-	152.793	-	-	-
Produtos unit-linked	2.824.052	-	2.824.052	-	-	-
De outros passivos financeiros:						
Passivos subordinados	-	442.949	442.949	-	372.808	372.808
Outros	-	-	-	-	5.006	5.006
	<u>30.965.575</u>	<u>524.954</u>	<u>31.490.529</u>	<u>53.828.492</u>	<u>439.393</u>	<u>54.267.885</u>

Os juros de swaps de taxa de juro reduziram-se em 2011 em virtude do vencimento de parte desses instrumentos.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

18. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2011 e 2010, os ganhos (perdas) líquidos de activos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Valias líquidas realizadas (Nota 18.1)	(757.804)	62.516
Valias líquidas potenciais (Nota 18.2)	-	-
Juros creditados aos passivos financeiros (Nota 18.3)	(1.469.142)	(797.073)
	-----	-----
	(2.226.946)	(734.557)
	=====	=====
Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Valias líquidas realizadas (Nota 18.1)	17.795.006	5.859.400
Valias líquidas potenciais (Nota 18.2)	(220.363.927)	(128.829.434)
Ganhos (perdas) em passivos financeiros (Nota 18.3)	(8.133.720)	(42.660.553)
	-----	-----
	(210.702.641)	(165.630.587)
	=====	=====

18.1. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Nos exercícios de 2011 e 2010, os ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	<u>2011</u>			<u>2010</u>		
	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	49.834.049	(30.743.203)	19.090.846	18.258.085	(12.398.685)	5.859.400
Activos financeiros disponíveis para venda	512.721	(1.216.910)	(704.189)	1.656.895	(579.382)	1.077.513
	<u>50.346.770</u>	<u>(31.960.113)</u>	<u>18.386.657</u>	<u>19.914.980</u>	<u>(12.978.067)</u>	<u>6.936.913</u>
Não técnica:						
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(1.295.840)	(1.295.840)	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	30.385	(84.000)	(53.615)	-	(1.014.997)	(1.014.997)
	<u>30.385</u>	<u>(1.379.840)</u>	<u>(1.349.455)</u>	<u>-</u>	<u>(1.014.997)</u>	<u>(1.014.997)</u>
	<u>50.377.155</u>	<u>(33.339.953)</u>	<u>17.037.202</u>	<u>19.914.980</u>	<u>(13.993.064)</u>	<u>5.921.916</u>

Em 2011, o saldo da rubrica “Ramo vida – Activos financeiros disponíveis para venda – Perdas realizadas” inclui uma perda de 901.395 Euros, resultante de uma operação de troca de dívida subordinada por dívida sénior de um Banco Português.

18.2. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Nos exercícios de 2011 e 2010, os ganhos e perdas não realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	<u>2011</u>			<u>2010</u>		
	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Activos e passivos financeiros detidos para negociação	73.786	(228.965)	(155.179)	162.723	(221.981)	(59.258)
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	100.805.484	(318.300.734)	(217.495.250)	113.909.624	(242.679.800)	(128.770.176)
	<u>100.879.270</u>	<u>(318.529.699)</u>	<u>(217.650.429)</u>	<u>114.072.347</u>	<u>(242.901.781)</u>	<u>(128.829.434)</u>
Não técnica:						
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	109.161	(2.822.659)	(2.713.498)	-	-	-
	<u>109.161</u>	<u>(2.822.659)</u>	<u>(2.713.498)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>100.988.431</u>	<u>(321.352.358)</u>	<u>(220.363.927)</u>	<u>114.072.347</u>	<u>(242.901.781)</u>	<u>(128.829.434)</u>

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

18.3. Ganhos e perdas em passivos financeiros

Nos exercícios de 2011 e 2010, as variações em ganhos e perdas dos passivos por contratos de investimento apresentam a seguinte composição (Nota 5):

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas:		
Variações positivas dos passivos financeiros	(191.192.001)	(348.843.928)
Variações negativas dos passivos financeiros	183.058.282	306.183.375
	-----	-----
	(8.133.720)	(42.660.553)
Comissões de contratos de investimento "unit-linked" (Nota 15)	49.492.834	53.324.483
Outros	711.267	337.738
	-----	-----
	42.070.381	11.001.668
	-----	-----
Passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao custo amortizado:		
Juros creditados aos passivos financeiros (Nota 5)	(1.469.142)	(797.073)
Comissões de contratos de investimento sem participação nos resultados (Nota 15)	16.604	14.846
Outros	-	(2)
	-----	-----
	(1.452.538)	(782.229)
	-----	-----
	40.617.843	10.219.439
	=====	=====

Em 2011 e 2010, as variações nos "Passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas – Outros" dizem essencialmente respeito a prémios da componente de risco de seguro embutido em alguns produtos *unit-linked*.

19. CUSTOS DE FINANCIAMENTO

Os únicos financiamentos remunerados obtidos pela Companhia em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são os empréstimos subordinados e os depósitos recebidos de resseguradores descritos na Nota 6.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

20. GASTOS DIVERSOS POR NATUREZA

Nos exercícios de 2011 e 2010, os gastos incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição, atendendo à sua natureza:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Gastos com o pessoal (Nota 21)	2.598.912	2.449.110
	-----	-----
Fornecimentos e serviços externos:		
. Gastos com informática	866.470	1.017.319
. Consultoria e assessoria	652.590	629.503
. Comunicações	351.884	271.912
. Rendas e alugueres (Nota 28)	240.947	242.156
. Quotizações	102.660	80.466
. Trabalhos especializados	85.919	19.897
. Deslocações e estadas	48.659	41.683
. Impressos	38.762	55.234
. Material de escritório	24.265	21.342
. Outros	147.756	142.912
	-----	-----
	2.559.912	2.522.424
	-----	-----
Encargos com comissões por serviços bancários (Nota 28)	2.487.190	2.570.428
Impostos e taxas	546.769	578.438
Juros suportados de depósitos de resseguradores (Nota 6)	152.458	171.680
Anulação de juros a pagar a resseguradores	-	(358.567)
Amortizações do exercício (Notas 10 e 12)	124.209	121.805
	-----	-----
	8.469.449	8.055.318
	=====	=====

Matriz de imputação de custos

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custos com sinistros	1.032.980	1.009.140
Custos de aquisição (Nota 29)	1.930.171	1.877.298
Custos administrativos (Nota 29)	2.864.519	2.493.312
Custos com investimentos (Nota 17)	2.641.779	2.675.568
	-----	-----
	8.469.449	8.055.318
	=====	=====

Nos exercícios de 2011 e 2010, parte do saldo da rubrica “Gastos com informática” diz respeito à prestação de serviços informáticos, facturados por uma entidade do Grupo Santander, nos montantes de 476.822 Euros e 275.665 Euros, respectivamente (Nota 28).

Em 2011 e 2010, a rubrica de “Impostos e taxas” diz respeito essencialmente à taxa do Instituto de Seguros de Portugal.

No exercício de 2010, o saldo da rubrica “Anulação de juros a pagar a resseguradores” diz respeito à correcção dos juros do depósito recebido do ressegurador New Reinsurance (“New Re”), na sequência da renegociação do respectivo tratado.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

21. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2011 e 2010, as rubricas de gastos com pessoal apresentam a seguinte composição:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Remunerações		
Dos órgãos sociais	422.955	471.631
Do pessoal	1.685.689	1.588.606
	-----	-----
	2.108.644	2.060.237
	-----	-----
Encargos sobre remunerações	373.705	323.288
	-----	-----
Benefícios pós-emprego (Nota 22)	10.930	9.177
Outros gastos com pessoal	105.633	56.408
	-----	-----
	2.598.912	2.449.110
	=====	=====

A rubrica “Remunerações – Dos órgãos sociais” inclui a remuneração anual fixa e variável dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A rubrica “Remunerações – Do pessoal” inclui os acréscimos de custos relativos aos prémios de desempenho dos colaboradores, relativos aos exercícios de 2011 e 2010 e a pagar em 2012 e 2011, nos montantes de 459.117 Euros e 519.741 Euros, respectivamente (Nota 33). O saldo desta rubrica inclui, ainda, o custo associado aos pagamentos baseados em acções (Nota 3.12).

O aumento do saldo da rubrica “Outros gastos com pessoal” face a 2010 decorre essencialmente dos encargos com uma rescisão contratual e da assunção do custo associado à bonificação da taxa de juro nos créditos à habitação contraídos junto do Banco Santander Totta pelos colaboradores da Companhia.

Em 23 de Dezembro de 2011 foi assinado o novo Contrato Colectivo de Trabalho para o sector segurador, cuja entrada em vigor ocorreu em 15 de Janeiro de 2012, o qual atribuiu uma compensação pecuniária extraordinária, no valor de 55% do ordenado base mensal auferido a 31 de Dezembro de 2011, aos empregados que reúnam as seguintes condições: (i) Estejam vinculados ao empregador por contratos de trabalho sem termo; e (ii) Tenham sido admitidos na Companhia antes de 1 de Janeiro de 2010 e tenham prestado pelo menos 22 meses de trabalho efectivo na Companhia desde essa data. Esta compensação será paga de uma só vez até 30 de Abril de 2012.

Adicionalmente, nos termos do novo Contrato Colectivo de Trabalho acima referido, o trabalhador que completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terá direito a um prémio pecuniário (prémio de permanência) de valor equivalente a 50% do seu ordenado do mês em que o facto ocorrer, verificado um conjunto de condições.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia nos exercícios de 2011 e 2010, por categoria profissional, foi o seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Administrador	2	2
Director Coordenador	1	1
Director de Serviços	4	4
Chefe de Secção	3	3
Chefe de Serviços	2	2
Sub-chefe de Secção	1	1
Técnico de Grau I	7	7
Técnico de Grau II	2	2
Coordenador de Serviços Comerciais	1	1
Gerente de Delegação	1	1
Assistente Comercial	1	1
Secretária	1	1
Escriturário	28	29
Técnico de Formação	1	1
Actuário	1	1
	----	----
	56	57
	==	==

Remuneração dos Órgãos Sociais

No cumprimento do definido no art.º 3 da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, presta-se informação relativamente às remunerações recebidas em 2011, em milhares de Euros, pelos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

Conselho de Administração

Nome	Remuneração	
	fixa	variável
Paula Figueiredo	184	15
Eduardo Alves da Silva	205	100
	<u>389</u>	<u>115</u>

Conselho Fiscal

Nome	Remuneração	
	fixa	variável
José Duarte Assunção Dias	14	-
António Baia Engana	9	-
Emídio de Jesus Maria	9	-
	<u>32</u>	<u>-</u>

O Grupo Santander, no qual está inserida a Totta Seguros, tem também um plano de incentivos a longo prazo a nível mundial que está dividido em ciclos. Em 11 de Julho de 2011, foi finalizado o terceiro ciclo do plano de acções vinculado a objectivos. Nesse âmbito, o número total de acções atribuídas a membros do Conselho de Administração foi de 3.311, ao valor por acção de 7,511 Euros. Estas acções foram atribuídas à Senhora Dra. Paula Figueiredo.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os honorários facturados e a facturar pela Deloitte & Associados, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, ascendem a 115.400 Euros, dos quais 50.600 Euros relativos à revisão legal das contas e 64.800 Euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

22. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O plano de pensões de benefício definido subscrito pela Companhia em vigor em 31 de Dezembro de 2011 inclui o seguinte tipo de responsabilidades:

- Pensões de reforma por antiguidade;
- Pensões de reforma por invalidez;
- Pensões de pré-reforma.

Este plano abrange todos os empregados admitidos na actividade seguradora até 22 de Junho de 1995 (Nota 3.9.).

No âmbito do novo contrato colectivo de trabalho para a actividade seguradora, assinado em 23 de Dezembro de 2011, o actual plano de pensões de benefício definido será substituído, no que se refere aos trabalhadores no activo, com referência a 1 de Janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor actual das responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não é aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de Dezembro de 2011 se encontrem reformados ou pré-reformados.

Determinação das responsabilidades

Para determinação das responsabilidades por serviços passados dos empregados no activo, foram efectuados estudos actuariais pela Towers Watson, com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010. Nestas datas, não existiam responsabilidades com pensões de reforma em pagamento.

Os pressupostos e bases técnicas utilizados foram os seguintes:

	31-12-2011	31-12-2010
Método actuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	50% EKV80	50% EKV80
Taxa de retorno dos activos do plano	5,07%	4,00%
Taxa técnica actuarial (desconto)	5,85%	5,85%
Taxa de crescimento dos salários	3,00%	3,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	1,50%

No âmbito do referido estudo, foi considerado que a idade normal de reforma destes trabalhadores ocorrerá aos 65 anos.

O valor de referência para a taxa de desconto é estimado independentemente da estratégia de investimentos do Fundo de Pensões. Na fixação dessa taxa, teve-se em consideração as características etárias da população. Para o efeito são utilizadas as taxas de juro de obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada ("AA") e que tenham maturidade aproximada à das responsabilidades a financiar. A estimativa da maturidade dessas responsabilidades foi apurada tendo por base a média da esperança de vida ponderada pelos pagamentos a efectuar pelo Fundo. Em 31 de Dezembro de 2011, a idade média dos beneficiários é de 46,9 anos e a duração das responsabilidades de 26 anos. Face à duração previsível das responsabilidades da Companhia, o Conselho de Administração decidiu utilizar uma taxa de desconto de 5,85%.

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões nos exercícios de 2011, 2010 e 2009 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

	2011		2010		2009	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de retorno dos activos do plano	4,00%	1,80%	4,00%	8,72%	4,00%	8,87%
Taxa de crescimento dos salários	3,50%	0,15%	3,50%	3,00%	3,50%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,50%	-	1,50%	-	1,50%	-

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a informação considerada na avaliação actuarial era como segue:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Número de participantes activos	14	14
Idade média (anos)	46,9	45,9
Antiguidade média no sector (anos)	21,5	20,5
Salário anual total (em Euros)	520.206	519.764
Salário médio anual (em Euros)	37.158	37.126

O movimento nas responsabilidades por serviços passados em 2010 e 2011, pode ser demonstrado da seguinte forma:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2009	183.352

Custo do serviço corrente	9.193
Custo dos juros	10.726
Retorno esperado dos activos do plano	(10.742)

Custo normal (Notas 3.9 e 21)	9.177
Ganhos e perdas actuariais (Notas 3.9 e 32)	7.413

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010	199.942

Custo do serviço corrente e custo dos juros	21.299
Retorno esperado dos activos do plano	(10.369)

Custo normal (Notas 3.9 e 21)	10.930
Ganhos e perdas actuariais (Notas 3.9 e 32)	(39.408)

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2011	171.464
	=====

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011, as responsabilidades por serviços passados ascendem a 171.464 Euros, das quais 145.046 Euros respeitam a responsabilidades por velhice e 26.418 Euros a responsabilidades por invalidez. Em 31 de Dezembro de 2011, não existiam responsabilidades com pensões de reforma em pagamento.

Durante o exercício de 2010 foi efectuada uma contribuição para o Fundo de Pensões no montante de 9.000 Euros, tendo sido subscritas 932 unidades de participação ao custo unitário de 9,66 Euros. Em 2011, não foi efectuada qualquer contribuição.

As responsabilidades por serviços passados e o financiamento existente no final dos exercícios de 2006 a 2011 eram os seguintes:

	31-12-2011	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2008	31-12-2007	31-12-2006
Número de unidades de participação detidas	21.184	21.184	20.252	20.252	20.252	20.252
Valor de cada unidade de participação	9,41	9,65	9,29	8,53	9,30	8,78
Valor do Fundo	199.359	204.526	188.118	172.790	188.395	177.818
Responsabilidades	171.464	199.942	183.352	161.565	178.188	175.592
Excesso/(Insuficiência)	27.895	4.584	4.766	11.225	10.207	2.226

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os excessos de financiamento, nos montantes de 27.895 Euros e 4.584 Euros, respectivamente, encontram-se registados na rubrica de balanço “Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” (Nota 3.9.).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander), apresentava os seguintes agregados contabilísticos:

	31-12-2011	%	31-12-2010	%
Obrigações	377.755	65,2%	393.142	62,5%
Fundos de investimento mobiliário	143.415	24,7%	122.148	19,4%
Fundos de investimento imobiliário	42.330	7,3%	43.420	6,9%
Disponibilidades	18.857	3,3%	70.039	11,1%
Outros activos e passivos	(2.822)	-0,5%	586	0,1%
Valor do Fundo	579.535	100,0%	629.335	100,0%
Nº de UPs em circulação	61.582		65.184	
Nº de UPs detidas pela Companhia	21.184		21.184	

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E OUTROS IMPOSTOS

Os saldos de activos e passivos por impostos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 eram os seguintes:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
<u>Activos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	3.210.819	-
	-----	-----
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	(145.718)
Outros impostos a pagar	(1.803.734)	(3.326.849)
	-----	-----
	(1.803.734)	(3.472.567)
	-----	-----
	1.407.085	(3.472.567)
	=====	=====
Activos por impostos diferidos	12.575.293	5.753.542
Passivos por impostos diferidos	-	(614.205)
	-----	-----
	12.575.293	5.139.337
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos de activos e passivos por impostos correntes detalham-se como segue:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
<u>Imposto sobre o rendimento</u>		
Colecta	-	(5.714.958)
Derrama municipal e estadual	-	(864.393)
Tributações autónomas	-	-
Pagamentos por conta	3.543.234	6.608.325
Retenções na fonte	82.560	261.720
	-----	-----
Imposto sobre o rendimento a recuperar / (a pagar)	3.625.794	290.694
Provisão para contingências fiscais	(414.975)	(436.412)
	-----	-----
	3.210.819	(145.718)
	=====	=====
<u>Outros impostos</u>		
Retenções na fonte efectuadas a terceiros	(1.023.207)	(2.369.445)
Outros impostos e taxas	(735.857)	(915.334)
Contribuições para a segurança social	(44.670)	(42.070)
	-----	-----
	(1.803.734)	(3.326.849)
	=====	=====

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos nos exercícios de 2011 e 2010 foi o seguinte:

	2011			
	Variação em			Saldo em 31-12-2011
	Saldo em 31-12-2010	Capital Próprio	Resultados	
<u>Impostos diferidos - Ajustamentos de transição</u>				
Valor de Mercado - ADV - Obrigações vida com participação	120.012	-	(59.412)	60.600
Passagem dos swaps a valor de mercado	(32.970)	-	16.322	(16.648)
Diferença taxa efectiva - Valor de aquisição ajustado	32.705	-	(16.189)	16.516
Mais-valias não tributáveis afectas à provisão para participação nos resultados a atribuir	171.163	-	(84.735)	86.428
Benefícios de Empregados (Fundo de Pensões)	(1.031)	-	510	(521)
	<u>289.879</u>	<u>-</u>	<u>(143.504)</u>	<u>146.375</u>
<u>Impostos diferidos</u>				
De activos financeiros disponíveis para venda				
Fundos de Investimento Mobiliário - Livres	1.486.126	249.228	-	1.735.354
Fundos de Investimento Mobiliário - Vida sem participação	2.171.131	371.498	-	2.542.629
Acções BPI - Livres	1.046.305	(356.315)	454.930	1.144.920
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	129.592	797.234	-	926.826
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	-	-	725.000	725.000
Incentivos de longo prazo	16.304	-	6.856	23.160
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	5.331.029	5.331.029
	<u>4.849.458</u>	<u>1.061.645</u>	<u>6.517.815</u>	<u>12.428.918</u>
<u>Impostos correntes - ADV - Vida com participação</u>				
Variação RJV líquida de PPRA - Obrigações vida com participação	-	8.095.345	(8.095.345)	-
	<u>5.139.337</u>	<u>9.156.990</u>	<u>(1.721.034)</u>	<u>12.575.293</u>
	2010			
	Variação em			Saldo em 31-12-2010
	Saldo em 31-12-2009	Capital Próprio	Resultados	
<u>Impostos diferidos - Ajustamentos de transição</u>				
Valor de Mercado - ADV - Obrigações vida com participação	188.931	-	(68.919)	120.012
Passagem dos swaps a valor de mercado	(51.904)	-	18.934	(32.970)
Diferença taxa efectiva - Valor de aquisição ajustado	51.483	-	(18.778)	32.705
Mais-valias não tributáveis afectas à provisão para participação nos resultados a atribuir	269.456	-	(98.293)	171.163
Benefícios de Empregados (Fundo de Pensões)	(1.623)	-	592	(1.031)
	<u>456.343</u>	<u>-</u>	<u>(166.464)</u>	<u>289.879</u>
<u>Impostos diferidos</u>				
De activos financeiros disponíveis para venda				
Fundos de Investimento Mobiliário - Livres	1.633.206	(147.080)	-	1.486.126
Fundos de Investimento Mobiliário - Vida sem participação	1.892.859	278.272	-	2.171.131
Acções BPI - Livres	771.771	215.052	59.482	1.046.305
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	(147.110)	276.702	-	129.592
Incentivos de longo prazo	-	-	16.304	16.304
	<u>4.150.726</u>	<u>622.946</u>	<u>75.786</u>	<u>4.849.458</u>
<u>Impostos correntes - ADV - Vida com participação</u>				
Variação RJV líquida de PPRA - Obrigações vida com participação	-	1.615.231	(1.615.231)	-
	<u>4.607.069</u>	<u>2.238.177</u>	<u>(1.705.909)</u>	<u>5.139.337</u>

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Os gastos com impostos sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Impostos correntes	-	6.579.352
Impostos diferidos	1.721.034	1.705.908
	-----	-----
Total de impostos em ganhos e perdas	1.721.034	8.285.260
	=====	=====
Resultado antes de impostos	6.166.928	28.963.162
Taxa efectiva de imposto	27,91%	28,61%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser demonstrada como segue:

	<u>2011</u>		<u>2010</u>	
	<u>Taxa</u>	<u>Imposto</u>	<u>Taxa</u>	<u>Imposto</u>
Resultado antes de impostos		6.166.928		28.963.162
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,00%	1.541.732	28,83%	8.349.317
Menos-valias e imparidades não aceites	4,97%	306.755	0,00%	-
Diferença entre a taxa nominal de imposto corrente e a taxa nominal de imposto diferido nas dotações de "Outras provisões"	-1,62%	(100.000)	0,00%	-
Outras diferenças permanentes	-0,45%	(27.453)	-0,22%	(64.057)
Imposto imputado ao exercício	27,91%	<u>1.721.034</u>	28,61%	<u>8.285.260</u>

Em 2011 e 2010, a taxa nominal de imposto da Companhia, incluindo as taxas das derramas municipal e estadual, foi de 25% e 29%, respectivamente (Nota 3.10).

No exercício de 2011, a Companhia apurou um prejuízo fiscal no montante de 21.324.114 Euros, com origem nas variações patrimoniais negativas de activos financeiros disponíveis para venda, registados nas carteiras afectas a seguros de vida com participação nos resultados. Os prejuízos fiscais reportáveis apurados são dedutíveis nos quatro períodos de tributação subsequentes, não podendo exceder o montante correspondente a 75% do lucro tributável apurado em cada período de tributação, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte dos prejuízos que não tenha sido deduzida, nas mesmas condições, até ao final do respectivo período de dedução. A Companhia registou activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis no montante de 5.331.029 Euros (Nota 3.10), dado ser convicção do Conselho de Administração da Companhia que estes activos por impostos diferidos serão integralmente recuperáveis através da geração de lucro tributável no período acima mencionado.

Em resultado da inspecção tributária ao exercício de 2006, a Companhia recebeu uma liquidação adicional de IRC no montante de 430.891 Euros, essencialmente decorrente do facto das Autoridades Fiscais terem entendido que as retenções na fonte efectuadas por terceiros relativas aos rendimentos pagos aos produtos "unit-linked" não são dedutíveis na esfera da Companhia. Em resultado dessa liquidação, a Companhia procedeu ao pagamento de 105.367 Euros em 2009. Por não concordar com o entendimento da não dedutibilidade na esfera da Companhia das retenções na fonte efectuadas por terceiros relativas aos rendimentos dos activos afectos a produtos "unit-linked", decidiu proceder à impugnação judicial desta liquidação e à prestação da correspondente garantia pelo montante remanescente (325.524 Euros).

No exercício de 2009, a Companhia foi objecto de inspecção fiscal ao exercício de 2007. No seguimento do procedimento já adoptado no âmbito da inspecção fiscal anterior, as Autoridades Fiscais corrigiram a matéria colectável apurada pela Companhia, no montante de 318.657 Euros,

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

respeitante à anulação da dedução efectuada relativa às supra referidas retenções na fonte respeitantes ao exercício de 2006, mas reconhecidas contabilisticamente como proveitos apenas no exercício de 2007. Da correcção em causa resultou a emissão, em 2009, de uma liquidação adicional de IRC no montante de 89.450 Euros, contra a qual, e por não concordar uma vez mais com o entendimento preconizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia preparou a respectiva contestação, apresentada no exercício de 2010 e, não tendo pago o montante adicional liquidado pelas Autoridades Fiscais, prestou a respectiva garantia bancária, aguardando-se a resolução do processo, à semelhança do relativo ao exercício de 2006. A respectiva provisão foi também reconhecida em 2010.

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC, relativo às regras sobre preços de transferência, com a redacção aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2002, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efectuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais (Nota 28), devem ser contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efectuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correcções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

As Autoridades Fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correcções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios susceptíveis de serem objecto de inspecção seja significativa para as demonstrações financeiras.

24. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o capital social da Companhia é detido em 100% pela Santander Totta – SGPS, S.A., estando representado por 47.250.000 acções, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

Em 31 de Março de 2009 foi aprovado em Assembleia Geral da Companhia o aumento do seu capital social de 22.500.000 acções para 47.250.000 acções, mediante a emissão de 24.750.000 novas acções com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas pelo accionista único Santander Totta - SGPS, S.A..

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

A política de gestão de capital da Companhia é efectuada em conformidade com as disposições regulamentares e prudenciais do Instituto de Seguros de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a Margem de Solvência, medida em função da cobertura por elementos patrimoniais elegíveis, das responsabilidades decorrentes da actividade desenvolvida pela Companhia, apresenta a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Elementos constitutivos	94.614.949	118.777.054
Elementos a constituir – ramo vida	(73.979.145)	(76.886.683)
Elementos a constituir – ramo não vida	(2.300.000)	(2.300.000)
Excesso de Margem de Solvência	18.335.804	39.590.371
	=====	=====
Taxa de cobertura	124,04%	150,00%

25. RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
- Fundos de Investimento Mobiliário	(14.574.902)	(12.434.477)
- Acções	-	(2.018.858)
- Obrigações	(39.866.837)	(1.947.510)
Provisão para participação nos resultados a atribuir – valias em obrigações	(751.245)	(3.540.109)
	-----	-----
	(55.192.984)	(19.940.954)
	=====	=====
Reservas por impostos		
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 23)	14.761.969	5.604.980
	=====	=====
Reserva legal	14.326.474	12.258.684
	=====	=====
Outras reservas	39.472	-
	=====	=====
Resultados transitados	57.561.757	53.126.645
	=====	=====

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as reservas de reavaliação de fundos de investimento mobiliário e de acções foram determinadas da seguinte forma:

<u>31 de Dezembro de 2011</u>				
	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Custo médio de aquisição</u>	<u>Reserva de justo valor</u>	<u>Perdas por imparidade</u>
FIM Multiobrigações	92.347.833	106.922.735	(14.574.902)	-
Acções BPI	893.255	4.138.921	-	(3.245.666)

<u>31 de Dezembro de 2010</u>				
	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Custo médio de aquisição</u>	<u>Reserva de justo valor</u>	<u>Perdas por imparidade</u>
FIM Multiobrigações	94.488.258	106.922.735	(12.434.477)	-
Acções BPI	2.621.527	4.640.385	(2.018.858)	-

As “Reservas de reavaliação” reflectem as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda (Notas 3.2.a) iii) e 6). Durante o exercício de 2011, a Companhia registou perdas por imparidade no montante de 3.498.812 Euros (Notas 3.2. f) e 6) para as acções do BPI, das quais 253.146 Euros relativas a acções subsequentemente alienadas.

Nos termos do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de Abril, um montante não inferior a 10% do resultado líquido do exercício é destinado à formação da reserva legal, até à concorrência do capital social.

26. RESULTADOS POR ACÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o apuramento dos resultados básicos por acção pode ser apresentado como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Resultado líquido do exercício	4.445.895	20.677.902
Número médio de acções em circulação no exercício (Nota 24)	47.250.000	47.250.000
Resultados básicos por acção	0,09	0,44

Não é aplicável o conceito de resultados por acção diluídos uma vez que não existem acções ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

27. DIVIDENDOS POR ACÇÃO

Em 2011 e 2010, foi deliberada a distribuição ao accionista de dividendos relativos aos exercícios de 2010 e 2009, nos montantes de 14.175.000 Euros e 10.111.500 Euros, respectivamente, o que correspondeu a um dividendo por acção de 0,3 Euros e 0,21 Euros, respectivamente.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

28. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 2011 e 2010, as entidades relacionadas da Companhia eram como segue:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Companhia	
Santander Totta SGPS, S.A.	Portugal
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo comum com a Companhia	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Totta Crédito Especializado, IFIC, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros	Espanha
ISBAN-INGENIERIA SOFTWARE	Portugal
PRODUBAN - Servicios Informaticos Generales	Espanha
GEOBAN, S.A.	Espanha
Banco Santander Consumer	Portugal
Membros do Conselho de Administração da Companhia	
Pedro Aires Coruche de Castro e Almeida	
Maria Paula Toscano Figueiredo Marcelino	
Armindo Alberto Bordalo Escalda	
Joaquim Manuel de Oliveira Filipe	
Oscar Villoslada Montpart	
Jorge Moran Sanchez (1)	
Joaquim Capdevila Coromina (2)	
Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva (3)	
Membros do Conselho Fiscal	
José Duarte Assunção Dias	
António Baia Engana	
Emídio de Jesus Maria	

(1) - Renúncia apresentada em Assembleia Geral da Companhia de 29 de Novembro de 2011.

(2) - Nomeado em Assembleia Geral da Companhia de 29 de Novembro de 2011.

(3) - Nomeado em Assembleia Geral da Companhia de 3 de Janeiro de 2011.

Os gastos com órgãos sociais encontram-se divulgados na Nota 21.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011 (Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos registados em Balanço e na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, excluindo os respeitantes aos títulos de dívida detidos, são como segue:

2011									
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	Santander Totta IFIC	Santander Seguros y Reaseguros	ISBAN	PRODUBAN	GEOBAN	Banco Santander Consumer
Activo									
Depósitos à ordem	91.801.671	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo	587.739.878	-	-	-	-	-	-	-	-
Reverse Repo	368.649.732	-	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	1.825.753	5.834	-	-	39	5.188	2.165	-	-
Total do Activo	1.050.017.034	5.834	-	-	39	5.188	2.165	-	-
Passivo									
Passivos Financeiros	(14.000.000)	-	(53.446.703)	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar	(22.759.320)	(275.988)	-	(17.183)	-	-	-	-	(6.407)
Repo	(368.561.457)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Passivo	(405.320.777)	(275.988)	(53.446.703)	(17.183)	-	-	-	-	(6.407)
Ganhos e perdas									
Juros de depósitos à ordem	1.568.197	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros de depósitos a prazo	19.397.177	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de mediação	(92.638.996)	-	-	(34.032)	-	-	-	-	(85.886)
Comissões de gestão	-	(1.152.594)	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de liquidação	(35.161)	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de custódia	(1.295.832)	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões de penalização de resgate	(275.788)	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	(476.822)	(151.440)	(101.352)	-
Renda	(192.327)	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação nos resultados	(62.893)	-	-	(213)	-	(2.444)	-	-	-
Indemnizações de resseguradores	-	-	-	-	80.032	-	-	-	-
Repo	(3.466.843)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reverse Repo	5.783.599	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de Ganhos e Perdas	(71.218.866)	(1.152.594)	-	(34.245)	80.032	(479.266)	(151.440)	(101.352)	(85.886)

2010									
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	Santander Totta IFIC	Santander Seguros y Reaseguros	ISBAN	PRODUBAN	Banco Santander Consumer	Total
Activo									
Depósitos à ordem	310.649.608	-	-	-	-	-	-	-	310.649.608
Depósitos a prazo	181.994.674	-	-	-	-	-	-	-	181.994.674
Contas a receber	1.324.078	-	-	-	137.099	5.179	5.209	-	1.471.565
Total do Activo	493.968.360	-	-	-	137.099	5.179	5.209	-	494.115.847
Passivo									
Passivos Financeiros	(14.000.000)	-	(59.760.059)	-	-	-	-	-	(73.760.059)
Contas a pagar	(24.493.863)	(298.254)	-	(8.974)	-	-	(144.000)	(12.910)	(24.958.001)
Total do Passivo	(38.493.863)	(298.254)	(59.760.059)	(8.974)	-	-	(144.000)	(12.910)	(98.718.060)
Ganhos e perdas									
Juros de depósitos à ordem	621.622	-	-	-	-	-	-	-	621.622
Juros de depósitos a prazo	6.573.915	-	-	-	-	-	-	-	6.573.915
Comissões de mediação	(102.024.671)	-	-	(130.336)	-	-	-	(66.944)	(102.221.951)
Comissões de gestão	-	(1.199.754)	-	-	-	-	-	-	(1.199.754)
Comissões de liquidação	(13.269)	-	-	-	-	-	-	-	(13.269)
Comissões de custódia	(1.354.422)	-	-	-	-	-	-	-	(1.354.422)
Comissões de penalização de resgate	(134.484)	-	-	-	-	-	-	-	(134.484)
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	(275.665)	(144.000)	-	(419.665)
Renda	(205.192)	-	-	-	-	-	-	-	(205.192)
Participação nos resultados	(79.532)	-	-	(1.016)	-	(2.374)	-	-	(82.922)
Indemnizações de resseguradores	-	-	-	-	287.820	-	-	-	287.820
Total de Ganhos e Perdas	(96.616.033)	(1.199.754)	-	(131.352)	287.820	(278.039)	(144.000)	(66.944)	(98.148.302)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os saldos registados em Balanço e na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, exclusivamente respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Balanço			
	31-12-2011		31-12-2010	
	Valor de mercado	Juro corrido	Valor de mercado	Juro corrido
Banco Santander Totta	1.468.297.915	12.994.734	1.019.473.038	4.184.687
Santander Issuances, S.A.	106.625.375	367.741	216.505.812	469.620
Santander Consumer Finance, S.A.	56.943.680	380.927	75.046.635	12.746
Santander International Debt, S.A.	73.048.053	734.790	58.006.071	136.633
Grupo Banesto	42.081.160	1.118.481	44.794.534	1.189.425
Santander Central Hispano Issuances, Ltd.	-	-	36.872.550	1.924.389
Abbey National, PLC	4.799.000	3.888	12.517.112	324.137
BSCH	19.829	-	2.170.702	123.405
	<u>1.751.815.011</u>	<u>15.600.560</u>	<u>1.465.386.454</u>	<u>8.365.042</u>

	Conta de ganhos e perdas					
	2011			2010		
	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais
Banco Santander Totta	49.382.278	471.860	31.243.670	18.140.087	(3.263.630)	(4.520.483)
Santander Central Hispano Issuances	396.212	374.650	-	5.017.394	(1.115.169)	(1.843.365)
Santander Issuances, S.A.	3.927.222	1.662.204	(17.889.002)	3.236.438	52.936	(10.009.388)
Grupo Banesto	1.755.201	12.869	(2.840)	1.823.207	(18.130)	(1.703.575)
Abbey National Treasury Services, PLC	-	-	-	1.603.438	(596.217)	-
Abbey National, PLC	113.928	56.888	50.000	1.349.864	919.756	(276.601)
BSCH	49.805	(19.278)	(20.075)	1.104.800	(641.997)	(97.746)
Santander International Debt, S.A.	998.373	5.160.967	(3.955.896)	1.052.311	(200.188)	(4.680.846)
Santander Consumer Finance, S.A.	1.428.861	1.193.240	(4.930.660)	992.153	(47.740)	(552.365)
	<u>58.051.881</u>	<u>8.913.400</u>	<u>4.495.197</u>	<u>34.319.692</u>	<u>(4.910.379)</u>	<u>(23.684.369)</u>

As transacções e prestações de serviços com entidades relacionadas são efectuadas a preços de mercado.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

29. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custos de aquisição		
De contratos de seguro		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	56.118.594	59.253.480
Outros custos de aquisição	432.549	496.889
De contratos de investimento		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	36.063.376	42.652.202
Custos imputados (Nota 20)	1.930.171	1.877.298
De seguros não vida		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	343.088	317.310
Outros custos de aquisição	171.589	309.103
	-----	-----
	95.059.367	104.906.282
 Variação dos custos de aquisição diferidos (Nota 4)	 374.075	 (1.338.123)
Gastos administrativos (Nota 20)	2.864.519	2.493.312
 Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões do ramo vida	(8.123.392)	(8.560.503)
Participação nos resultados do ramo vida	(4.886.898)	(4.060.722)
Comissões de acidentes pessoais	(151.633)	(121.557)
	-----	-----
	(13.161.923)	(12.742.782)
	-----	-----
	85.136.038	93.318.689
	=====	=====

30. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Em 2011 e 2010, esta rubrica inclui exclusivamente os ganhos resultantes da componente cambial de instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos afectos a produtos unit-linked, nos montantes de 279.327 Euros e 633.145 Euros, respectivamente.

31. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custos pagos ao BST com penalizações por resgates (Nota 28)	(275.788)	(134.484)
Outros gastos relativos ao ramo vida	(2.631)	(20.733)
Bonificação por resgates e anulações	1.317	71
Outros rendimentos relativos ao ramo vida	33.604	6.311
	-----	-----
	(243.498)	(148.835)
	=====	=====

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011
(Montantes em Euros, excepto quando expressamente indicado)

32. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS NÃO TÉCNICOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Restituição de impostos	21.437	(118.202)
Ganhos e perdas líquidos em outros activos tangíveis	5.095	3.733
Ganhos e perdas actuariais (Nota 22)	39.408	(7.413)
Outros rendimentos e gastos não correntes	(75.323)	(14.664)
	-----	-----
	(9.383)	(136.546)
	=====	=====

33. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>31-12-2011</u>	<u>31-12-2010</u>
<u>Activo</u>		
Seguros	50.202	37.222
Outros custos diferidos	-	4.642
	-----	-----
	50.202	41.864
	=====	=====
<u>Passivo</u>		
Acréscimos de custos relativos a comissões	598.212	634.364
Prémios de desempenho a pagar a colaboradores (Nota 21)	459.117	519.741
Acréscimo de custos para férias e subsídio de férias	306.856	306.510
Juros a liquidar de passivos subordinados	2.520	2.209
Outros acréscimos de custos por natureza:		
- Auditoria, Consultoria e Assessoria Jurídica	456.830	339.529
- Contratos de manutenção informática	333.811	352.843
- Fornecimentos e serviços externos	93.634	51.128
	-----	-----
	2.250.980	2.206.324
	=====	=====

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês:

2011

Empresa de Seguros:

Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A

Nº de identificação:

1156

Ident. do resp. pela informação: Vítor Pescada

Valores em euros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Anexo 1	
							unitário	Valor de balanço Total
	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPEENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
PTBSP2OE0013	Sant Diversi. Invest	1 183 985	59 199 225	100,00	50,00	59 199 225	53,34	63 147 813
PTBSPJOM0033	B Sant Totta 12/2017	527	26 350 000	100,24	50 119,62	26 413 039	54 036,83	28 477 411
PTBSPJOM0020	BST 3.63% 22/01/2018	752	37 600 000	99,71	49 853,00	37 489 456	54 957,64	41 328 144
PTBSQJOM0012	BST 5.93% 08/11/2016	114	5 700 000	100,00	50 000,00	5 700 000	53 311,51	6 077 513
PTBSQZOM0011	BST 5.95% 12/12/2016	57	2 850 000	100,00	50 000,00	2 850 000	53 077,01	3 025 390
PTBSQZOM0010	BST 4.84% 21/09/2012	50	2 500 000	100,00	50 000,00	2 500 000	50 822,22	2 541 111
PTBSQZOM0015	BST 3.488% 28/10/15	99	4 950 000	100,00	50 000,00	4 950 000	51 264,89	5 075 224
PTBSQBOM0014	BST 2.9467% 26/10/12	889	43 450 000	100,00	50 000,00	43 450 000	50 311,02	43 720 278
PTBSQZOM0013	BST 3.30% 26/10/2018	591	5 910 000	100,00	10 000,00	5 910 000	10 259,72	6 063 496
PTBSQZOM0012	BST 4.885% 08/11/13	664	33 200 000	100,00	50 000,00	33 200 000	51 547,44	34 227 499
PTBSQZOM0011	BST 5% 26/07/2019	578	28 900 000	100,00	50 000,00	28 900 000	54 270,83	31 368 542
PTBSQZOM0010	BST 3.67% 30/04/2012	263	13 150 000	100,00	50 000,00	13 150 000	51 288,43	13 488 857
PTBSQZOM0019	BST 3.7% 21/05/2012	221	11 050 000	100,00	50 000,00	11 050 000	51 205,56	11 316 428
PTBSQZOM0018	BST 3.97% 28/05/2012	31	1 550 000	100,00	50 000,00	1 550 000	51 244,46	1 588 578
PTBSQZOM0017	BST 3.76% 11/06/2012	100	5 000 000	100,00	50 000,00	5 000 000	51 109,78	5 110 978
PTBSQZOM0016	BST 3.71% 24/06/2012	80	4 000 000	100,00	50 000,00	4 000 000	51 038,57	4 083 086
PTBSQZOM0013	BST 3.74% 30/07/2012	227	11 350 000	100,00	50 000,00	11 350 000	50 904,17	11 555 246
PTBSQZOM0012	BST 3.78% 07/09/2012	138	6 900 000	100,00	50 000,00	6 900 000	50 783,50	7 008 123
PTBSQZOM0011	BST 3.8% 28/09/2012	62	3 100 000	100,00	50 000,00	3 100 000	50 725,83	3 145 002
PTBSQZOM0010	BST 4.61% 05/11/2012	18	900 000	100,00	50 000,00	900 000	50 660,75	911 894
PTBSQZOM0019	BST 5.18% 21/10/2013	75	3 750 000	100,00	50 000,00	3 750 000	51 513,61	3 863 521
PTBSQZOM0018	BST 5.29% 27/02/2014	85	4 250 000	100,00	50 000,00	4 250 000	52 998,03	4 504 832
PTBSQZOM0017	BST 5.2% 13/11/2013	83	4 150 000	100,00	50 000,00	4 150 000	52 802,78	4 382 631
PTBSQZOM0016	BST 5.4% 27/05/2014	259	12 950 000	100,00	50 000,00	12 950 000	53 020,00	13 732 180
PTBSQZOM0015	BST 5.37% 25/06/2014	90	4 500 000	100,00	50 000,00	4 500 000	52 832,25	4 754 903
PTBSQZOM0014	BST 5.74% 28/08/2015	85	3 250 000	100,00	50 000,00	3 250 000	53 242,61	3 460 770
PTBSQZOM0011	BST 5.8% 29/12/2015	236	11 800 000	100,00	50 000,00	11 800 000	52 511,11	12 392 622
PTBSQZOM0010	BST 5.82% 08/02/2016	302	15 100 000	100,00	50 000,00	15 100 000	54 491,17	16 456 332
PTBSQZOM0019	BST 5.85% 04/04/2016	224	11 200 000	100,00	50 000,00	11 200 000	54 581,25	12 226 200
PTBSQZOM0018	BST 5.88% 08/06/2016	65	3 250 000	100,00	50 000,00	3 250 000	54 347,83	3 532 609
PTBSQZOM0017	BST 5.88% 27/06/2016	176	8 800 000	100,00	50 000,00	8 800 000	54 222,67	9 543 189
PTBSQZOM0016	BST 5.91% 04/09/2016	180	9 000 000	100,00	50 000,00	9 000 000	53 732,17	9 671 790

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	unitário						Total	
PTBSRAOM0022	BST 2.828% 29/09/12	956	47 800 000	100,00	50 000,00	47 800 000	49 986,78	47 787 365
PTBSRBOM0013	BST 4.186% 11/10/13	701	35 050 000	100,00	50 000,00	35 050 000	50 959,07	35 722 308
PTBSRDOM0011	BST 4.25% 12/07/2019	548	27 400 000	100,00	50 000,00	27 400 000	53 579,51	29 361 574
PTBTB1OM0012	BST 5.62% 29/11/2015	324	16 200 000	100,00	50 000,00	16 200 000	52 509,78	17 013 168
PTBTB2OM0011	BST 5.69% 28/12/2015	83	4 150 000	100,00	50 000,00	4 150 000	52 343,71	4 344 528
PTBTB3OM0010	BST 5.71% 07/02/2016	41	2 050 000	100,00	50 000,00	2 050 000	54 052,14	2 216 138
PTBTB4OM0019	BST 5.76% 29/05/2016	215	10 750 000	100,00	50 000,00	10 750 000	54 192,00	11 651 280
PTBTBAOM0011	BST 3.225% 27/09/13	555	27 750 000	100,00	50 000,00	27 750 000	50 477,92	28 015 244
PTBTBBOM0010	BST 3.88% 23/12/2015	201	5 025 000	100,00	25 000,00	5 025 000	25 816,56	5 189 128
PTBTBCOM0019	BST 3.75% 21/12/18	123	6 150 000	100,00	50 000,00	6 150 000	52 724,17	6 485 073
PTBTBECOM0017	BST 4.70% 30/09/2012	252	12 600 000	100,00	50 000,00	12 600 000	50 849,03	12 813 955
PTBTBFOM0016	BST 4.71% 08/11/2012	130	6 500 000	100,00	50 000,00	6 500 000	50 691,71	6 589 922
PTBTBGOM0015	BST 4.72% 09/12/2012	152	7 600 000	100,00	50 000,00	7 600 000	50 574,22	7 687 282
PTBTBHAM0014	BST 4.74% 21/01/2013	33	1 650 000	100,00	50 000,00	1 650 000	51 938,83	1 713 982
PTBTBIOM0013	BST 4.75% 12/02/2013	88	4 400 000	100,00	50 000,00	4 400 000	51 971,81	4 573 519
PTBTBJOM0012	BST 4.77% 28/04/2013	99	4 950 000	100,00	50 000,00	4 950 000	52 112,75	5 159 162
PTBTBKOM0019	BST 4.79% 26/05/2013	22	1 100 000	100,00	50 000,00	1 100 000	52 178,69	1 147 931
PTBTBLOM0018	BST 4.80% 18/06/2013	58	2 900 000	100,00	50 000,00	2 900 000	52 216,67	3 028 567
PTBTBMOM0017	BST 4.89% 20/10/2013	131	6 550 000	100,00	50 000,00	6 550 000	51 447,21	6 739 584
PTBTBNOM0016	BST 4.91% 24/11/2013	216	10 800 000	100,00	50 000,00	10 800 000	51 252,32	11 070 501
PTBTBOOM0015	BST 5.14% 23/12/2013	216	10 800 000	100,00	50 000,00	10 800 000	51 097,11	11 036 976
PTBTBPOM0014	BST 5.16% 26/01/2014	274	13 700 000	100,00	50 000,00	13 700 000	52 618,67	14 417 515
PTBTBQOM0013	BST 5.19% 26/02/2014	189	9 450 000	100,00	50 000,00	9 450 000	52 682,58	9 957 008
PTBTBROM0012	BST 5.21% 30/03/2014	308	15 400 000	100,00	50 000,00	15 400 000	52 758,53	16 249 627
PTBTBSOM0011	BST 5.23% 27/04/2014	305	15 250 000	100,00	50 000,00	15 250 000	52 814,47	16 108 414
PTBTBTOM0010	BST 5.25% 26/05/2014	129	6 450 000	100,00	50 000,00	6 450 000	52 875,42	6 820 929
PTBTBUOM0017	BST 5.26% 10/06/2014	88	4 400 000	100,00	50 000,00	4 400 000	52 898,39	4 655 058
PTBTBVOM0016	BST 5.27% 07/07/2014	70	3 500 000	100,00	50 000,00	3 500 000	52 658,58	3 686 101
PTBTBWOM0015	BST 5.29% 11/08/2014	99	4 950 000	100,00	50 000,00	4 950 000	52 478,61	5 195 383
PTBTBXOM0014	BST 5.33% 05/10/2014	30	1 500 000	100,00	50 000,00	1 500 000	52 206,64	1 566 199
PTBTBYOM0013	BST 5.52% 26/04/2015	122	6 100 000	100,00	50 000,00	6 100 000	53 580,67	6 536 841
PTBTBZOM0012	BST 5.55% 28/06/2015	84	4 200 000	100,00	50 000,00	4 200 000	53 425,63	4 487 753
PTBTC3OM0018	BST 2.96% 25/06/2020	398	19 900 000	100,00	50 000,00	19 900 000	53 013,68	21 099 445
PTBTC4OM0017	BST 3.11% 25/06/2015	639	15 975 000	100,00	25 000,00	15 975 000	25 558,30	16 331 753
PTBTCAM0010	BST 2.975% 18/11/12	760	38 000 000	100,00	50 000,00	38 000 000	50 267,67	38 203 432
PTBTCBOM0019	BST 3.70% 18/11/2015	120	6 000 000	100,00	50 000,00	6 000 000	51 465,97	6 175 917
PTBTCCOM0018	BST 3.50% 18/11/2018	98	4 900 000	100,00	50 000,00	4 900 000	52 189,17	5 114 538
PTBTCDOM0017	BST 3.592% 26/09/13	631	31 550 000	100,00	50 000,00	31 550 000	50 804,94	32 057 920
PTBTCEOM0016	BST 4.05% 28/06/19	211	10 550 000	100,00	50 000,00	10 550 000	54 363,13	11 470 619
PTBTFCOM0015	BST 2.93% 27/07/2012	756	37 800 000	100,00	50 000,00	37 800 000	50 590,22	38 246 209
PTBTGCOM0014	BST 3.10% 27/07/2015	156	7 800 000	100,00	50 000,00	7 800 000	51 743,06	8 071 917
PTBTCHOM0013	BST 2.53% 27/07/2020	173	8 650 000	100,00	50 000,00	8 650 000	52 678,99	9 113 465
PTBTCOM0016	BST 2.8973% 03/09/12	1 780	88 000 000	100,00	50 000,00	88 000 000	50 084,62	88 148 940
PTBTCOOM0014	BST 3.62375% 3/09/15	254	12 700 000	100,00	50 000,00	12 700 000	51 693,83	13 130 232
PTCPP4OM0023	BST 3.75% 12/06/2012	1 397	69 850 000	98,80	49 400,67	69 012 732	49 699,46	69 430 144
PTCPP6OE0021	Sant Totta Rend Eur	1 802 883	90 144 150	100,05	50,03	90 192 592	51,56	92 959 527
PTCPP7OE0020	BST 3.25% 21/10/2014	314	15 700 000	92,98	46 490,38	14 597 978	42 613,05	13 380 497
PTCPP8OM0029	B Sant Totta 10/2017	368	18 400 000	100,00	50 000,00	18 400 000	54 256,39	19 966 352
PTCPPBOM0025	BST 3.143% 26/09/13	627	31 350 000	100,00	50 000,00	31 350 000	50 411,83	31 608 215
PTCPPCOM0024	BST 4.019% 26/01/16	99	4 950 000	100,00	50 000,00	4 950 000	52 720,20	5 219 300
PTCPPDOM0023	BST 3.85% 26/06/2019	242	12 100 000	100,00	50 000,00	12 100 000	53 486,74	12 938 950
PTCPPEOE0022	S Totta Prem Perf +	1 163 632	58 181 600	100,00	50,00	58 181 600	51,72	60 181 740
PTCPPOEE0004	Cred Predial Port.49	427 489 798	4 274 698	99,82	0,01	4 267 004	0,01	4 298 534

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário	Total
PTCPROE0027	BST 2.625% 15/04/13	504	25 200 000	97,03	48 514,33	24 451 223	46 693,03	23 533 286
PTCPPUOE0030	STotta Prem PerHII	244 832	12 241 600	100,00	50,00	12 241 600	51,70	12 657 661
PTCPXPOM0037	BST Fixo 30/11/2017	762	38 100 000	100,06	50 030,70	38 123 396	54 121,98	41 240 947
PTCPQIOM0016	BST 3.414% 29/09/15	177	8 850 000	100,00	50 000,00	8 850 000	51 175,98	9 058 148
PTCPQ3OM0014	BST 3.25% 29/09/18	201	10 050 000	100,00	50 000,00	10 050 000	51 293,96	10 310 086
PTCPQEOM0013	BST 3.85% 03/09/2020	318	15 900 000	100,00	50 000,00	15 900 000	51 995,83	16 534 675
	sub-total	431 890 218	1 433 801 273			1 431 129 844		1 481 292 648
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	431 890 218	1 433 801 273			1 431 129 844		1 481 292 648
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	0	0			0		0
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
ES0213495007	Sant Consumer 28/16	482	24 100 000	89,00	44 500,00	21 449 000	39 012,52	18 804 036
ES0413440084	Banesio 3.5% 01/16	18	1 800 000	92,82	92 820,00	1 670 760	98 006,99	1 764 126
ES0413495005	Sant C Fin 3.875% 16	121	12 100 000	96,82	96 817,07	11 714 865	99 086,83	11 989 507
XS0257817915	Santian FRN 14/06/13	100	5 000 000	90,52	45 260,00	4 526 000	48 028,88	4 802 888
XS0261717416	Santian Float 17	1 150	57 500 000	90,32	45 158,06	51 931 765	38 185,11	43 912 878
XS0291652203	Santian Float 2017	1 383	69 150 000	91,04	45 518,10	62 951 528	38 520,83	53 274 301
XS0327533617	Santander 17-12	249	12 450 000	100,58	50 290,30	12 522 284	39 381,27	9 805 937
XS0426539184	Banesio 4% 08/05/12	40 580	40 580 000	99,91	999,10	40 543 478	1 021,08	41 435 515
XS0491856285	SANT 3.5% 10/03/2015	392	19 600 000	95,83	47 915,00	18 782 680	49 057,97	19 230 725
XS052177858	Sant Float 27/10/13	67	3 350 000	97,04	48 520,61	3 250 881	47 903,48	3 209 533
XS0651159484	Sant Cons Fin 09/16	663	33 150 000	95,10	47 552,41	31 527 250	40 016,69	26 531 065
XS0713861127	SANTA 3.381% 12/2015	550	55 000 000	100,00	100 000,00	55 000 000	93 350,15	51 342 584
	sub-total	45 755	333 780 000			315 870 491		286 103 095
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	45 755	333 780 000			315 870 491		286 103 095
	total	431 935 973	1 767 581 273			1 747 000 335		1 767 395 743
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Ações							
PTBPIOM0004	BPI Nofr	1 857 078			2,23	4 138 921	0,48	893 255

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
PTPTCOAM0009	P.Telecom -No Em-95	1 464			10,07	14 743	4,45	6 515
PTSNCOAM0006	SonaeCom - SGPS, SA	9 701			1,76	17 049	1,22	11 787
	sub-total	1 868 243	0			4 170 713		911 556
	2.1.1.2 - Títulos de participação							
	sub-total	0	0			0		0
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
PTXEXICEM0007	Explorer - II	86			18 918,68	1 627 007	22 570,77	1 941 066
PTXEXIFEM0004	Explorer I	9			25 794,91	230 214	23 428,92	209 088
PTNOFAIM0008	Vision Escritórios	30 470			4,73	144 158	4,64	141 521
PTNOFCIM0006	Logística e Distrib.	38 260			6,27	240 013	6,51	249 199
PTNOFJIM0009	Ibérica FEI Imobiliária	199 999			5,35	1 069 295	1,11	222 819
PTSELAIE0007	FII - Imosocial	36 155			6,64	240 008	7,06	255 218
PTSELDIM0004	FIIF Inosauide	278 162			10,30	2 863 759	11,81	3 286 150
PTVMCLM0004	Sant.Ações América	157 607			3,46	545 396	3,77	594 314
PTYSADLM0008	Sant.Ações Europa	167 810			4,70	788 969	3,06	513 299
PTYSAFML0006	Sant.Ações Portugal	2 569			24,73	63 544	17,09	43 915
PTYSAML0007	E-F Telecomunicações	25 044			9,38	235 009	7,82	195 768
PTYSANLM0006	E-F Banca e Seguros	20 694			27,56	570 422	10,92	225 887
PTYSAPLM0004	Euro Futuro Cíclico	13 233			32,65	432 023	28,89	382 308
PTYSQOLM0003	E-F Ações Defensivo	13 891			29,90	415 417	29,77	413 565
PTYSATLM0000	MultiObrigações	18 194 509			5,88	106 922 735	5,08	92 347 831
PTYSAXLM0004	Sant. Ações USA	345 690			4,74	1 636 907	4,38	1 513 921
PTYSBRLM0001	Seleção Ações	19 322			3,69	71 274	2,66	51 392
	sub-total	19 543 510	0			118 096 150		102 587 290
	2.1.1.4 -Outros							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	21 411 753	0			122 266 863		103 498 646
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTEIOE0019	OT 4,375% Junho 2014	1 825 000 000	18 250 000	101,94	0,01	18 604 180	0,01	14 218 531
PTOTESOE0017	OT 3,35% 10/15/15	11 193 400 000	111 934 000	96,21	0,01	107 696 030	0,01	77 752 193
PTOTESOE0007	PGB 4.1% 04/15/37	178 000 000	1 780 000	82,78	0,01	1 473 465	0,00	875 311
PTOTEOE0006	PGB 4.2% 15/10/2016	2 602 500 000	26 025 000	89,69	0,01	23 341 047	0,01	16 575 978
PTOTEAOE0021	PGB 4.95% 25/10/2023	470 000 000	4 700 000	86,02	0,01	4 042 978	0,00	2 348 693
PTOTECOEO029	OT 4,8% 15/06/2020	18 377 000 000	183 770 000	98,77	0,01	181 509 638	0,01	100 592 274
PTOTEGOE0009	OT 5,45% Set. 2013	27 499 500 000	274 995 000	99,36	0,01	273 237 385	0,01	239 353 083
PTOTEKOE0003	OT-5% 15 Junho/2012	16 818 500 000	168 185 000	98,03	0,01	164 877 375	0,01	165 684 493
PTOTEMOE0027	PGB 4.75% 14/06/2019	9 608 500 000	96 085 000	87,27	0,01	83 857 305	0,01	53 911 955
PTOTENOE0018	PGB 4.45% 15/06/2018	8 628 500 000	86 285 000	98,74	0,01	85 198 163	0,01	49 716 290
PTOTEOOE0017	OT 3,6% 15/10/2014	3 035 000 000	30 350 000	101,81	0,01	30 898 916	0,01	21 927 750
PTOTEOOE0007	PGB 3,85% 15/04/2021	222 500 000	2 225 000	88,39	0,01	1 966 655	0,01	1 196 027
PTPBT2GE0011	PORTB 0% 23/03/2012	450 000	450 000	95,06	0,95	427 774	0,99	445 212
PTPBT1FGEO010	PORTB 0% 17/02/2012	900 000	900 000	96,05	0,96	864 450	0,99	885 153
PTPBT1PGE0018	PORTB 0% 20/01/2012	4 275 000	4 275 000	96,74	0,97	4 135 466	1,00	4 266 766
	sub-total	100 464 025 000	1 010 209 000			962 130 827		749 759 720
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
	sub-total	0	0			0		0
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTBBSVOM0004	BPI Float 25/01/2012	52	2 600 000	99,14	49 571,23	2 577 704	49 475,25	2 572 713

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
PTBCQWOM0033	BCP 9.25% 12/10/2014	401	20 050 000	100,00	50 000,00	20 050 000	39 523,57	15 848 950
PTBSCSKOM0019	BCP 2.375 18/01/2012	10	500 000	99,80	49 899,00	498 990	51 032,19	510 322
PTBEMPOE0018	BESPL 3.75% 01/12	15	750 000	98,39	49 195,00	737 925	51 657,53	774 863
PTBERLOM0017	BESPL Float 08/05/13	40	2 000 000	79,00	39 500,00	1 580 000	40 618,35	1 624 734
PTBLMGOM0002	BES 5.625% 05/06/14	125	6 250 000	99,99	49 993,82	6 249 228	41 110,45	5 138 806
PTBLMWOM0002	BES Floater 25/02/13	161	8 050 000	82,63	41 313,66	6 651 500	42 126,98	6 782 444
PTBRIHOM0001	Brisa 4.5% 12/16	503	25 150 000	99,19	49 595,41	24 946 490	32 165,98	16 179 490
PTCG16OM0004	CGD 4.375% 13/05/13	118	5 900 000	100,75	50 374,22	5 944 158	47 642,59	5 621 825
PTCG1LOM0007	CXGD 5.125% 19/02/14	153	7 650 000	101,83	50 913,38	7 789 747	46 718,49	7 147 929
PTCG3AOM0009	CGD 4.455% 20/08/17	10 000	10 000 000	100,00	1 000,00	10 000 000	678,17	6 781 738
PTCG32OM0004	CGD 8% 28/09/2015	52 982	52 982 000	100,00	1 000,00	52 982 000	880,82	46 876 515
PTCG33OM0006	CGD Float Dec2017	125 000	125 000 000	99,89	998,85	124 856 873	664,44	83 054 625
PTMOCHOE0007	Modelo Contin.08/12	304 000	3 040 000	99,77	9,98	3 033 156	10,04	3 051 484
PTPTICOE0008	PTCL Float 10/12	678	678 000	100,25	1 002,50	679 694	1 005,59	681 793
PTRELAOM0000	RENEPL 6.375% 12/13	92	4 600 000	96,34	48 172,17	4 431 840	43 986,68	4 046 775
XS0214446188	REFER 4% 03/16/15	192	9 600 000	99,58	49 789,50	9 559 584	19 590,16	3 761 311
	...	sub-total	284 810 000			282 578 888		210 256 317
		sub-total	1 295 019 000			1 264 709 714		960 016 036
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 - Ações							
ES011390U37	Banco Santander SA	3 378			9,79	33 070	5,87	19 829
	...	sub-total	0			33 070		19 829
	2.2.1.2 - Títulos de participação							
	...	sub-total	0			0		0
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
GB00B2QWD268	M&G AMERICAN A HDG	18 250			9,12	166 418	9,39	171 349
IE0033868377	Tukan Fund-B - Eur	1			132,19	109	86,22	71
LU0129440714	JPM European Eq E	18 045			11,07	199 760	10,87	196 151
LU0216467257	DB Platinum Comm 11C	3			20 043,61	67 186	14 761,81	49 482
LU0225434231	Lux Invest Plus - B	2 353			1 172,07	2 757 344	0,00	0
LU0234682044	GS Europe Core Eq I	19 545			8,44	164 963	7,83	153 040
LU0274211217	DB X-Trackers €Stx50	15 289			29,73	454 503	23,37	357 350
LU0377127013	Fortis L Opportuniti	14			9 205,10	130 252	8 563,49	121 173
	...	sub-total	73 500	0		3 940 535		1 048 616
	2.2.1.4 - Outros							
	...	sub-total	0			0		0
		sub-total	76 878	0		3 973 604		1 068 445
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
BE0000303124	BGB 4.25% 09/28/14	496 000 000	4 960 000	107,74	0,01	5 343 778	0,01	5 199 228
DE0001135267	DBR 3.75% 01/04/15	100 000	100 000	97,07	0,01	97 065	0,01	113 725
DE0001135432	DBR 3.25% 04/07/2042	65 000 000	650 000	101,16	0,01	657 540	0,01	760 726
DE0001137297	BKO 1% 16/03/2012	247 200 000	2 472 000	99,95	0,01	2 470 662	0,01	2 497 340
DE0001137313	BKO 0.75% 14/09/2012	69 500 000	695 000	99,88	0,01	694 198	0,01	700 511
DE0001137321	BKO 1% 14/12/2012	31 000 000	310 000	100,98	0,01	313 035	0,01	313 200
DE0001137339	BKO 1.5% 15/03/2013	10 000 000	100 000	99,52	0,01	99 523	0,01	103 074
DE0001142032	DBR 0% 07/2027	175 000 000	1 750 000	43,28	0,00	757 397	0,01	1 163 208
DE0001142222	DBRR 0% 07/04/13	110 000 000	1 100 000	84,28	0,01	927 111	0,01	1 089 329
DE0001142263	DBRR 0% 04/2037	300 000 000	3 000 000	29,95	0,00	898 380	0,01	1 568 520